



MÃES CIENTISTAS

Relatos de experiências e reflexões teórico-metodológicas



JÚLIO CÉSAR SUZUKI

RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO

ALESSANDRA GARCIA SOARES

(ORGANIZADORES)

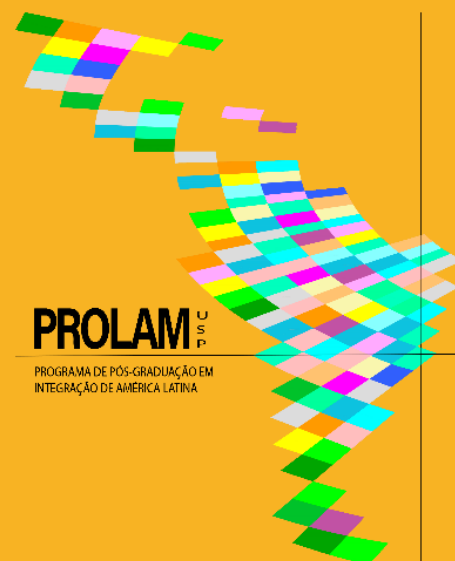


fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROLAM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO DE AMÉRICA LATINA



DOI: 10.11606/9788575064566

JÚLIO CÉSAR SUZUKI

RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO

ALESSANDRA GARCIA SOARES

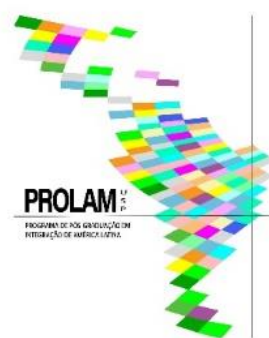
(ORGANIZADORES)

MÃES CIENTISTAS

**RELATOS DE EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES
TEÓRICO-METODOLÓGICAS**



FFLCH-USP
PROLAM-USP
2023



Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M186 Mães cientistas [recurso eletrônico]: relatos de experiências e reflexões teórico-metodológicas / Organizadores: Júlio César Suzuki, Rita de Cássia Marques Lima de Castro e Alessandra Garcia Soares. -- São Paulo : FFLCH/USP: PROLAM/USP, 2023. 2.700 Kb ; PDF.

Textos em Português e Inglês.
Vários autores.

ISBN: 978-85-7506-456-6
DOI: 10.11606/9788575064566

1. América Latina – estudo e pesquisa. 2. Mães cientistas. 3. Mulheres na ciência. I.. Suzuki, Júlio César, coord. II. Castro, Rita de Cássia Marques Lima de, coord. III Soares, Alessandra Garcia, coord..

CDD 301.412

Elaborada por Elizabeth Barbosa dos Santos, CRB-8/6638



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada

Capa e editoração: Rita Lima de Castro

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

.

Mães Cientistas.

RELATOS DE EXPERIÊNCIA E REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Sumário

MÚLTIPLOS OLHARES E POSSIBILIDADES NAS NARRATIVAS DE MÃES CIENTISTAS NO BRASIL	6
---	----------

Júlio César Suzuki

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Alessandra Garcia Soares

CAPÍTULO 1

“NÃO VOU EXPLICAR PORQUE VOCÊ NÃO VAI ENTENDER”: AS AGRURAS E AVENTURAS DE SER PESQUISADORA, MÃE SOLO E IMIGRANTE EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	12
---	-----------

Janaina Frechiani Lara Leite

CAPÍTULO 2

ENTRE OS TEXTOS, AS FRALDAS E OS CONTEXTOS: O (NÃO) LUGAR DA MATERNIDADE NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO	36
---	-----------

Luana de Paula Santos

CAPÍTULO 3

HIPERRESPONSABILIZAÇÃO DA MATERNIDADE E TRABALHO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19	54
---	-----------

Kátia Souza Rangel

CAPÍTULO 4

PESQUISADORA E MÃE LATINO-AMERICANA: CONCEBENDO DESAFIOS E GRANDES VITÓRIAS	68
--	-----------

Joice Pereira Andrade Teixeira



CAPÍTULO 5

UM DIA DE MAERANDA: O RELATO BIOGRÁFICO DE UMA MÃE DOUTORANDA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-USP 80

Juliana Ferreira dos Santos

Luciane Maria Micheletti Tonon

CAPÍTULO 6

A MATERNIDADE NOS PERÍODOS DA FORMAÇÃO ACADÊMICA, DOCÊNCIA E PESQUISA 95

Aline Andrade Santos

Juliana Ferreira dos Santos

CAPÍTULO 7

SER MÃE É UMA CIÊNCIA: O DESAFIO DA MATERNIDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DAS MULHERES 117

Jacqueline Rodrigues Moraes

CAPÍTULO 8

GESTAR A DOR: RELATOS SOBRE MATERNIDADE E PESQUISA 141

Karen Gabriely Sousa Santos

CAPÍTULO 9

DO CIBERATIVISMO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES PESQUISADORAS BRASILEIRAS: O EXEMPLO DO *PARENT IN SCIENCE* 161

Letícia Lovato Dellazzana-Zanon

Ângela Lovato Dellazzana



CAPÍTULO 10

EXPANSÃO INTERPRETATIVA: PERSPECTIVAS FEMININAS SOBRE A PRESENÇA E ATUAÇÃO DAS MULHERES NA ACADEMIA..... 183

Alessandra Coutinho Fernandes

Luciana Ferrari

Leina Jucá

Andréa Machado de Almeida Mattos

CAPÍTULO 11

PARINDO NOSSA PRÓPRIA HISTÓRIA: O RELATO DE TRÊS EXPERIÊNCIAS DA MATERNIDADE NA ACADEMIA E NA DOCÊNCIA..... 208

Bárbara Santos

CAPÍTULO 12

SOBRE A PRÁTICA DA MATERNIDADE ENTRE MÃES CIENTISTAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA..... 235

Vivian Prado Pereira

Ana Maria Pia

CAPÍTULO 13

NARRATIVAS DE MÃES CIENTISTAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA POR SARS-COV-2 E ALTERAÇÕES BIOQUÍMICAS CONSEQUENTES EM LONGO PRAZO PELO EXCESSO DE CORTISOL ELICIADO NESTAS MULHERES..... 262

Otávio Corrêa Pinho

Marina Peres de Andrade

Marcelo Fernandes da Costa

Sobre os organizadores..... 278

Sobre os autores..... 280



MÚLTIPLOS OLHARES E POSSIBILIDADES NAS NARRATIVAS DE MÃES CIENTISTAS NO BRASIL

Olhar o universo dos enfrentamentos das mulheres na construção de suas trajetórias acadêmicas revela muito das dificuldades de gênero que se colocam no mundo machista e desigual em que se constrói o direito à maternidade. É da busca pelo sonho e realização de ser mãe que falam as autoras desta coletânea.

Janaina Frechiani Lara Leite intitula o primeiro texto de: *Não vou explicar porque você não vai entender”: as agruras e aventuras de ser pesquisadora, mãe solo e imigrante em tempos de pandemia*. Seu texto, como o título revela, trata de uma narrativa da própria pesquisadora em seu trajeto como acadêmica, estudante de doutorado, em Portugal. Ao lê-lo, podemos refletir sobre questões importantes que envolvem aspectos culturais, históricos, paradigmas e convite à ação para a quebra de diversos estereótipos apresentados no capítulo.

Em *Entre os textos, as fraldas e os contextos: o (não) lugar da maternidade no contexto universitário*, Luana de Paula Santos apresenta uma narrativa da experiência da pesquisadora na Universidade Federal de Rondonópolis como mãe cientista, trazendo-nos aportes para a discussão dos espaços acadêmicos e a problemática de não considerar a existência materna, gerando problemas de invisibilidade, exclusão e tentativas de silenciar os corpos maternos, como destaca a pesquisadora.

Kátia Souza Rangel é a autora do terceiro texto, denominado *Hiperresponsabilização da maternidade e trabalho remoto durante a pandemia da COVID-19*. O capítulo parte da hipótese de que a



universidade pública tem negligenciado os desafios vivenciados pelas acadêmicas mães, remetendo ao problema da conciliação do trabalho remoto ao distanciamento da rede de apoio para o cuidado das crianças e trabalho doméstico durante a pandemia da COVID-19, bem como permitindo o aprofundamento do debate sobre o tema e da construção de estratégias de enfrentamento da sobrecarga acumulada por mães cientistas.

Em *Pesquisadora e mãe latino-americana: concebendo desafios e grandes vitórias*, Joice Pereira Andrade Teixeira nos leva a uma reflexão sobre as tensões, os sentimentos, os desafios que as mães cientistas enfrentam e apresentam em sua trajetória de formação, em especial em meio à pandemia causada pela COVID-19. Ademais, também nos permite refletir sobre o modelo educacional vigente no sistema de ensino do Brasil que permeia o mundo acadêmico e os obstáculos que as mulheres enfrentam nas regiões latino-americanas.

Em *Um dia de maeranda: o relato biográfico de uma mãe doutoranda da Universidade de São Paulo-USP*, Juliana Ferreira dos Santos e Luciane Maria Micheletti Tonon, por meio de narrativas biográficas, revelam como uma mãe é ao mesmo tempo dona de casa se constrói como pesquisadora na Universidade de São Paulo-USP, nos possibilitando refletir sobre a perspectivas e desafios na produção científica.

Em *A maternidade nos períodos da formação acadêmica, docência e pesquisa*, Aline Andrade Santos e Juliana Ferreira dos Santos trazem subsídios valiosos para ampliar a discussão sobre a temática central da coletânea, trazendo-nos informações para que se compreenda as



mulheres, enquanto mães e universitárias, dentro das funções sociais no ambiente formador e se identifiquem alguns dos fatores que levam as mães cientistas a persistirem em seus propósitos, levando em consideração a vida dessas mulheres cientistas como sujeitos históricos e produtoras de seus conhecimentos.

Ser mãe é uma ciência: o desafio da maternidade na formação acadêmica e profissional das mulheres é o título do sétimo capítulo, cuja autora é Jacqueline Rodrigues Moraes. Seu texto é um estudo de caso, narrado em primeira pessoa, trazendo-nos a compreensão dos percalços e dos êxitos que a autora teve durante a sua formação acadêmica e inserção profissional.

O oitavo capítulo, intitulado *Gestar a dor: relatos sobre maternidade e pesquisa*, de autoria de Karen Gabriely Sousa Santos, nos leva a diversas leituras e caminhos distintos, ao abordar a narrativa da pesquisadora, mãe cientista, que tem a gestação e a perda da filha, apresentando-nos como foi o processo de internalização dessa perda e a transformação do luto em consciência, tudo permeado de uma narrativa construída com a intercalação entre o próprio relato pessoal e a escrita científica. Como a própria autora destaca, não é um relato de etnografia, mas um lugar em que fala e escuta vão se encontrando, continuamente.

Do ciberativismo às políticas públicas para mulheres pesquisadoras brasileiras: o exemplo do parent in Science, de autoria de Letícia Lovato Dellazzana-Zanon e Ângela Lovato Dellazzana, é o texto que compõe o nono capítulo. O texto traz o aprofundamento de um projeto de pesquisa que objetivava identificar quais os desafios enfrentados por mulheres cientistas, pesquisadoras ou professoras universitárias que se tornam



mães. As autoras, pesquisadoras e mães, também passaram pelos mesmos desafios apresentados no projeto citado. O capítulo que compõe esta coletânea visa identificar a evolução das publicações e do engajamento das pessoas em cada rede social a partir do cenário de pandemia que evidenciou ainda mais o papel da maternidade na vida das mães pesquisadoras e nos traz diversos insumos para discutir esta relevante temática.

O décimo capítulo, intitulado *Expansão interpretativa: perspectivas femininas sobre a presença e atuação das mulheres na academia*, de Alessandra Coutinho Fernandes, Luciana Ferrari, Leina Jucá e Andréa Machado de Almeida Mattos, estimula uma discussão oportuna sobre as pesquisas críticas e decoloniais, que nos incitam a refletir sobre *locus* de enunciação sobre as vivências das mães cientistas nos espaços acadêmicos, mediante narrativas apresentadas em vinhetas para problematizar os discursos que estruturam as chamadas subjetividades femininas na sociedade atual.

O décimo primeiro capítulo, de autoria de Bárbara Santos, tem o título de: *Parindo nossa própria história: o relato de três experiências da maternidade na academia e na docência*, apresenta o relato de três vivências da maternidade durante a vida acadêmica e profissional, tomando por base a (auto)biografia e a (auto)etnografia. Visando tornar visível a discussão da maternidade em publicações de revistas como fonte de conhecimento e análise por meio de narrativas pessoais, o ensaio da autora nos permite esse exercício de reflexão sobre os aspectos que permeiam a docência e a maternidade.



Sobre a prática da maternidade entre mães cientistas: uma reflexão a partir da experiência, de Vivian Prado Pereira e Ana Maria Pia, é o título do décimo segundo capítulo. Por meio de auto narrativas de duas jovens mães cientistas e análises estruturadas, o texto traz a proposta de defender um feminismo plural, interseccional e centrado na maternidade, para tornar visível e objeto de pauta de discussão de questões que desaguam em injustiças e desigualdades decorrentes da instituição patriarcal permeia várias esferas da vida social e nos possibilitar momentos de reflexão sobre a maternidade e sua relação com o trabalho acadêmico.

O décimo terceiro capítulo, *Narrativas de mães cientistas no contexto da pandemia por SARS-COV-2 e alterações bioquímicas consequentes em longo prazo pelo excesso de cortisol eliciado nestas mulheres*, tem a autoria de Otávio Corrêa Pinho, Marina Peres de Andrade e Marcelo Fernandes da Costa. O texto apresenta uma entrevista que se torna a narrativa de uma mãe cientista em tempo de pandemia e confinamento, associado aos resultados de aplicação de questionário com 16 mães pesquisadoras para realizar uma análise mista da temática. A pesquisa nos permite identificar diversas nuances das experiências, dos desafios e das dificuldades que cada mãe cientista enfrentou, ao viver a maternidade em tempos de Covid-19.

Esperamos que cada capítulo possibilite a construção de diversas e importantes reflexões sobre a temática das mães cientistas na América Latina, levando-nos a compreender as questões aqui apresentadas de forma mais plural, multifacetada e com mais sensibilidade.



Boa leitura!

Júlio César Suzuki¹

Rita de Cássia Marques Lima de Castro²

Alessandra Garcia Soares³

(Organizadores)

¹ Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo, mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo, doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência, em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. jcsuzuki@usp.br ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>

² Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero) e em Administração e Ciências Contábeis (ambos os cursos pelo Centro Universitário SENAC SP), com especialização e mestrado em Administração (FGV-EAESP), doutorado em Ciências (PROLAM-USP), pós-doutorado (FEA-USP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - Prolam / USP. Foi professora na FEA-USP pelo Programa de Atração e Retenção de Talentos (PART) – vigência 2020-2021. Atua como pesquisadora no CORS e no NESPI, ambos lotados na FEA-USP; no Grupo de Pesquisa Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina (Instituto de Psicologia-USP), no grupo de pesquisa CRIARCOM-C - Criatividade, Inovação, Comunicação e Marketing com ênfase nas Cidades (ECA-USP) e do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica (CESPE), onde atua como Presidente adjunta para o Brasil e como Chefe de Relações Internacionais. E-mails: ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

³ Pesquisa movimentos migratórios latino-americanos. Possui Bacharelado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2010), Licenciatura em Geografia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2010) e Mestrado em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2014). Integra o grupo de pesquisa Agricultura e Urbanização na América Latina. Possui Licenciatura em Pedagogia e é Pós-Graduada em Direitos Humanos. Desenvolve a pesquisa de doutorado junto ao Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) e ao Departamento de Geografia da Universidad Nacional de Colombia. Possui experiência em docência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia da população, migrações internacionais contemporâneas, redes sociais e território, comércio étnico e integração da América Latina. alessandra.soares@usp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0305-2570>

CAPÍTULO 1

“NÃO VOU EXPLICAR PORQUE VOCÊ NÃO VAI ENTENDER”: AS AGRURAS E AVENTURAS DE SER PESQUISADORA, MÃE SOLO E IMIGRANTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Janaina Frechiani Lara Leite ⁴

INTRODUÇÃO

Como grande parte das mulheres acadêmicas, minha trajetória tem sido mais lenta do que a de muitos homens, alguns dos quais são meus colegas no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), onde sou docente desde 2009. Quando fui aprovada no concurso para aquela instituição, tinha uma filha de sete anos e uma que havia recém-completado seis meses. Havia concluído o Mestrado em Teatro na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) em 2006, dava aulas na Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e morava em Florianópolis, a cerca de 100km do *campus*. O deslocamento entre as duas cidades levava quase duas horas em cada trajeto. Ou seja, uma mulher absolutamente comum,

⁴ Doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho (Portugal), Mestre em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: janainaleite@hotmail.com



cansada, que acumulava funções e se dividia entre “o lar e o trabalho”.

A progressão na carreira acadêmica, especialmente em uma universidade pública, exige a titulação de Doutor. Também a exigem o reconhecimento e o respeito dos pares. Era inexorável que em algum momento, o mais brevemente possível, eu trilhasse o caminho de me tornar novamente aluna para dar conta do título a ser perseguido. Com a vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, e a perspectiva de um país e uma universidade cada vez mais fragilizados, candidatei-me ao programa de doutoramento em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho.

Braga, sede principal da instituição e onde se localiza o Instituto de Ciências Sociais a que o programa está vinculado, é uma cidade de 192.494 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2011) ao norte de Portugal e possui uma grande comunidade brasileira. Chegou a ser apelidada pelo Presidente da Câmara como “Braguil” em artigo que destaca a presença massiva de brasileiros – e premonitoriamente dá boas-vindas àqueles que chegariam em futuro próximo, pois foi publicado às vésperas da eleição presidencial brasileira. Em 2019, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, houve um crescimento de 43% no número de brasileiros legalizados em Portugal. Antes da pandemia, um em cada quatro imigrantes em território português vinha do Brasil. Eu sou uma deles.

Diferentemente do que havia planejado inicialmente, apenas a minha filha caçula me acompanhou nesta aventura



migratória. Chegamos no dia 05 de outubro de 2019; ela com 10 e eu com 46 anos. No Brasil, éramos três, mas aqui seríamos – e somos – duas. Desde então, tentamos nos adaptar à vida em um país estrangeiro, nem sempre receptivo, sob o impacto de uma pandemia.

Com um projeto de pesquisa cuja temática aborda gênero e publicidade, lido diariamente com estereótipos e preconceitos, e eles não estão restritos à bibliografia ou ao objeto que escolhi analisar – representações femininas na publicidade criada por mulheres. Eles atravessam o meu dia a dia, estão presentes inclusive nas relações acadêmicas, onde é frequente o discurso falacioso de que não há diferenças entre gêneros em Portugal, e que mulheres e homens ocupam os mesmos espaços e desempenham papéis semelhantes na sociedade portuguesa. Não é o que indica o Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional.

O documento mais recente, cujos dados referem-se a 2018, mostra que há menos mulheres matriculadas em todos os níveis de escolaridade, à exceção do ensino superior, onde são 53,8% do total de alunos. A disparidade salarial de gênero era de 16,3% (2017), apenas 0,3% acima da média europeia; e esta tende a se acentuar à medida que aumenta o nível de qualificação profissional (CITE, 2019). Em relação à presença feminina nas instituições portuguesas de ensino superior públicas, paradoxalmente somos mais presentes entre o pessoal de



investigação científica (54,6%), mas em menor número entre os docentes: 43,1% dos docentes do Ensino Universitário e 48% do Ensino Superior Politécnico. Ou seja, não só há uma intensa e visível desigualdade entre gêneros como ela se manifesta de maneira transversal – também – na sociedade portuguesa.

Somados à desigualdade gênero, existe ainda a xenofobia e o racismo. Relatos de brasileiras assediadas ou vítimas de abusos diversos são comuns nos espaços virtuais de acolhimento à comunidade brasileira em Portugal. Uma das iniciativas mais ativas é a Brasileiras não se calam! (com atividade regular no Instagram, no Facebook e no site), que reúne relatos de mulheres em vários países. No levantamento mais recente, feito entre julho e dezembro de 2020, Portugal lidera o número de queixas com larga vantagem: 297; no segundo lugar estão os Estados Unidos (24), seguidos por Espanha (19), Inglaterra e Itália (18), Alemanha (17) e França (15). (BRASILEIRAS NÃO SE CALAM!, 2020)

Algumas das situações descritas ocorreram nos espaços acadêmicos, onde a presença crescente de brasileiros nem sempre é bem recebida, como é possível perceber nos posts abaixo, extraídos das redes sociais do grupo:



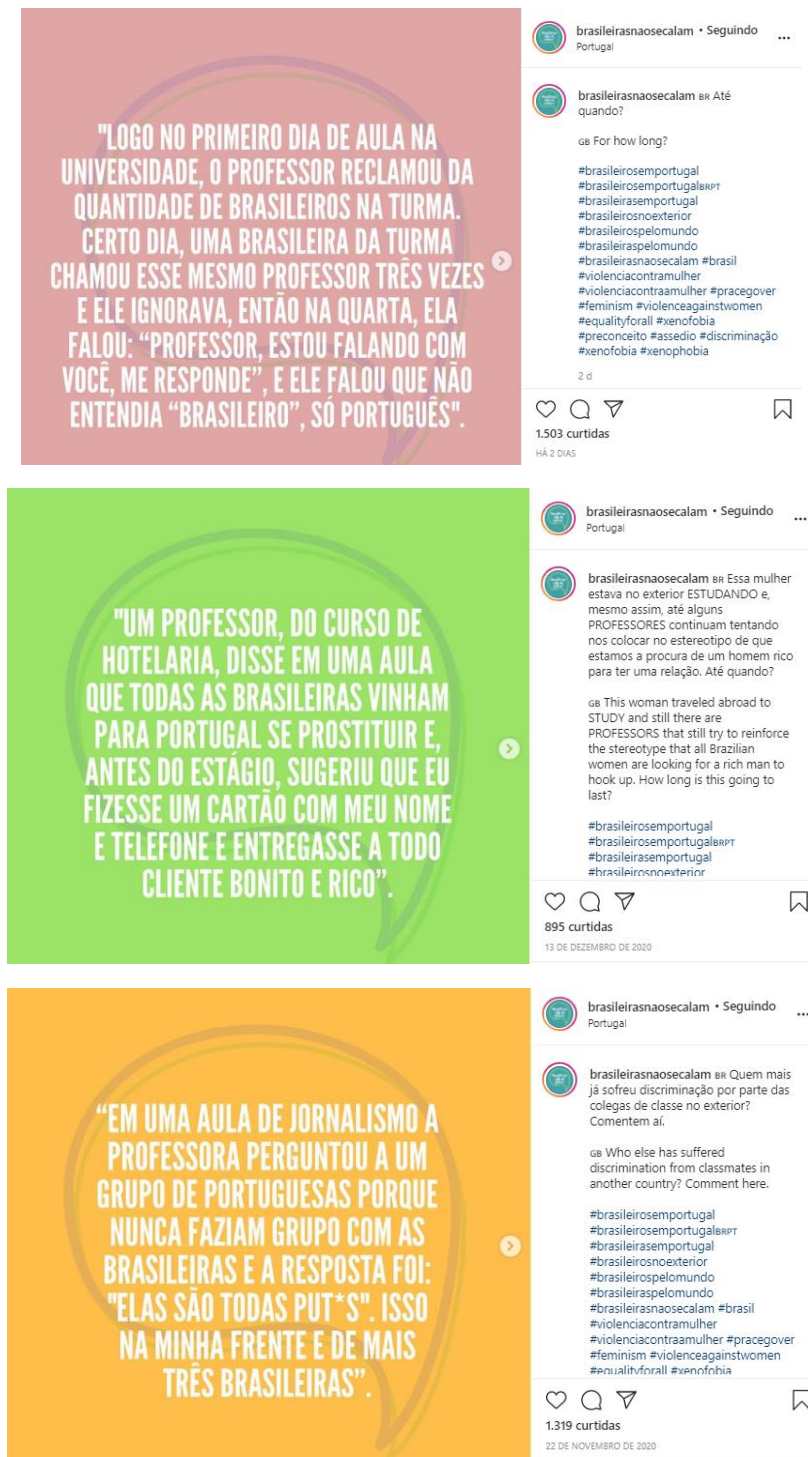


Figura 1 – Publicações do grupo Brasileiras não se calam! entre novembro/2020 e fevereiro/2021

Ainda que muitas sejam as mudanças ocorridas no país desde 1999, quando vivi em Lisboa e a União Europeia não era a potência política e econômica que representa hoje, a herança colonialista persiste e resiste. A associação das mulheres brasileiras à prostituição, por exemplo, segue maciçamente presente, independentemente da realidade social que estas vivam em Portugal. Para algumas transformações, 520 anos não são suficientes.

2 O TRABALHO FEMININO ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL, O POSSÍVEL E O IMPOSSÍVEL

Em 24 de outubro de 1975, que já havia sido declarado “Ano Internacional da Mulher” pela Organização das Nações Unidas (ONU), os islandeses experimentaram o que ficou conhecido como “a longa sexta-feira”. Nessa data, as mulheres se organizaram em uma inédita greve geral, que não havia sido convocada por segmentos específicos, sindicatos ou lideranças partidárias. Com adesão de 90% das islandesas (PEREZ, 2020), a mais extensa sexta-feira do ano foi marcada pela decisão das mulheres de não fazer absolutamente nenhum trabalho – remunerado ou não. Ainda segundo Perez (2020, p. 88):

nos supermercados, esgotaram-se as salsichas – à época, ‘a refeição rápida mais popular’. Os escritórios abarrotaram subitamente com crianças tornadas hiperativas pelos doces com que as tinham subornado para se portarem bem. As escolas, as creches, as fábricas de conservas fecharam ou ficaram em laboração reduzida.



Não houve limpezas, não foram cozinhadas refeições familiares, não se trocaram fraldas. Os escritórios foram invadidos por crianças e bebês, levados pelos pais que não os tinham com quem deixar. E talvez não existisse maneira mais eficaz de tornar visível o que era até o momento, e seguramente muitas e muitas vezes ainda é, invisível.

Em 1976, a Islândia aprovou a Lei da Igualdade de Gênero. Em 2017, o país foi eleito pela segunda vez consecutiva líder no Índice Global para a Diferença de Gênero do Fórum Econômico Mundial. Em um ranking criado pela revista *The Economist*, apareceu um primeiro lugar como melhor país para uma mulher trabalhar (2016), destacando atividades fora de casa e remuneradas. Entretanto, a expressão “mulher trabalhadora” deve ser considerada “como uma tautologia. Não há mulheres que não trabalhem. O que há são mulheres que não são pagas pelo seu trabalho”, alerta Perez (2020, p. 88).

São quase dez mil quilômetros a separar Brasília e Reykjavik. Um oceano de diferenças e singularidades sócio-econômicas, culturais e históricas. Assemelha-se, entretanto, a realidade que impôs às mulheres que possuem empregos formais a responsabilidade sobre as atividades laborais relacionadas aos cuidados com a família (filhos, idosos, companheiro), independentemente da sua atividade profissional:

E enquanto as mulheres foram crescentemente assumindo empregos remunerados, os homens não acompanharam essa inflexão através de um crescimento idêntico do trabalho não remunerado que assumem: as



mulheres pura e simplesmente viram aumentar o seu tempo total de trabalho, com múltiplos estudos ao longo dos últimos vinte anos a revelarem que lhes cabe a parte maior do trabalho não pago, independentemente da proporção do rendimento familiar que elas auferem. (PEREZ, 2020, p. 89)

Esse panorama preconceituoso e excludente não está alijado das universidades, sejam brasileiras ou estrangeiras. Podemos afirmar, inclusive, que espaços acadêmicos utilizam-se de uma série de estratégias intelectualmente justificadas para referendar a ideia de um fictício “gênero neutro” em suas políticas de administração e promoção, que criam dificuldades para a ascensão de mulheres. O regime norte-americano de *tenure*, por exemplo, estabelece um limite de sete anos para que docentes se tornem efetivos a partir de sua produtividade, o que prejudica “em especial mulheres que queiram ter filhos, em parte porque o período entre a conclusão do doutoramento e a entrada no quadro (entre os 30 e os 40 anos de idade) corresponde aos anos em que provavelmente estarão a tentar ter um bebê” (PEREZ, 2020, p. 101). Ao ser identificado o possível problema que essa regra indicava, a solução “neutra” passou a atribuir um ano extra por cada filho a cada genitor, igualando ficticiamente homens e mulheres no que diz respeito aos cuidados com os filhos.

Um relatório da União Europeia sobre universidades na Europa, citado por Perez, indicou que a política de concessão de bolsas para pesquisadoras e pesquisadores é desigual e reforça a cultura da valorização do excesso de horas trabalhadas, o que afeta principalmente as mulheres. Estas têm que dividir o tempo



dedicado à pesquisa com as restantes atividades cotidianas, um dos fatores responsáveis para que “a sua idade cronológica seja superior à sua atividade ‘acadêmica’” (PEREZ, 2020, p.106). Soma-se, então, o etarismo (ou ageísmo, termos utilizados para tratar o preconceito etário) à questão de gênero.

A pandemia de Covid-19 acentuou o abismo entre as responsabilidades masculina e feminina acerca de filhos, casa e família. Com a vida restrita ao espaço privado, historicamente determinado como feminino – o trabalho reprodutivo tão desvalorizado, o sobretrabalho das mulheres ampliou-se ainda mais, o que afetou de maneira distinta a produtividade acadêmica de homens e mulheres. Levantamento realizado pela organização Parent in Science com quase 15 mil cientistas brasileiros entre abril e maio de 2020 concluiu que, “especialmente para a submissão de artigos, mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos (principalmente com idade até 12 anos) foram os grupos cuja produtividade acadêmica foi mais afetada pela pandemia” (PARENT IN SCIENCE, 2020, p.12).

Em relação a docentes, apenas 8% das mulheres – contra 18,3% dos homens – estavam conseguindo trabalhar remotamente. Ao incluir a parentalidade na análise, descobre-se que somente 4,1% das mulheres com filhos foram capazes de cumprir integralmente suas atividades docentes de forma remota; já os homens com filhos que o faziam eram 14,9%.



Mesmo entre aqueles que não têm filhos, a diferença é significativa: 18,4% das mulheres *versus* 25,6% dos homens.

Silva, Cardoso, Abreu e Silva (2020) também enfatizam os problemas que a adoção da atividade remota trouxe para mulheres acadêmicas e pesquisadoras:

O referencial masculino no ambiente de produção científica, que espera por pesquisadores e estudantes disponíveis exclusivamente para sua formação e/ou pesquisa, demonstra-se ainda mais evidente a partir da adoção de algumas medidas que ignoram a sobrecarga das mulheres que estariam agora ainda mais presentes no ambiente doméstico e se viram como principais ou únicas responsáveis pelas atividades do cuidado. (SILVA; CARDOSO; ABREU; SILVA, 2020, p. 151)

As autoras ainda destacam, do estudo da Parents in Science, a importância do recorte racial, já que em todos os grupos – discentes de pós-graduação, pós-doutorandas(os) e docentes/pesquisadoras(es) – as mulheres negras são as mais afetadas em sua produção.

Quase um ano após a divulgação do levantamento da Parent in Science, um tweet da médica mineira Júlia Rocha viralizou nas redes sociais. No post, a médica descreve a diferença de comportamento de um homem e uma mulher, seus pacientes, diante da pandemia, e finaliza dizendo que descobriu, posteriormente, que eram casados.



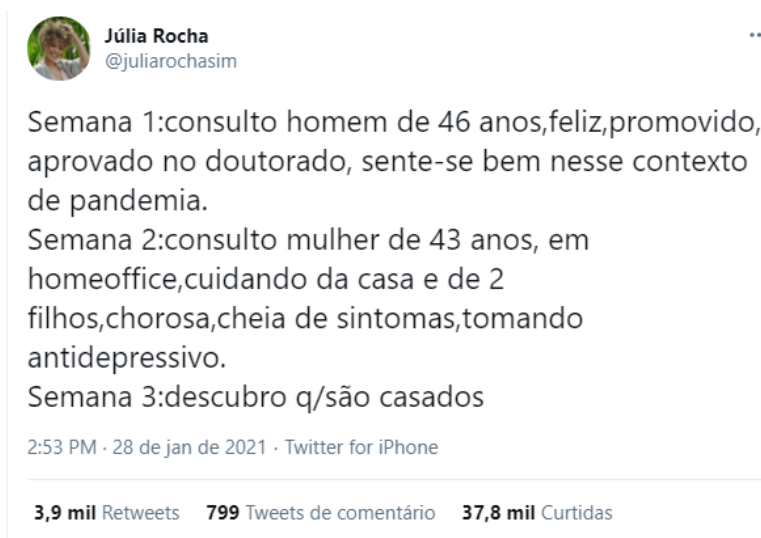


Figura 2 - Tweet da médica mineira Júlia Rocha que viralizou no fim de janeiro/2021

Sobre a exaustão materna durante a pandemia, a série *The Primal Scream*, do New York Times, reúne um conjunto de reportagens sobre o cotidiano de mulheres cujos filhos deixaram de frequentar as escolas e passaram a ter aulas online, ou simplesmente tiveram as suas atividades letivas suspensas, e os efeitos dessa realidade em aspectos sociais, econômicos e de saúde. Impactante é a opção de inserir entre as matérias áudios com os desabafos que as mães deixaram na linha especialmente criada para este fim pelo jornal. “Bem-vinda à Linha *Primal Scream* do New York Times, onde o espaço é seu para gritar, rir, chorar ou desabafar durante um minuto inteiro.”, anuncia a voz feminina que atende as chamadas telefônicas. E o que se ouve são mulheres exaustas, desesperadas muitas vezes, vozes chorosas, risos nervosos: “Deus, todos os dias eu penso que não vou conseguir fazer isso de novo, mas então eu faço. Eu levanto e

faço. Porque é o que os pais fazem, certo?”. Ou “Eu gostaria de ter energia para gritar. Toda a minha energia vai para conseguir atravessar o dia até ir para a cama e dormir. Tenho três filhos, todos em aulas online desde março, e trabalho em tempo integral. E parece que fracasso, todos os dias, em tudo que faço. (...)”.

Ainda que este seja um recorte bastante pontual e elitista dos impactos da Covid-19, ilustra o excesso de trabalho a que as mulheres são submetidas, que se acentuou com a instituição do *home office*, a necessidade de confinamento e as mudanças profundas que vêm sucedendo desde março de 2020. Um dos dados apresentados demonstra situação semelhante àquela apontada pela Parents in Science (2020) e ilustrada empiricamente pela médica Júlia Rocha: 66% das mães com parceiros afirmam serem responsáveis pelos cuidados com as crianças, enquanto apenas 24% dos pais se colocam nessa posição.

Mas e quando não há outro genitor por perto? Ou ainda: e quando a parentalidade restringe-se à maternidade? O Censo 2010 apontou que 37,3% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres; desse número, 87,4% são mulheres sem cônjuge e com filho(s). São as mães solo, denominação que vem substituindo a antiga “mãe solteira”, que denota indevidamente a conjugalidade como fator indispensável para que se tenha filho. Apenas na Constituição Federal de 1988 passou-se a reconhecer as famílias monoparentais, atribuindo igualdade de direitos e deveres “referentes à sociedade conjugal” ao homem e à mulher:



(...) pela primeira vez na história foi reconhecida como família a entidade composta por qualquer dos pais e seus descendentes, ou seja, as famílias integradas por uma mulher e seu filho passaram a ter os mesmos direitos das compostas pelo pai, a mãe e os filhos. (BORGES, 2020, p. 6)

A expressão mãe solo, em oposição a “mãe solteira”, teria inclusive sido defendida pelo Papa Francisco, em um discurso em maio de 2014. É recorrente na internet a divulgação da frase “Não existe mãe solteira. Mãe não é estado civil.” como se fosse de autoria do representante-mor da Igreja Católica, historicamente refratária a qualquer avanço relacionado às mulheres. Uma breve busca no Google pela declaração atribuída ao Papa Francisco indicou 1290 resultados distintos, desde sites religiosos, portais sobre maternidade até perfis como o do economista Ricardo Amorim, comentarista da Rede Globo. Não há, entretanto, registro oficial dessa afirmação, o que sugere ser mais uma das frases com autoria inverídica que se popularizam na internet.

O portal Gênero e Número publicou “Um retrato das mães solo na pandemia” (SILVA, 2020), onde ouviu algumas das mais de 11 milhões de mulheres nessa situação afetadas pelas profundas alterações provocadas pelo novo coronavírus. Thaiz Leão, diretora do Instituto Casa Mãe e atuante nas redes sociais como A Mãe Solo, aponta que o isolamento agora pandêmico sempre foi uma realidade para essas mães:

As mães já sofrem com isso, porque a dimensão da infância e do compartilhamento social do cuidado dos



filhos não existe. O que temos hoje é um agravamento, porque as poucas fontes de compartilhamento desse cuidado, como escola, o acesso ao trabalho e ao mundo, foram limitadas para essas mães para dentro da casa delas. (LEÃO *apud* SILVA, 2020)

Como aponta o título deste artigo, tenho sido mãe solo, pesquisadora e imigrante em Portugal desde outubro de 2019. A partir de março de 2020, passei a conviver – assim como os 7,5 bilhões de humanos que calharam de habitar o planeta neste tempo – com o medo, o isolamento, a saudade, as restrições e as dificuldades da pandemia de Covid-19, que neste momento (fevereiro de 2021) coloca o país em total confinamento, com a manutenção de funcionamento apenas dos serviços essenciais, aulas remotas para todos os alunos e fronteiras fechadas para o Brasil. São as narrativas das agruras e aventuras desse período e a história do que me trouxe até aqui que passo a dividir: memórias em forma de posts – um diário afetivo publicado de quando em vez nas redes sociais.

3 OS DIAS NÃO SERÃO OS MESMOS MAS PARECEM CADA VEZ MAIS IGUAIS

Antes de me mudar para Portugal, ocupava o cargo de chefe do Departamento em que sou docente. Assumi em julho de 2018, quando estava prestes a completar nove anos “de casa”. Também tinha retornado há alguns anos de uma licença para ser subsecretária de Marketing na Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Vitória, entre 2013 e 2016.



Uma das responsabilidades da chefia é a definição do horário semestral, com a respectiva indicação da sala para cada disciplina. Um quebra-cabeça exaustivo, mas que não exige muito mais do que paciência e uma boa tabela de Excel. Pois foi ao solicitar a planilha de semestres anteriores para a adaptar que ouvi: “Você não vai entender”. Um marco inaugural nada inédito para uma liderança feminina: o *mansplaining*⁵.



Janaina Leite

9 de agosto de 2018 · 2

...

É muita coisa para você entender de uma vez só, disse o rapaz. Física quântica? Alquimia? Como fazer a instalação elétrica de uma residência? Quem sabe acordeão? Não. Como preencher uma tabela dividida em dias, horários e locais. Não é para me gabar, não, mas tô na bica de fazer 45 e tenho duas filhas adolescentes, sou mãe solo há anos, professora há décadas. Pago contas online. Em vários bancos. Consegui me livrar da assinatura da Net e da Claro. Mansplaining? Vaisefoder.

Figura 3 – Post da página de Facebook da autora em 09 de agosto de 2018

A decisão de pedir a licença para o doutorado no exterior veio logo depois, motivada pela necessidade de qualificação para a progressão na carreira docente, mas especialmente pelo resultado das eleições de 2018. Viver em um Brasil que se anunciava a cada dia mais parecido com aquele que tinha

⁵ Criado a partir dos termos em inglês *man* (homem) e *explain* (explicar, explicação), significa a postura condescendente e machista que muitos homens adotam ao explicar às mulheres o que elas já sabem ou conteúdos extremamente simples.

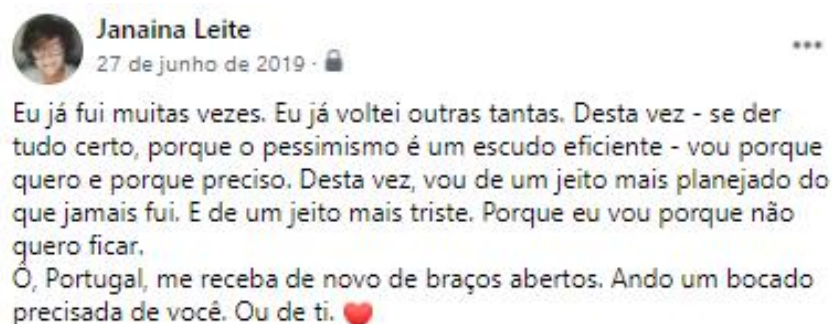


prendido e torturado os meus pais na década de 70 era insuportável e assustador.



Figura 4 – Post da página de Facebook da autora em 20 de setembro de 2018

Entre decidir e definir, porém, há um longo e burocrático percurso. A publicação da portaria de afastamento só aconteceu quando 2019 já ia pela metade.



Nº 692 - JANAÍNA FRECHIANI
LARA LEITE, Professora da Universidade
Federal do Espírito Santo, pelo período
de 12/08/2019 a 11/08/2021, no prazo
de 24 (vinte e quatro) meses e com ônus
limitado/UFES, para realizar Doutorado
na Universidade do Minho - Portugal.
Processo nº 23068.029430/2019-42.

**ETHEL LEONOR NOIA
MACIEL**
Em exercício

Figura 5 – Post da página de Facebook da autora em 27 de junho de 2019



E para o visto, com a grande procura de brasileiros, a espera prolongou-se ainda mais, só chegando em 30 de setembro.

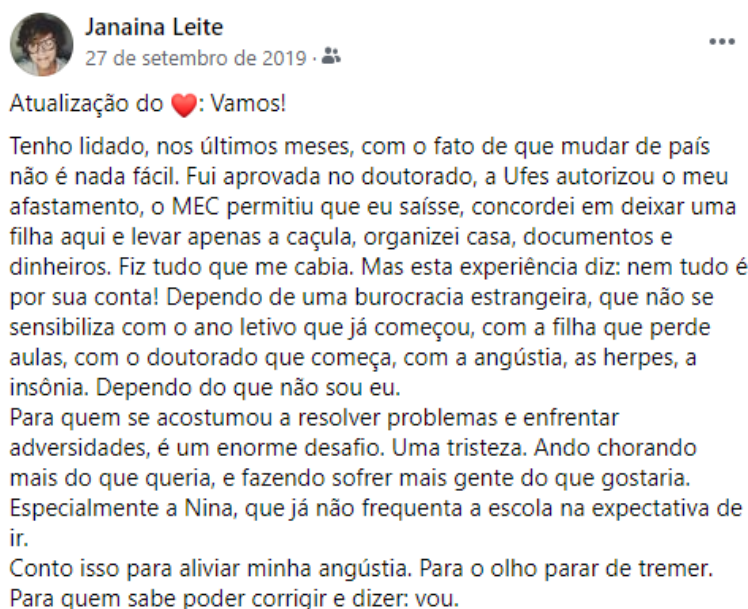


Figura 6 – Post da página de Facebook da autora em 27 de setembro de 2019

Há muitas expectativas em sair do seu país e tornar-se estudante aos 46 anos. Um tanto de insensatez, diriam muitos. Humildade, resiliência e – admito – um bocado de loucura, digo eu. Abrir mão do lugar tão arduamente conquistado, da segurança de uma rede de apoio bem estruturada quando se tem uma filha pré-adolescente não é fácil, mas pode ser libertador.





Janaina Leite

28 de novembro de 2019 · 🌐

...

Morar sozinha em outro país com a filha adolescente é como ter que dividir o quarto com quem você não conhece. Minto. Com quem você achava que conhecia, mas de repente virou uma pessoa quase estranha. Se vocês perdoarem a falta de jeito, um monstro daqueles que se revelam depois de uma hora inteira de filme, quando você já está bocejando, reclamando da falta de emoção.

É cada susto. Cada nossassenhora. É todo dia um conflito onde antes habitavam joaninhas e flores e perfumes de primavera. Minto de novo. Mas para vocês verem a nostalgia.

É eita atrás de eita, como filosofou alguém certamente numa situação parecida.

Tamo aí, sendo medonha. Só penso no valor da terapia muito em breve.



Janaina Leite

1 de dezembro de 2019 · 🌐

...

A primeira vez que morei em Portugal foi também a primeira vez que fui embora. Saí sem dizer quando voltava. Ou se. Voltei poucos anos depois. Virei mãe. Virei professora. Virei eu. Ou fui virando, que esse trabalho de sermos nós - afffff - não acaba nunca. Trabalho doméstico. Todo dia tem o que limpar. O que passar. Umas coisas para jogar fora. Umas plantinhas para aguar. Anos e anos se passaram. Achei até que o tanto de vezes que fui já era demais. Mas não. Aí lembrei que ninguém tatua asas nas costas pensando em ficar. E vim. De novo. Mas pela primeira vez. Primeira vez em Braga. Primeira vez na Uminho. Primeira vez com filha. Primeira vez porque não era possível ficar. Primeira vez. Primeira.

Figura 7 – Posts da página de Facebook da autora em 28 de novembro e 01 de dezembro de 2019

A última aula presencial do doutorado aconteceu no dia 06 de março de 2020. As atividades do Instituto de Ciências Sociais foram suspensas ainda antes do início do primeiro confinamento em Portugal, que começou numa sexta-feira 13. Um dos alunos estava contaminado, e o prédio teve que ser encerrado subitamente, sem que nada pudesse ser retirado de lá. No dia 08, todo o campus estava fechado. Era o início do caos.

Tudo ia mudar; por quanto tempo ninguém sabia. Mas existe o que não muda na vida de uma mulher, seja presencial ou remotamente: síndrome de impostor e exaustão.



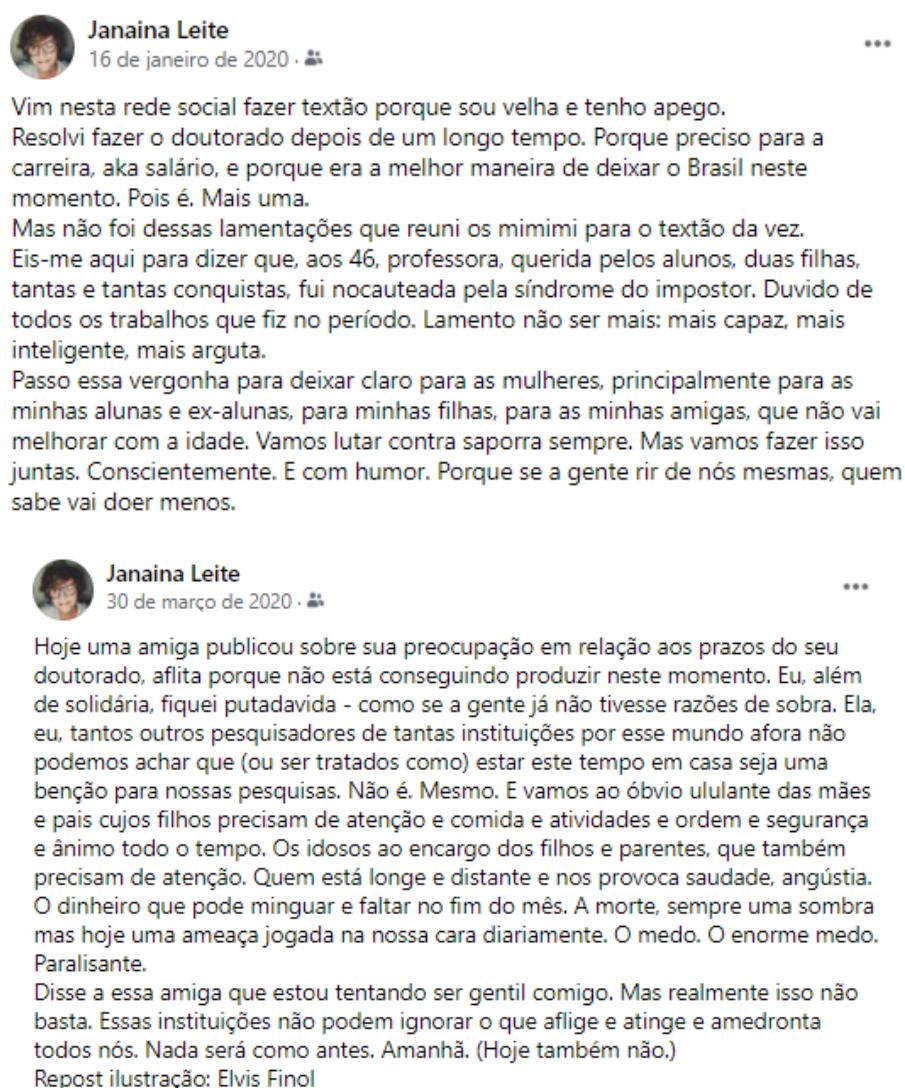


Figura 8 – Posts da página de Facebook da autora em 16 de janeiro e 30 de março de 2020

Nas agruras do confinamento, que entre idas e vindas dura até este momento, detalhes se agigantam. O espaço de 1,5m x 0,5m da varanda, por exemplo, é um respiro, e faz a ponte entre o exterior (distante apesar de ser logo ali) e o interior (DAMATTA, 1997).



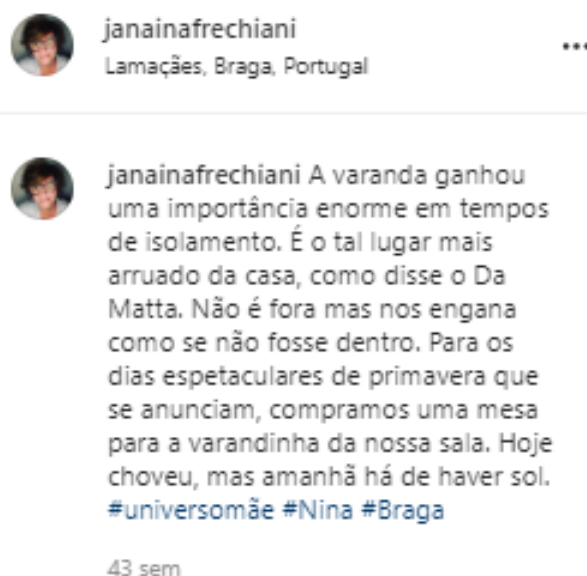


Figura 9 – Post do Instagram da autora em 17 de abril de 2020

E assim segue a vida neste tempo tão singular. Nesta saga de ser pesquisadora, mãe solo e imigrante em Portugal, vi muitos brasileiros retornarem para o Brasil. Também dividi com colegas a angústia de dar andamento a um doutorado que pede conversas, encontros e desabafos quando nada disso é possível. Tornei-me a única companhia para uma filha que vive comigo, e ausência sentida para a outra que está no Brasil. Mas seguimos. Vai passar.



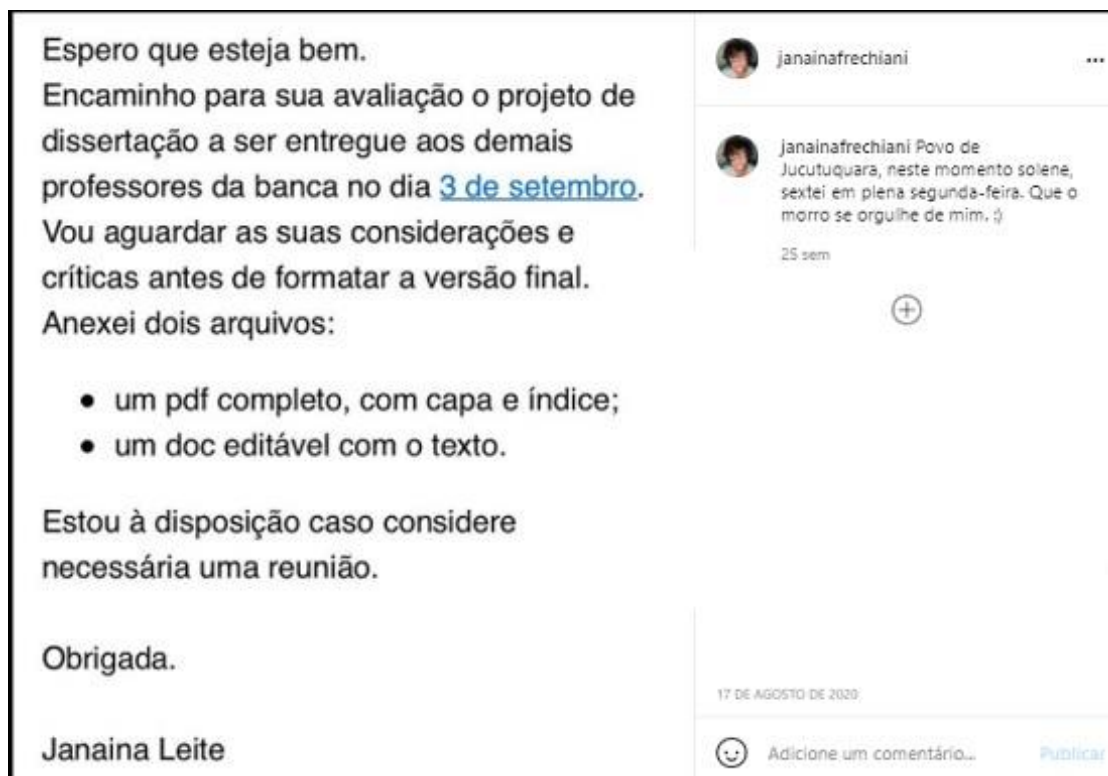


Figura 10 – Post do Instagram da autora em 17 de agosto de 2020

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre a dicotomia moderna. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, abril 2012, pp. 95-117. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 de janeiro de 2021.

BORGES, Lize. Mãe solteira não. Mãe solo!: considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v.1, n.1, 2020. pp. 01-23. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872/21118>. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.

BRASILEIRAS NÃO SE CALAM!. Números julho-dezembro 2020. Disponível em: <https://brasileirasnaosecalam.com/2020/12/31/numeros->

numeros-julho-dezembro-2020/. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. *Relatório sobre o progresso da igualdade entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional – 2018*. 2019. Disponível em: <http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs2/Relatorio%202018%20Lei%2010.pdf>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021.

DAMATTA, Roberto. Espaço: casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. In DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, 1997. pp. 19-45.

PARENT IN SCIENCE. *Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade*. Levantamento realizado pelo Movimento Parent in Science durante o isolamento social relativo à Covid-19. 2020. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acesso em 27 de janeiro de 2021.

PEREZ, Carolina Criado. *Mulheres invisíveis: como os dados configuram o mundo feito para os homens*. Lisboa: Relógio D'Água, 2020.

RIO, Ricardo. Bem-vindos a Braguil. *Correio da Manhã*, Lisboa, 24 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/opiniao/colunistas/ricardorio/detalhe/bem-vindos-a-braguil>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.

SILVA, Vitória Régia da. Um retrato das mães solo na pandemia. *Gênero e Número*, 18 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021.

SILVA, J. M. S.; CARDOSO, V. C.; ABREU, K. E.; SILVA, L. S. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. *Revista Feminismos*, v. 8, n. 3, set-dez 202 pp. 149-161. Disponível em:



<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114/23913>. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.

THE PRIMAL SCREAM. *The New York Times*, New York, Feb. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2021/02/04/parenting/working-moms-coronavirus.html?smid=em-share>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021.



CAPÍTULO 2

ENTRE OS TEXTOS, AS FRALDAS E OS CONTEXTOS: O (NÃO) LUGAR DA MATERNIDADE NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Luana de Paula Santos⁶

INTRODUÇÃO

Com a ampliação das vagas e de acesso às universidades públicas ou privadas no país através das políticas educacionais de cotas do Sisu e vagas do Prouni ou Fies implantadas nos últimos anos, muitas mulheres-mães de classes mais baixas acessaram estes espaços, assim como tantas outras acabaram se tornando mães nos percursos de graduação ou pós-graduação. Todavia, o ingresso não tem assegurado a permanência de mulheres que são mães nos espaços acadêmicos, sobretudo as que têm crianças pequenas ou filhos e filhas mais jovens sob suas responsabilidades. Neste cenário de instituições de ensino superior, que historicamente não foram projetadas para que as mulheres ocupem seus territórios, principalmente no que tange às mulheres negras e as periféricas, há uma luta interminável para que aquelas que além de todas as responsabilidades com o

⁶Mestranda em Integração Contemporânea da América Latina/UNILA e Professora efetiva no município de Osasco. E-mail: luana.paula.santos@gmail.com



lar e o trabalho ainda têm a maternidade para lidar, e que em constantes vezes é solo, consigam dar andamento em seus cursos. Lutas complexas, cansativas, que em diversas situações acabam em evasão destas mulheres das cadeiras universitárias.

A falta de políticas públicas educacionais voltadas para mulheres-mães, como bolsas de pesquisas e auxílios estudantis financeiros específicos para este público, ou cotas nos editais de assistência estudantil, assim como o baixo número de vagas em creches municipais ou inexistência de creches universitárias e brinquedotecas nestes espaços, são alguns dos fatores determinantes para a exclusão de mulheres que são mães, das universidades. As instituições educacionais as invisibilizam cotidianamente, tomando ações que não consideram a existência materna em seus espaços. É neste campo de invisibilidade, exclusão e tentativas de silenciamento dos corpos maternos-universitários, que se encontra a atual Universidade Federal de Rondonópolis (campus recentemente emancipado da Universidade Federal de Mato Grosso), local em que no início de minha formação acadêmica, me descobri além de universitária negra, periférica e migrante de outro estado, também mãe solo, no ano de 2014. Neste percurso me encontrei com diversas mulheres que já eram mães universitárias ou se tornaram logo após minha gestação, e que compartilharam das mesmas angústias em detrimento a todo o descaso institucional com as nossas demandas.



Do nascimento de meu filho, Luís, em 2015 para cá já se passaram pouco mais de cinco anos, e a instituição que antes era apenas um campus da UFMT e alegava que não poderia tomar muitas ações em relação às mulheres-mães porque dependia do aval de sua sede em Cuiabá, hoje já é emancipada e ainda assim perpetua um legado que não pensa os seus espaços para que mulheres mães com ou sem seus filhos e filhas, os ocupem. Sem creche ou brinquedoteca em sua estrutura, também segue sem oferecer auxílio creche para aquelas que não conseguem vagas no município. Sem fraldários, segue com as mães e alguns pais que frequentam seus espaços, tendo que trocar as fraldas de crianças pequenas, em carteiras universitárias. Sem permissão para que crianças sejam isentas ou paguem o mesmo valor que seus pais e mães no restaurante universitário, segue sendo palco de mulheres e homens que dividem seus bandejões com suas proles. Sem autorização para que mães e pais façam viagens de campo ou para congressos estudantis acompanhadas(os) de seus filhos em veículos institucionais, segue excluindo principalmente as mães estudantes dos campos de aprendizagem práticos e das lutas dos movimentos estudantis. Essas são apenas algumas das principais demandas e enfrentamentos que atingem sobretudo as mães estudantes da UFR, que a partir de minha experiência materno-universitária e do encontro com outras mulheres neste espaço, este texto pretende abordar em diálogo com o que Conceição Evaristo chama de *Escrevivência*.



2. MEU PROCESSO MIGRATÓRIO E COMO TUDO COMEÇOU

“A nossa escrivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”. Conceição Evaristo

Neste movimento de ampliação das vagas em universidades do país, oriundas das políticas públicas educacionais do Partido dos Trabalhadores (PT) enquanto esteve à frente do Governo Federal, foi que em abril de 2014 iniciei meus estudos por meio do Sisu no curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Mato Grosso em seu antigo campus de Rondonópolis. Encontrei-me naquele momento em um processo de migração pela busca de oportunidades de acesso ao ensino superior público brasileiro, uma jovem mulher negra, periférica, filha única de Vera Lúcia, uma empregada doméstica e de Lourival Manoel, um ajudante de pedreiro, e sem notas suficientes para ingressar nas universidades públicas de São Paulo, atravessei parte deste país em uma jornada de 1310 Km rumo a uma cidade e um estado que ainda me eram desconhecidos.

Esta diáspora e permanência somente foram possíveis porque além da vaga na instituição, eu também consegui acessar políticas de assistência estudantil através dos auxílios moradia e alimentação, os quais me possibilitaram a oportunidade de poder estudar sem ter que trabalhar no contraturno. Consegui



acompanhar bem o primeiro semestre, obtive ótimo desempenho acadêmico e me adaptei àquela nova realidade neste que viria a ser por um bom tempo o meu lugar.

No mês de novembro do mesmo ano, em meados do segundo semestre letivo, me descobri grávida de aproximadamente 5 semanas, a sensação ao olhar os resultados positivos dos testes de gravidez foi uma mistura de medo e de desespero, os quais me encheram de incertezas sobre como ficariam meus planos dali em diante. Conversei muito com minha melhor amiga, Juliana, a qual já era mãe e universitária, que, assim como minha mãe e meu pai, me proporcionou acolhimento desde o primeiro momento.

Juliana, tal qual outras mães estudantes da instituição, já vinha há um bom tempo lutando para existir dignamente nos espaços universitários, e sem dúvida alguma, foi grande influência em minha decisão para não desistir e seguir meus estudos mesmo distante de minha família, ela, foi a minha primeira rede de apoio em Rondonópolis. Travei então uma jornada de descobertas e conhecimentos sobre esta nova realidade que se instaurava sobre meus dias de modo que a princípio não fora planejado, debrucei-me sobre estudos acerca da gestação, parto e amamentação, pois desejava que todo este ritual de transição entre a jovem e a mãe, fosse o mais tranquilo e possível.



2.1 NÃO SE NASCE MÃE, TORNA-SE MÃE

Ao contrário do que se é pré-estabelecido aos corpos femininos pela sociedade patriarcal, a maternidade não é algo instintivo e inerente à todas as mulheres, e sim, um caminho árduo de construção, autoaceitação e adequação à um novo corpo, uma nova rotina e intermináveis novas demandas. Consciente disso tudo, foi então que resolvi traçar um caminho para a compreensão do que estaria por vir, caminho este que foi permeado de entraves e frustrações externas que atravessavam minhas possibilidades. Mesmo com um dos maiores coeficientes de rendimento da minha turma no primeiro semestre, não fiquei ileso aos possíveis boicotes no âmbito acadêmico em detrimento da minha maternidade, de onde eu mais esperava apoio, baseada nas convicções e ideários feministas, foi pelo contrário, de onde saíram os primeiros desestímulos voltados a esta minha nova jornada. Desestímulos em forma de: Como isso pode ocorrer com você? Não usaram camisinha? Acho melhor você trancar o curso e voltar para São Paulo! palavras proferidas por quem tanto discursa sobre teorias feministas no espaço acadêmico, mas que em prática, desdenha da capacidade de mulheres-mães e reproduz em seu cotidiano a maternofobia, eu não fui a primeira, e também não parou por aí. Este episódio, reforça o que Bittencourt aborda da seguinte maneira:

A universidade ao abrir “a caixa preta” sobre a diversidade do público que atualmente é atendido por ela escancara as desigualdades que as mulheres vivenciam a



partir da dupla jornada. Mesmo que a taxa de fertilidade tenha baixado nas últimas décadas entre as brasileiras, ainda há mulheres que decidem pela maternidade, serão essas as mais penalizadas quando decidem se qualificar? (BITENCOURT, 2017, p. 7).

As cobranças e desprezo por este meu corpo que agora já não era tão somente meu, foram tantas que me levaram ao abismo, sem perspectivas positivas para continuar, cheguei até por um momento, desistir de mim mesma e dos sonhos que haviam me levado até ali. Comecei a faltar às aulas, entendendo que a universidade já não era para mim, e que meu corpo e de meu filho não caberiam em seus espaços. Todavia, no que dizia respeito à minha construção enquanto mãe, seguia buscando conhecimentos acerca da gestação, parto e amamentação, descobri então o meu desejo em ter um parto natural domiciliar planejado e passei a uma imersão profunda sobre o assunto, é neste momento específico do tornar-me mãe, que me aproximei de um dos meus professores e sua família, Odemar, sua companheira Adelice, e sua filha Fernanda. Em uma conversa informal e distante da sala de aula, certa noite os encontrei em uma pizzaria do Jardim Atlântico, bairro universitário que ambos residiamos na época, e ainda gestante, contei sobre meus desejos para o meu parto. Odemar me perguntou se eu já tinha tema de pesquisa para a minha monografia e quem me orientasse, sugerindo, que eu trabalhasse algo relacionado às parteiras tradicionais, já que eu estava me debruçando sobre os assuntos relacionados ao parto, propôs então, ser o meu orientador de



pesquisa e eu de pronto aceitei. Surgiu naquele instante mais uma rede de apoio em meus caminhos, e muito mais que meu orientador, Dema, como carinhosamente é chamado, passou a ser meu amigo e me acolheu juntamente com sua esposa Ada, durante todo meu percurso acadêmico. Assim como as mãos de minha amiga Juliana, suas mãos foram fundamentais para me auxiliarem na decisão de retomar minha rotina universitária e voltar a sonhar naquele ambiente tão hostil aos corpos maternos.

2.2 DO NASCIMENTO À MORTE, ENTRE O SER FILHA E O SER MÃE

Entre os textos, a preparação para o parto de Luís e os diversos contextos que nos atravessavam, segui contando com o apoio de amigas como a Juliana, Suellen que acabou se tornando minha caloura enquanto eu ainda estava gestante e também é mãe, e Aline, que embora não seja mãe, me abraçou desde o primeiro momento, ambas seguem mesmo que distantes fisicamente, nos acompanhando ainda hoje.

Neste meio tempo que estive grávida iniciou-se uma greve docente em diversas universidades federais, a maior dos últimos tempos, a qual teve duração de aproximadamente quatro meses. Em meados da paralisação, nasceu Luís, com 39 semanas e 6 dias, na madrugada fresca de um domingo, em 15 de julho de 2015, na cidade de Rondonópolis, enquanto tocava a canção “Anunciação” de Alceu Valença. Nasceu como planejei, de parto natural, em casa, sem intervenções desnecessárias, com o amparo de um enfermeiro obstetra e de uma doula. Mesmo com todas as



dificuldades financeiras encontrei um jeito de parcelar em diversas vezes o parto, porque realmente eu sonhava com aquele momento tão nosso, que como um ritual de passagem para a vida que chegava e minha transição para a maternidade, merecia todo o respeito possível.

Na ocasião, meu pai e minha mãe não tiveram condições de seguir para Rondonópolis e acompanharem o nascimento do neto, uma vez que concomitante com a chegada de meu filho, minha mãe foi diagnosticada com um câncer de mama em metástase que já estava em fase terminal. Quando recebi a notícia, meu mundo desabou, era a segunda vez que ela tinha um câncer de mama, o primeiro a acometeu quando eu ainda era uma garota de sete anos de idade, naquele momento eu revivi a dor e o medo que já tinha sentido de perdê-la antes, ingressei com o pedido de regime domiciliar já que não existe licença maternidade para graduandas na UFMT/UFR e viajei para São Paulo com Luís, para que ela o conhecesse, me resguardei adiantando o pedido para que pudesse realizar minhas atividades das disciplinas, caso as aulas voltassem enquanto estivesse fora. O que acabou gerando uma sobrecarga mental muito grande, afinal, a greve acabou e as atividades acadêmicas se misturaram com minhas dores pela situação difícil de minha mãe e também com as dificuldades de um puerpério cheio de responsabilidades mal divididas em torno dos cuidados de um recém-nascido, a depressão pós parto chegou e fez morada por um bom tempo. Nos dois meses que estive em SP cuidando de minha mãe junto



com Luís, ela foi feliz, teve alta, aproveitou os momentos com ele e comigo, mas em pouco tempo, a médica que a estava acompanhando, me entregou um diagnóstico desfavorável, já não havia o que se fazer, só podíamos esperar, e com o meu filho nos braços e sem minha mãe saber, porque nunca tive coragem de dizer à ela, fui acompanhando seus últimos dias, a vendo sonhar, fazer planos, que infelizmente eu sabia que ela não alcançaria.

Eu me perdia todos os dias entre o ser filha e o ser mãe, eu não podia chorar na frente dela, e toda aquela situação me destruía por dentro, chorava escondido, debruçada sobre meus textos, enquanto fazia meus trabalhos e todos dormiam, sem entender porque a vida estava sendo cruel conosco daquele jeito. O tempo foi passando, ela foi enfraquecendo, e eu vi a mulher mais forte que conheci, a mulher que me deu a vida, definhando em cima de uma cama. Pouco tempo depois que Luís completou cinco meses de vida, ela partiu, aos seus 47 anos, com um histórico de lutas que nem sempre foram vencidas, mas partiu lutando, me chamou três vezes, cantou “Terezinha de Jesus”, fechou os seus olhos e foi embora em 05 de janeiro de 2016. Jamais será esquecida!

2.3 DO LUTO À LUTA: OS ENTRAVES E PERCALÇOS DA MATERNIDADE NA UFR

Para compreender a luta das mulheres mães no espaço acadêmico, é necessário ter a dimensão de que as reivindicações



por políticas públicas, são antes de mais nada, como afirma Silveira, um direito:

Considerando que a política pública é formada por um conjunto de diretrizes afiançadas por lei que possibilita a promoção e garantia dos direitos do cidadão, a assistência estudantil que se concretiza por meio dos serviços sociais se evidencia como uma política de direito, portanto não devendo ser entendida como assistencialismo, corporativismo ou caridade (SILVEIRA, 2012, p. 49).

Cerca de quinze dias após o falecimento de minha mãe, regressei à Rondonópolis para dar continuidade aos meus estudos, iniciando o quarto semestre letivo da graduação, desde então, minha cadeira universitária já não era ocupada apenas por meu próprio corpo, mas também, por Luís aos seus seis meses de idade. Neste momento iniciei uma jornada que até então eu só imaginava o quanto seria difícil percorrer. Naquele semestre me matriculei em nove disciplinas, além de ser bolsista do PIBID-História, acumulando além da maternidade inúmeras responsabilidades acadêmicas. O mergulho fundo em diversas tarefas na UFR, era o meio que eu encontrava de fugir do meu luto e da depressão pós-parto, pois no fundo sabia que se ficasse boa parte do meu tempo em casa, me afogaria em tristeza e poderia me custar caro.

Historicamente as universidades assim como muitos outros lugares na sociedade, não foram pensados e projetados para as mulheres, sobretudo para as que são mães, diante disso, mesmo



com o atravessamento do tempo marcado por diversas mudanças nas estruturas sociais, ou reivindicações no que tangem essas mudanças, as universidades tal qual o mercado de trabalho, perpassados pelas lógicas capitalistas e patriarcais seguem sendo hostis aos corpos maternos em uma dinâmica de maternofobia. Hostilidade essa que se fez presente em diversos momentos da minha vida acadêmica durante a graduação em história.

No semestre em que regressei ao curso, uma de minhas calouras me procurou extremamente incomodada com uma situação que envolveu meu nome, em uma disciplina optativa que estávamos matriculadas, ela procurou a docente responsável pelas aulas, empolgadíssima para dizer que realizaria um dos trabalhos comigo, para nossa surpresa, a professora orientou-a que pensasse bem antes de realizar o trabalho, pois segundo ela, minha maternidade poderia atrapalhar em seu andamento. Aquilo me marcou profundamente, cheguei por diversos momentos a me questionar sobre quanto essa luta valeria a pena, duvidando de minha própria capacidade, mas olhava para o meu filho e sabia que por ele e por meus pais, eu não poderia desistir. Segui o semestre e obtive notas muito acima da média em todas as nove disciplinas, esta era minha resposta à hostilidade, mostrar na prática, que a maternidade não era limitadora de minha inteligência e conhecimento, e que sim, apesar de difícil eu sou capaz.



Nesta dinâmica sobrecarregada, continuei por todos os semestres restantes até a conclusão da graduação, dividida entre a maternidade, os textos, trabalhos e provas das diversas disciplinas, os projetos dos programas de bolsas dos quais fiz parte, as responsabilidades em relação à minha representação discente no Departamento de História e também ao Centro Acadêmico de História, no qual cheguei a exercer o cargo de presidente por um ano. Os caminhos percorridos durante este tempo foram marcados por diversas dificuldades que muito além das questões das responsabilidades maternas, resultavam de uma série de empecilhos burocráticos e da falta de infraestrutura da universidade. Desde que era UFMT e atualmente como UFR, a instituição não dispõe de políticas de acesso e permanência para mães e pais, sobretudo de crianças pequenas para que consigam tanto na graduação ou pós-graduação, darem continuidade aos seus estudos. Diversas demandas de acessibilidade foram levantadas quando eu ainda era estudante, as quais ainda seguem sem nenhum recurso para que se efetuem as mudanças necessárias, dentre elas: a falta de fraldários nos banheiros femininos e masculinos, ou mesmo de um ambiente próprio para troca de fraldas das crianças etc, o que me levou assim como a outras mães, inúmeras vezes a realizar as trocas das crianças em sala de aula, corredores e inclusive a dar banhos em torneiras das áreas externas ao bloco que eu estudava.

Além das demandas dos fraldários, a instituição não disponibiliza um espaço como berçário, creche e brinquedoteca,



para que as (os) estudantes possam deixar seus filhos durante as aulas, provas, estágios práticos com maior tranquilidade, e dado a baixa oferta de vagas em creches municipais, esta ausência, torna-se um empecilho para quem têm filhos de 0 a 4 anos especialmente. Mais especificamente no meu caso, eu não insisti para conseguir uma vaga na creche municipal para o Luís, pois, dentro do planejamento materno que fiz a partir da descoberta da gestação, prezava pelo máximo de contato com ele em seus dois primeiros anos de vida, uma vez que eu já era adepta da criação com apego e da amamentação prolongada e em livre demanda para além dos seis primeiros meses, portanto, naquele momento, levá-lo comigo às aulas mais do que uma necessidade, foi minha escolha, todavia, ainda assim existem as mulheres mães, que necessitam e escolhem a possibilidade de uma vaga na creche para seus filhos, e a universidade, enquanto instituição educacional, plural e formadora, deveria minimamente, auxiliar no acesso a este direito. Se não pode construir creches como alegam, pois a educação infantil é de responsabilidade do município, deve-se pensar estratégias e criações de espaços lúdicos e acolhedores para que as mães que necessitam levar as crianças às aulas possam ter infraestrutura nas questões relacionadas aos cuidados de seus filhos e filhas. A possibilidade de oferecer auxílio creche para as mães que não conseguem vagas nos municípios, também é um dos caminhos eficazes que pode ser tomado.



Para as refeições no restaurante universitário não há a proibição de se estar acompanhado de crianças, todavia, também não existe a cobrança do mesmo valor pago pelas estudantes, as quais, devem pagar o valor integral de uma refeição, caso optem por uma refeição individual para os seus filhos, resultando em mães dividindo o bandeirão. As viagens de mães e pais estudantes para aulas de campo ou congressos estudantis em ônibus institucionais, na companhia de seus filhos e filhas, são proibidas, sob argumento de uma legislação que na realidade rege a vida dos servidores das instituições federais para que não utilizem os veículos públicos, como meio de transporte de passeio de suas famílias. Quando questionei sobre a lei federal e fui ao Ministério da Educação através de um e-mail para buscar informações, uma vez que, não aguentava mais perder viagens de campo tão importantes para a minha formação, a resposta que obtive é que as universidades públicas têm autonomia para deliberar sobre esta demanda, podendo inclusive serem favoráveis a isto. Foram inúmeros processos indeferidos e diversas aulas de campo e viagens de estudos perdidas, até conseguir levar Luís à primeira e única viagem que fizemos em veículo institucional, no meu último ano de graduação, após muita discussão e depois de levar a demanda para o Fórum de Rondonópolis por intermédio do Conselho Tutelar, já que a UFMT quando questionada sobre essa abertura para autorizar as viagens, me respondeu que o Conselho não permitia, é que consegui fazer com que a universidade se movesse positivamente diante da situação, com o apoio da então



pró-reitora e da coordenadora do curso, a autorização foi dada. Contudo, a normativa ainda segue, e diversas mães e pais estudantes, ainda perdem oportunidades que certamente poderiam contribuir para suas formações acadêmicas.

Observando todas as negligências às demandas da maternidade nos espaços universitários, é possível compreender o não atendimento à direitos sociais básicos garantidos pela própria Constituição Federal de 1988, a qual deixa claro que:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (...) Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; (BRASIL, 1988)

São quase sete anos desde que minha jornada como mãe universitária começou e três desde que me formei em 2018, e mesmo assim, se buscarmos relatos de mulheres mães que passaram pela mesma situação há vinte ou trinta anos, será perceptível que pouco ou quase nada avançamos no que tange os direitos das mulheres-mães estudantes do ensino superior público brasileiro, e infelizmente não se trata de uma exclusividade da UFMT ou da UFR, ambas compõem um leque de universidades públicas, as quais cotidianamente, invisibilizam a



existência de mães em seus espaços, sejam elas estudantes ou mesmo docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste breve relato de minha trajetória enquanto mãe na minha primeira graduação, da minha experiência e do meu encontro com diversas outras mulheres que maternam não apenas na mesma instituição, mas também em diversas outras deste país, concluo chamando a atenção para o quanto é notável que as universidades neste cenário de maternofobia, têm desempenhado um papel importante e problemático, como um braço do capitalismo e do patriarcado, os quais empurram mulheres mães diariamente para uma múltipla jornada de sobrecarga e exclusão. As universidades, sobretudo as públicas, precisam urgentemente repensar seus papéis na construção de uma sociedade cada vez menos desigual, que somente será possível, quando os corpos de mulheres e crianças não forem mais negligenciados.

Discutir, reestruturar e incluir as pautas das mães estudantes nas pastas institucionais da educação superior, é um caminho necessário para a criação de políticas públicas educacionais e de infraestrutura. É incoerente pensar em universidades para todos, assim como em uma sociedade justa, enquanto no cerne da formação do conhecimento dos saberes, as práticas têm se dado na contramão da equidade de gênero.



REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, S. *Maternidade e Universidade: desafios para a construção de uma igualdade de gênero*. Anais do 41o Encontro Anual da Anpocs, de 23 a 27 de outubro de 2017, em Caxambu - MG. ISSN 2177-3092.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaompilado.htm. Acesso em 02 de maio/2021.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, C. *Olhos d'água*. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

SILVEIRA, M. M. da. *A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras*. Dissertação de mestrado em Política Social, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2012.



CAPÍTULO 3

HIPERRESPONSABILIZAÇÃO DA MATERNIDADE E TRABALHO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID- 19

Kátia Souza Rangel ⁷

INTRODUÇÃO

Nossa contribuição para o debate do tema em questão remonta aos bastidores da mesa virtual *Afrolatinoamericanidades y Feminismos*, mediada por Alessandra Garcia Soares, em 21 de agosto do atípico ano de 2020, transmitida pelo PROLAM-Usp Debate e disponível no link <<https://www.youtube.com/watch?v=IOurPa7RaGs>>.

Na ocasião, nós e as pesquisadoras Jamilla Prata, Lina Córdoba e Paula Rodríguez socializaram os desafios do trabalho remoto, cuidado dxs filhxs sem rede de apoio e trabalho doméstico durante o período de distanciamento social.

7 Professora adjunta dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Amapá, vinculada ao Laboratório de Geografia Agrária e Urbana (LAGAU/UNIFAP) e ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP). Contato <katia.rangel@unifap.br>.



Com o objetivo de ampliar o debate ali realizado, a mediadora daquela mesa virtual propôs a mediação de uma mesa virtual específica, *Mães na academia*, já mencionada, a partir do que idealizou-se a presente obra.

Assim, a partir de nossa vivência como docente na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e mãe a partir do ano de 2013, registramos a experiência da maternidade na academia e empregamos a expressão acadêmicas mães em referência às docentes e discentes que vivenciam a maternidade e seus desafios no âmbito da universidade pública.

Assim, na primeira seção deste relato, refletiremos acerca do contexto social no qual insere-se a tradicional função social da mulher, a superexploração do trabalho feminino, a hiperresponsabilização da maternidade e os dilemas vivenciados pelas acadêmicas mães no âmbito da universidade pública.

Já na segunda seção, refletiremos sobre as condições impostas pelo atual contexto pandêmico e estratégias de cumprimento do trabalho remoto e assistência às atividades *online* de nossos filhxs.

Por fim, consideramos que o trabalho remoto se torna mais fragmentado e cansativo por conta do distanciamento da rede de apoio e ausência do apoio institucional reivindicado pelas acadêmicas mães, impactando a produção acadêmica.



2. FUNÇÃO SOCIAL DA MULHER, TRABALHO FEMININO E DILEMAS VIVENCIADOS PELAS ACADÊMICAS MÃES

A exploração do trabalho feminino foi intensificada durante a pandemia, embora sua superexploração seja anterior ao período de isolamento social e remete à imposição, pela sociedade patriarcal e machista, de uma função social prioritária às mulheres como cuidadoras dx outrx.

Ao incumbir-se ao gênero feminino a função social de cuidar dx outrx, que é, evidentemente, o gênero oposto, masculino, desresponsabilizou-se-o de cuidar dxs filhxs e de si próprio, relegando às mulheres a obrigação de cuidar não apenas dxs filhxs, mas de toda a família, incluindo-se os homens adultos e xs idososxs.

A principal função social atribuída ao gênero masculino, por sua vez, foi garantir o sustento da família, que também é uma imposição descomunal, pois aquele depende da posição ocupada na divisão social do trabalho e do recebimento de salário, de modo que a força de trabalho masculina não é, portanto, autônoma no cumprimento da função social que fora-lhe imposta.

Desse modo, tal função tem sido historicamente compartilhada com o gênero feminino, cuja força de trabalho fora incorporada ao mercado de trabalho com o objetivo de 'contribuir' para o sustento da família no bojo de uma sociedade



que, além de patriarcal e machista, também é capitalista, industrializada e consumista.

Embora a idade produtiva corresponda à idade reprodutiva de ambos os gêneros, o trabalho feminino é contraditoriamente desvalorizado no mercado de trabalho em relação ao trabalho masculino já que socialmente autorizado somente após cuidar dO outrO, pois a capacidade de gestar umx filhx e a maternidade de filhxs pequenxs pretere-nos na admissibilidade, ocupação dos cargos e salários recebidos.

Apesar da desvalorização de nossa força de trabalho, participamos efetivamente da função social de sustentar nossas famílias, embora o compartilhamento da função social de cuidar dO outrO não seja um fato social consolidado, já que naturalizada por sermos portadoras de útero, como se aprender a cuidar fosse uma habilidade deste órgão e não do cérebro.

Naturaliza-se também o acúmulo de jornadas do trabalho feminino diante a necessidade coletiva e desejo nosso de desempenharmos outros papéis sociais, embora o cuidado dO outrO seja considerado trabalho voluntário realizado pelas donas de casa ou remunerado precariamente às trabalhadoras domésticas.

Lembremos que fomos socializadas desde a infância no cuidado dO outrO e que ao temos feito o mesmo com nossas filhas, dando continuidade ao sistema social que também naturaliza a não divisão social do trabalho doméstico.



Lembremos que fomos socializadas, desde a infância, sobretudo a partir do cuidado dO outrO e que, ao reproduzirmos este comportamento junto com nossas filhas, damos continuidade ao sistema social que também naturaliza a não divisão social do trabalho doméstico.

O estereótipo da mulher virtuosa, inspirado no ideário religioso da Virgem Maria, mãe de ninguém menos que Deus e seu filhO, determina que após a concepção, a mulher faça tudo o que for necessário ao bem estar da família: excelente mãe, esposa dedicada, exímia dona de casa, possua emprego estável e seu próprio dinheiro para aliviar a sobrecarga financeira atribuída ao companheiro, inclusive abdicando do sono, autocuidados, mas sempre alegre e que perdoa tudo.

A interpretação dualista da mulher boa ou má atribui o esteriótipo da mulher perversa àquelas que não atendem aos critérios da virtuosidade, seja por criticarem-no, recusarem tais imposições, conscientizarem-se dos direitos sobre seus corpos, dos papéis que desejam desempenhar e/ou continuarem a carreira iniciada antes de tornarem-se mães, como na situação real descrita abaixo:

Mãe chegando do trabalho – Filhx, por que você está chorando?

Pai trabalhando em casa – Porque a mãe não está em casa. Sua mãe desnaturada!



Assim, sobrecarga representada pela hiperresponsabilização do gênero feminino pelo cuidado do outro e pelo trabalho doméstico, a desresponsabilização do outro gênero em ambas tarefas, a presença da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, sua desvalorização e o compartilhamento da função social de sustentar a família, faz-se ainda mais perversa diante a naturalização da culpabilização das mulheres desde a gestação.

Frases como “o filho é meu?”, “não poderei voltar ao meu país porque terei um filho no Brasil”, “você me colocou numa trampa”, “cuida você dx filhx porque foi você quem quis ter”, “vamos ver se você consegue conciliar filhx e trabalho”, “você prefere ficar aí no computador ao invés de cuidar dx seu filhx?” e “suas professoras também passaram por isso”, fazem parecer que xs filhxs são concebidos hermafroditamente e expressam o desafio de conciliar a maternidade com o trabalho acadêmico.

A hiporresponsabilização da sociedade, incluindo-se a universidade pública, de admitir e atender as reivindicações das mulheres mães e, respectivamente, acadêmicas mães, coloca-as na condição de hiperresponsáveis pelo exercício efetivo dos direitos das crianças, que deve ser cumprido pelo Estado e garantida pela sociedade como um todo.

Embora estes dilemas sejam vivenciados pela maior parte da população, a resolução é familiar e, mais especificamente, materna, ou seja, individual, ao passo que o sucesso é coletivo, na medida em que alcança-se o crescimento demográfico positivo,



oferta de mão de obra para o mercado de trabalho e a manutenção do mercado consumidor.

É empobrecedor viver para, principalmente, reproduzirmo-nos socialmente por meio do trabalho e consumo, assumindo uma sobrecarga que deveria ser partilhada, mas que cumprimos mesmo sem as condições necessárias: espaços de qualidade para que as crianças sejam cuidadas, socializadas e estimuladas enquanto trabalhamos e estudamos.

No que se refere a universidade pública, bem como a Universidade Federal do Amapá, o cumprimento das metas de produção intelectual e rendimento acadêmico negligenciam as acadêmicas mães ao não oferecer-lhes as condições reivindicadas e necessárias ao cumprimento daquelas metas.

Isso porque a universidade pública não reconheceu a necessidade – e sua responsabilidade – de disponibilizar espaços como creches, escolas de aplicação e brinquedotecas à comunidade acadêmica.

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), por sua vez, não possui creche, cedeu sua escola de aplicação à prefeitura municipal e, portanto, deixando de atender sua comunidade e, a brinquedoteca, que está fechada durante a pandemia, não funciona no horário noturno, apesar da oferta de disciplinas neste horário, no qual estudam a maior parte dxs discentes que têm filhxs, destacando-se as acadêmicas mães.

Em que pese a universidade pública ter sido instituída por uma elite masculina, branca e rica, esta ainda se mantém uma



instituição que forma, majoritariamente, homens brancos, não responsáveis pelo cuidado de seus filhxs e família, dedicados ao desenvolvimento intelectual, custeados por suas famílias, dominantes da norma culta e bilíngues.

O fato de a universidade pública não ter sido planejada para receber mulheres, trabalhadores e pessoas pobres, reflete o precário apoio institucional ao público que não corresponde ao perfil idealizado, levando a universidade pública a corroborar, reiterar e reforçar o descaso socialmente dispensado à maternidade.

No que se refere às acadêmicas mães, é frequente o sofrimento, autocobrança, adoecimento psíquico e o sentimento materno coletivo de frustração e incompetência quando não alcançam os resultados esperados, sobretudo quando decorrentes das dificuldades para conciliar trabalho, estudos e maternidade sem o apoio institucional reivindicado.

Sabe-se que o abandono do trabalho e estudos perpetua a dependência financeira da mulher, dificulta o enfrentamento da violência doméstica e, no entanto, a conquista do sucesso nos estudos e trabalho é entendida como atitude exemplar para xs filhxs, benéfica para o seu próprio desenvolvimento e da família.

Notem que capacidade intelectual não depende do gênero, ao passo que o melhor exercício do trabalho feminino remunerado e vivência da maternidade demanda a reorganização das funções sociais tradicionalmente estabelecidas para cada gênero, tanto no que se refere ao cuidado dO outrO, como a



divisão equilibrada do trabalho doméstico, valorização do trabalho feminino e atendimento das reivindicações próprias da maternidade.

No entanto, a manutenção do status quo interessa ao controle dos sujeitos sociais, ao desempenho das funções patriarcais e machistas e à reprodução de valores ideológicos que sequer foram pensados por nós, mas para serem reproduzidos por nós.

É, portanto, urgente, que a sociedade, bem como a universidade pública, assuma seus papéis no atendimento das reivindicações aqui apresentadas, já que as perversas imposições sociais impactam negativamente o trabalho intelectual, o rendimento acadêmico e o exercício da maternidade na universidade.

3. TRABALHO REMOTO, DOCÊNCIA, PESQUISA, EXTENSÃO E MATERNIDADE

Durante o período de isolamento social, as docentes mães da academia têm conciliado 4 jornadas de trabalho: 1º) trabalho remoto remunerado; 2º) cuidado dxs filhxs; 3º) trabalho doméstico e 4º) assistência às aulas remotas daqueles, todas concentradas em um mesmo lugar: a casa.

No caso das mães solo, as jornadas de trabalho não são compartilhadas com o genitor dxs filhxs e, no caso das mães solo e migrantes, a ausência da rede de apoio formada pela família



também intensifica a sobrecarga de trabalho. A ausência das babás e trabalhadoras domésticas, por sua vez, também reforça a sobrecarga e frisa-se a necessidade de estas também permanecerem isoladas e recebendo seus salários.

Assim, o necessário isolamento social imposto pela pandemia resultou no acúmulo da 4ª jornada de trabalho, já que o apoio das creches, escolas e brinquedotecas foi suspenso e assumimos – de bom grado, uma vez que oportuniza-nos observar privilegiadamente o desenvolvimento escolar – a assistência às aulas remotas de nossos filhxs.

Desse modo, a reorganização do trabalho durante o período de isolamento social priorizou a assistência às aulas remotas dxs filhxs pequenxs e, por coincidir com nosso horário de trabalho, iniciamos a jornada laboral às 5 horas, garantindo 2 ou 3 horas de trabalho concentrado antes de iniciarmos a rotina de cuidados daqueles.

Na 2ª metade das manhãs, agendamos as reuniões administrativas em dias intercalados às atividades extracurriculares presenciais de nossos filhxs e, aproveitamos a atividade dirigida das crianças durante o horário do almoço para avançarmos no cumprimento do trabalho.

As aulas remotas de nossos filhxs ocorrem no período vespertino, entre 13h30 e 18 horas, quando se iniciam as aulas que ministramos no horário noturno, durante as quais coordenamos as atividades assíncronas à rotina noturna das crianças.



Por serem acostumadxs a frequentar o ambiente acadêmico desde bebês, nossxs filhxs expressam afinidade com o público discente, gostam de estar conosco na sala de aula, inclusive on line, montam teatros em que reproduzem o que observam da docência, selecionam conteúdos de seus interesses para apresentarmos axs discentes, ensinam-nos como conduzir a explanação e gostam de aparecer na câmera das aulas on line.

Nos dias em que não ministramos aulas, conduzimos atividades de extensão on line, orientamos as pesquisas dxs discentes, conduzimos a rotina noturna da família e retomamos algumas tarefas após nossxs filhxs dormirem, cumprindo o planejamento de 8 horas de trabalho diário.

Uma vez que parte expressiva das atividades docentes, de pesquisa e extensão sejam realizadas individualmente e permitam flexibilidade de horário, o cumprimento da rotina familiar no mesmo lugar em que trabalhamos torna-o fragmentado, mais cansativo e menos produtivo.

Embora trabalhar em casa seja cansativo, proporciona maior autonomia quando não há rede de apoio disponível e flexibilidade quando as babás precisam faltar em seus empregos.

No entanto, a maternidade não é justificativa fundamentada para requerermos dispensa de ministrar aulas no horário noturno ou fins de semana letivos, embora seja difícil contratar babás para estes horários e, ao invés de justificativa fundamentada, já ouvimos que “trata-se de problemas pessoais”.



Também, a dedicação que a maternidade solicita não justifica requerimento de redução de carga horária durante, pelo menos, a primeira infância de nossos filhxs, embora os sucessos da maternidade sejam partilhados coletivamente, mas o acesso às condições reivindicadas para o melhor desempenho de nosso trabalho ainda não é ofertado.

Desse modo, as acadêmicas mães estão distanciando-se socialmente desde o nascimento de nossos filhxs, desocupando espaços anteriormente à pandemia, como os espaços públicos e políticos dedicados aos nossos encontros, acolhimento, socialização de dificuldades e estratégias de enfrentamento, limitando a construção de soluções.

No que se refere à UNIFAP, a não ocupação de espaços como a brinquedoteca, Centro de Vivência, bosques, gramados e lanchonetes pelas acadêmicas mães e filhxs ocorre por conta da sobrecarga, cansaço, sentimento de inadequação, peso do estereótipo da mulher virtuosa, incansável e laboriosa, e da mulher perversa, levando-nos ao autoisolamento.

CONSIDERAÇÕES

Por fim, os elementos abordados no texto demonstram as condições de conciliação da maternidade, trabalho remoto e trabalho doméstico no contexto do distanciamento da rede de apoio.



Concluimos que o tempo dedicado ao cuidado de nossos filhxs e ao trabalho doméstico aumentou e impactou a produção acadêmica, embora a carga horária laboral seja cumprida, cumprindo-se as obrigações institucionais, prazos e alguns resultados das atividades de pesquisa e extensão.

No que se refere à UNIFAP, reiteramos que esta não oferece o apoio institucional que reivindicamos: creches, escolas de aplicação e brinquedotecas à comunidade acadêmica nos horários matutino, vespertino e noturno, dispensa por ministrarmos aulas no horário noturno ou finais de semana letivos e redução de carga horária durante a infância de nossos filhxs.

Infelizmente, a UNIFAP acompanha outras universidades públicas no não reconhecimento do desafio enfrentado pelas acadêmicas mães e sua responsabilidade em atender nossas reivindicações, reproduzindo a negligência praticada pela sociedade e Estado ao deixar de oferecer o apoio institucional reivindicado para que nossos filhxs sejam cuidadxs, socializadxs e estimuladxs enquanto trabalhamos e estudamos.

Essa condição histórica reitera a exposição das contradições da maternidade na academia para além da dualidade dos estereótipos maternos, revelando a acadêmica mãe real: investindo cuidados nxs filhxs, trabalhando em casa, sobrecarregada e por vezes exausta, que também revela a dedicação para a autorrealização em todos os âmbitos em que atuamos.



É, portanto, urgente, que a universidade pública, como vanguarda do desenvolvimento social, assuma seu papel no atendimento das reivindicações aqui apresentadas, apontando novos caminhos para a superação das distorções sociais impostas ao exercício da maternidade.



CAPÍTULO 4

PESQUISADORA E MÃE LATINO-AMERICANA: CONCEBENDO DESAFIOS E GRANDES VITÓRIAS

Joice Pereira Andrade Teixeira ⁸

INTRODUÇÃO

Ser cientista, ser mãe e ser mulher na sua forma independente, é lutar uma grande batalha. Ao unir as três em uma só, significa guerrear. Guerra motivada por uma cultura que sobrecarrega a figura feminina de responsabilidades que correspondam a um padrão estabelecido por um sistema criado pelos homens e para os homens.

O homem impera em todas as categorias da sociedade sempre associado ao poder, estando impresso nos grandes norteadores da construção do pensamento crítico e filosófico como representante oficial e legal do ser humano.

Confesso que o fato sempre me incomodou, ler a palavra homem para representar os indivíduos humanos independente do gênero nos livros elaborados com o objetivo de reforçar uma cultura machista, hegemônica e eurocêntrica. Assim, segui

⁸ Universidade Católica do Salvador. Mestranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. joiceandrade04@yahoo.com.br.



descontente e ofendida com a desvalorização do meu direito a representatividade linguística da minha identidade uma significativa parte da minha trajetória escolar e refletindo acerca dessa afronta totalmente naturalizada e reproduzida.

Como a filha mais velha dos três irmãos, o meu pai cuidava dos meus passos como todo bom pai faz com a sua primogênita. Cresci. Desejo pela liberdade pulsava em mim e com ela uma grande vontade de, dentre outras coisas, dirigir. O meu pai prontamente obedecendo a um sistema manipulador me faz a seguinte pergunta:

- Para que você precisa aprender a dirigir?

A partir deste momento entendi como a vida seria desafiadora mesmo no início do século XXI no auge dos meus 18 anos. Iniciei a minha guerra buscando imediatamente meu próprio recurso financeiro e somente aos 25 anos tive a condição de pagar a minha auto escola e no mesmo ano comprar o meu primeiro carro. Neste mesmo período, o meu irmão do meio, único homem, completa 18 anos e o meu pai, como excelente obediente do tal sistema manipulador diz:

- O seu presente será a tua auto escola. VOCÊ PRECISA APRENDER A DIRIGIR.

Isso foi muito marcante e ao mesmo tempo me ajudou a enxergar o quanto teria que caminhar arduamente para encontrar e estabelecer o meu lugar de liberdade. Nesta narrativa tenho a oportunidade de trazer episódios do decorrer da minha trajetória enquanto aluna de um mestrado acadêmico durante a



pandemia causada pela COVID-19 e toda uma rotina vivida com o meu filho Pedro, uma criança de dois anos e meio, privado das suas necessidades infantis onde a liberdade e socialização estavam totalmente comprometidas neste contexto o que aflorou muitos sentimentos e propiciou muitas tensões jamais imaginadas no meu planejamento de vida materna.

PESQUISADORA E MÃE LATINO-AMERICANA: CONCEBENDO DESAFIOS E GRANDES VITÓRIAS.

Como uma mulher que deseja ir em busca das ferramentas necessárias para lutar contra um sistema controlador, busquei o fundamental que foi ingressar no ramo da pesquisa científica. Demorou muito a acontecer diante do ano da minha formação acadêmica como Licenciada em Ciências biológicas que se deu em 2007 por necessitar a partir de então focar no trabalho e na renda para garantir o meu sustento. Assim, segui a minha carreira enquanto professora e em 2010 dei mais um passo, cursando uma especialização em Educação Ambiental.

Diante de muitos conhecimentos adquiridos no decorrer da minha trajetória acadêmica, percebi o quanto o modelo educacional vigente no sistema de ensino brasileiro reforça um comportamento acrítico, omissos e desesperançosos dos indivíduos.



A partir do momento em que temos literaturas que fogem do nosso contexto sentido e vivido, enquanto professora e reproduzindo os padrões conteudista estabelecidos, me sentia colocando um cabresto nos meus alunos. Passei então a me interessar por uma Educação Ambiental crítica e contra hegemônica onde tratam de questões partindo da realidade social do meu público alvo que eram crianças e jovens periféricos. Daí o desejo de fazer mais e ir além foi crescendo e resolvi finalmente ingressar no Mestrado acadêmico, onde trato da temática Racismo Ambiental e Territorialidade, conhecendo muito profundamente acerca do preconceito e limitações estabelecidas por uma sociedade capitalista, eurocêntrica e machista da qual fazemos parte.

Muitas reflexões e emoções passaram a fazer parte de mim a partir dessa decisão. Tanto referente às informações acessadas a partir do ingresso no programa, como também da minha vida real enquanto mestranda. Logo na segunda semana de aula, me encontrava perante a um decreto que estabelecia fechamento dos estabelecimentos afim de manter o isolamento social a partir da chegada da COVID- 19 no Brasil e aparecimento dos casos no meu estado.

Nossa! Que impacto. Aquele planejamento para seguir com as minhas aulas e realizar este passo tão sonhado e finalmente conquistado, apesar de mais parecer uma corrida sem fim, conseguiu ficar ainda pior. Como administrar um mestrado



acadêmico remoto com um filho de dois anos e meio querendo a sua atenção, privado da sua liberdade de socializar?

Lembro-me que no primeiro dia de aula remota tínhamos um texto a ser discutido e eu, tentando fazer o meu filho calar, o coloquei em um quarto com brinquedos, fechei a porta e corri ansiosamente para a frente do computador. Ele não quis ficar, batia freneticamente na porta e me chamava. Chorei. Deixei a professora me chamando na sala e fui tirar o meu filho daquela situação em que ele estava sendo tão vítima quanto eu. O carreguei, pedi desculpas e cheia de culpa, cai em prantos. Em seguida, me dirigi ao computador e digitei no chat que, infelizmente as coisas fugiram do controle e eu estava com o meu filho nos braços chorando muito, portanto não teria condições de participar da aula.

Esse foi um momento de muita frustração afinal, estava pela primeira vez preste a concordar com uma filosofia que me foi imposta sobre a falta da possibilidade de conciliar maternidade e pesquisa principalmente com a chegada da pandemia. Pela primeira vez me senti sem forças, sem coragem de enfrentar todos os obstáculos que surgiram naquele momento pois, estava enfrentando tantos sentimentos ao mesmo tempo que a mente não conseguia pensar racionalmente.

Fiquei na semana inteira sem assistir as aulas e só chorava. Não conseguia trabalhar pelo mesmo motivo e percebi que tudo o que eu mais amava na vida estava escorrendo das minhas mãos devido a escolha mais importante que fiz ao realizar o sonho de



ser mãe. Como olhar o meu filho e associar toda esta frustração a ele?

Como imaginar que mesmo com a pandemia, se ele não existisse, eu estaria conseguindo fazer a minha vida seguir, mesmo diante a uma nova forma de viver?

Então o amor falou mais alto, busquei a força que toda mulher possui e ressignifiquei toda a situação, entendendo que mais uma vez eu estava perante a um desafio que me movimentaria totalmente e de uma maneira muito intensa.

A primeira decisão foi apresentar para toda a minha turma o meu filho. Sim! Rompi uma regra acadêmica de não haver presença de crianças na sala de aula. Assim, o Pedro passou a fazer parte das minhas apresentações de trabalho e discussões com a turma. Percebi o quanto ele foi aceito e acolhido por todos a ponto de durante uma soneca sentirem a sua falta e perguntarem por ele. Um carinho demonstrado pelos meus colegas e professores e diante disso, reforcei o pensamento de que toda regra imposta deve ser reavaliada, principalmente se vivida dentro de um espaço que tem como objetivo promover transformações intelectuais e formar pesquisadores que façam a diferença na história e na conduta de uma sociedade.

Em muitas aulas, o meu desafio enquanto mãe e pesquisadora foi levantado como exemplo nas temáticas abordadas no decorrer do curso. Lembro-me que na disciplina Ecologia Política, tratamos acerca das perspectivas



Ecofeministas trazidas no livro “Ecofeminismo para outro mundo posible” de Alicia Puleo (2013).

La maternidad como destino, denunciada por Simone de Beauvoir, y la división sexual del trabajo pesan demasiado todavía sobre las vidas de muchas mujeres como para no temer el elogio a las capacidades de cuidado femeninas. La exaltación de la «gran diferencia» de los sexos realizada con fines feministas arroja deficientes resultados emancipatorios para las mujeres. Esta observación puede aplicarse a los ecofeminismos clásicos. Insistir en la capacidad de dar a luz de las mujeres puede significar un retroceso con respecto a la reivindicación beauvoireana de la maternidad como opción libre y personal. Por ello, frente a posiciones diferencialistas que han ontologizado la bipolarización sexual patriarcal Hombre- Mujer, el ecofeminismo crítico reconocerá la individualidad. Esto no significa que pretenda ignorar los efectos que tiene sobre la individuación el lócus en el sistema social de relaciones entre los sexos. Roles, identidad sexuada, estereotipos, normas, sanciones y estatus son elementos constitutivos del sistema de género en el que todo self se incardina. Como sujetos, contribuimos a mantenerlo y, eventualmente, a transformarlo (PULEO, 2013, p.55).

As mulheres precisam ser reconhecidas como capazes de decidir sobre as suas próprias vidas e necessitam de um apoio muito significativo da ciência e de outros mecanismos de incentivo. A defesa acerca da autonomia da mulher vai muito além de oportunidades, mas principalmente ao respeito e



reconhecimento das experiências femininas onde a sua capacidade por muitas vezes é subestimada.

A submissão e opressão das mulheres já existe antes mesmo do surgimento do capitalismo. Porém, diante do seu desenvolvimento as diferenças de gênero ganhou mais força e intensidade. Segundo Eisler, (2007) “[...] guerra e outras formas de violência social continuaram a desempenhar um papel central no desvio de nossa evolução cultural do sentido da parceria para o da dominação”.

O cristianismo também reforçou muito a desvalorização da mulher na imposição de um Deus masculino, retirando as deusas femininas do lugar de poder sendo preservada a Maria, mãe de Deus em um papel intermediário na relação Deus e ser humano, sem fazer parte das divindades e mais uma vez cuidando e amando teus filhos.

AMOROSAS, CAPAZES E EXAUSTAS

As características rotuladas nas mulheres de atenciosas, capazes de realizar multitarefas simultaneamente com amorosidade, sensatez, equilíbrio e responsabilidade sempre foi valorizada quando reafirmava a sua importância enquanto boa mãe, excelente dona de casa e esposa exemplar. Na atualidade, tais características sobrecarregam o universo feminino diante da carga excessiva das atividades domésticas, ter que garantir o sucesso da educação dos filhos e a pela necessidade de se



capacitar com o objetivo de garantir o seu espaço na sociedade, principalmente para aquelas que buscaram qualificação profissional no ensino superior ou no ramo da pesquisa científica. (BASSET, 2005).

Desse jeito, segui a minha trajetória acadêmica, buscando trazer a minha experiência para reforçar a importância de transformação do pensamento preconceituoso seja relacionado a mulheres ou a qualquer luta de gênero pois, para cada uma delas existe um contexto de resistência que merece atenção e respeito.

Consegui concluir todas as disciplinas necessárias para completar os créditos estabelecidos pelo programa e fui aprovada com notas excelentes e que ganharam maior destaque pela aventura vivida para lograr aprovação em cada disciplina.

Confesso que já assisti aulas colocando o meu filho para dormir, trocando a fralda, dando o seu almoço ou o seu mingau pela manhã. Mas tenho certeza de que essa recordação estará para sempre na minha memória afetiva e o significado da conclusão deste curso terá um sabor ainda mais inesquecível. Hoje, no último ano do mestrado, sigo na minha pesquisa e na preparação da minha dissertação de uma maneira ainda bastante desafiadora que é ir a campo.

Para falar sobre Racismo ambiental e Territorialidade, se torna necessário acessar indivíduos que sofrem neste contexto de maneira mais direta e violenta. Aos poucos estou buscando ir até onde a pandemia me possibilita me deslocando para outras



idades, acessando também territórios quilombolas, assentamentos rurais, muito em breve comunidades indígenas e ribeirinhas. Para isso, muitas vezes preciso me ausentar por vários dias de casa, o que para uma mãe fere na alma ter que sair e deixar a sua cria com o olhar de “por favor, não me deixe!”. Essa é uma das maiores dores que uma mãe dedicada pode sentir. É um cordão umbilical que nunca se separa e ultrapassa todas as fronteiras físicas existentes. Mas toda mulher e mãe é forte o suficiente para superar esta dor e seguir firme no seu objetivo por saber que aquela ação trará a possibilidade de um mundo melhor para os seus e para outras pessoas.

Temos o compromisso de usar toda a nossa potência e talento para transformar o nosso planeta. Planeta este, que abriga os nossos filhos e todas as próximas gerações. Devemos isso também a mãe natureza que muito fortemente luta para se manter firme e viva. Faço isso pelo meu filho e pelos filhos dela, aqueles que sofrem a mesma dor que eu e lutam a mesma luta que a minha contra o preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste relato, percebe-se o quão difícil é enfrentar os obstáculos impostos em diversos aspectos sociais durante ao processo formativo da mulher e mãe, em um contexto totalmente estereotipado. Sabemos que muitas batalhas já foram vencidas nos últimos anos, mas ainda existem muitas



outras para serem superadas. Para isso, torna-se fundamental a participação de movimentos que lutam pela causa e leis que possibilitem a inserção deste público que tem grande potencial no ramo da pesquisa científica.

A América Latina já possui inúmeras lutas de resistência e deve incentivar a todos aqueles que querem combater o patriarcado e a essa cultura eurocêntrica que nos foi impressa. Não podemos lutar contra ela se reproduzirmos as suas condutas de dominação afinal, ir de encontro a aquilo que nos é imposto é revolucionário.

Existe o vício de associar tarefas domésticas a mulheres e tantos outros que desconfiguram o poder feminino. Essa herança do colonizador é totalmente intragável e desprezível. Tenho esperança de grandes transformações referente ao respeito pela diversidade, valorização do ser humano e da natureza como um dos mais importantes princípios éticos a ser seguido pela humanidade e que todos falem de maneira uníssona com a voz do amor e do cuidado com o nosso planeta, unindo forças e talentos para manter a sua integridade e harmonia pois ela é a nossa casa e todos vivemos sob o mesmo teto.

REFERÊNCIAS

EISLER, Riane. *O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro*, p. 95.



PULEO, Alícia H. *Ecofeminismo: para otro mundo posible*. Segunda Edición. Valência (Espanha): Ediciones Cátedra Universitat de València – Instituto de la Mujer, 2013.



CAPÍTULO 5

UM DIA DE MAERANDA: O RELATO BIOGRÁFICO DE UMA MÃE DOUTORANDA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO- USP

Juliana Ferreira dos Santos⁹

Luciane Maria Micheletti Tonon¹⁰

INTRODUÇÃO

A relação e comprometimento de mulheres mães pesquisadoras constituem um tema pertinente para os estudos de gêneros na América Latina. Buscar a forma como essas mães pesquisadoras produzem academicamente no contexto da Universidade, tem-se mostrado uma conquista para essas protagonistas, que têm uma dupla jornada de trabalho diário,

⁹ Doutoranda da Faculdade de Educação-FEUSP, Universidade de São Paulo-USP-São Paulo/SP-Brasil. E-mail: jubahia@usp.br
<http://lattes.cnpq.br/4753696702571127>

¹⁰ Doutora em Ciências do Esporte - USP (2022); Membro do Grupo de Estudos Olímpicos da USP (2014) Graduada em Jornalismo e em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina (1992). MBA Executivo de Gestão em Comunicação Corporativa (2007) Pós Graduação em Jornalismo Literário (2009). Compõe e edita um portal para pessoas com deficiência, www.guiadodeficiente.com.br. Formação técnica em atletismo paralímpico nível I e II pelo Comitê Paralímpico Brasileiro -CPB; formação técnica em Para Ski Cross Country, pela Confederação Brasileira de Desportos na Neve - CBDN; Árbitra de goalball da Confederação Brasileira de Esportes para Deficientes Visuais - CBDV, voluntária no Projeto social Fast Wheels e voluntária no Lar das Moças Cegas de Santos.



como mãe, dona de casa e pesquisadora. Conquista essa, que não poderia se limitar a estudos estatísticos somente de quantas doutorandas são mães, por exemplo. Observa-se, então a necessidade de ouvir a história de vida de uma mãe pesquisadora para uma compreensão subjetiva do seu lugar de fala e de recontar tal história por meio de um relato biográfico, que se intitula “Um dia de mãeranda” – misturadas palavras mãe + doutoranda. Apesar de contar sobre o dia a dia da pesquisadora, o relato resume sua trajetória de vida, numa linguagem identitária com tantas mães que ocupam a função de estudar.

Nesse sentido, a protagonista deste estudo é Luciane Maria Micheletti Tonon, mãe, dona de casa e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), nascida 25 de setembro de 1970, natural de Rolândia no interior do Paraná. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE tem aproximadamente 67.383 habitantes. Luciane pertence a uma família pequena, sendo a filha caçula, com dois irmãos, uma chama-se Lucimara e o outro Lúcio. Seu pai Mauro e mãe Maria Mazir, os dois já falecidos. A mãe faleceu em um acidente automobilístico, quando Luciane tinha ainda 16 anos de idade e o pai sofreu um infarto em 2016.

Luciane entrou no doutorado em 2018 após ser aprovada diretamente do mestrado que iniciara em 2017. Ela já se encontrava com 48 anos. Até então trabalhou cinco anos como



jornalista e 18 anos como aeromoça. Os estudos foram adiados e com a idade vieram as escolhas da vida, como por exemplo, ter adotado duas crianças. Ao encerrar a carreira de aeromoça resolveu voltar a estudar, paralelamente à carreira de ser mãe. Apesar da correria está conseguindo terminar sua pesquisa, o relato do seu dia faz-nos entender como isso é possível. Sua intenção é não deixar a qualidade de sua pesquisa cair e administrar da melhor forma possível a função de ser mãe.

Isto posto, o objetivo deste artigo é mostrar através de um relato biográfico, como uma mãe é ao mesmo tempo dona de casa e pesquisadora na Universidade de São Paulo-USP.

METODOLOGIA

O método utilizado foi o de narrativas biográficas tão bem aprofundado pela pesquisadora Rubio (2014. p 115): “as narrativas biográficas discursos individuais que oferecem uma compreensão do sujeito que narra, do mundo e das próprias experiências acumuladas na trajetória da existência.” Este método aborda as narrativas como fontes que priorizam a informação e conhecimento da pessoa, partindo de um pedido à interlocutora: “conte-me sua história de vida”.

As narrativas revelam-se como parte da transição paradigmática do fazer científico cartesiano, que não considerava a subjetividade, tampouco a história de vida dos sujeitos participantes (SANTOS, 1991). Pode-se dizer que tal



paradigma pode ser superado por uma visão heurística, valorizando as micro histórias, sem excluir as macro-histórias. Deste modo, as narrativas biográficas mostram a ideia de que o presente revigora quando as memórias são informadas numa interação significativa para todas as pessoas nela envolvidas.

Os instrumentos utilizados foram as histórias de vida e a história oral, que se consolidaram num momento de debates acerca da importância de levar-se em conta as experiências individuais assim como a estrutura discursiva que dá corpo aos relatos, face ao questionamento dos documentos oficiais. Chamada de nova história ou história do tempo presente, a história oral também é utilizada por se tratar de um método interdisciplinar. Evangelista (2011) corrobora com tal abertura, afirmando que se trata de uma forma de produção de conhecimento, dadas as suas características que proporcionam o acesso aos pontos de vista não registrados por uma transcrição literal, como no caso dos sentidos existentes nos relatos das mães e mulheres pós-graduandas na Universidade de São Paulo.

O ponto de partida do método é estar diante da pessoa pesquisada com um instrumento de gravação, no caso câmera de vídeo e fazer o convite: “Conte-me sua história de vida”. A partir daí ouvir o que os protagonistas têm a dizer, ou a não dizer, caso prefiram o silêncio em alguns momentos. O respeito às falas e a compreensão de suas lembranças são componentes norteadores das Narrativas Biográficas. A técnica encontra-se fundamentada na obra: Narrativas biográficas: Da busca à



construção de um método, organizada pela professora Dr^a Katia Rubio, coordenadora do Grupo de Estudos Olímpicos – GEO, que durante 20 anos entrevistou 1300 atletas olímpicos, buscando analisar suas histórias de vida no âmbito da memória individual e coletiva no esporte.

As narrativas biográficas dos atletas olímpicos brasileiros me levaram a um deslocamento da minha posição de pesquisadora, partindo de uma postura mais analítica para outra mais compreensiva, por entender que cada atleta, a partir de sua trajetória carrega uma interpretação sobre a situação vivida, atribuindo diferentes significados a essas experiências. Mais do que verdades universais o trato com as narrativas sugere verdades parciais, individuais ou mesmo momentâneas, afirmadas na intensidade das memórias que emergem sobre o tema em questão. Lidar com essa imprecisão exigiu uma busca constante sobre a condução das entrevistas e da análise do material que delas emerge (RUBIO 2016, p.53).

Esta visão enfoca as narrativas como fontes privilegiadas de informação e conhecimento, além de apresentarem a ideia de que o presente se fortalece quando as memórias são atualizadas numa interação significativa para todas as pessoas nela envolvidas, o que equivale a afirmar que a memória individual e a memória coletiva não têm contornos tão rígidos como mencionado acima. Segundo Rubio, para que o pesquisador possa a partir da narrativa do interlocutor construir o passado, ele precisa analisar, interpretar, compreender e traduzir aquela



fala, aquele momento da história ainda viva, tanto individual como coletiva.

Outro suporte teórico está no artigo de Lúcia Leão (2016) – Narrativas e histórias de vida na pesquisa acadêmica: reflexões sobre o método. Segundo a autora para poder compreender as falas do sujeito que narra há a necessidade de um método, uma trajetória onde a pesquisadora possa construir seu trabalho de pesquisa de forma a alcançar toda riqueza contida na fala da narradora.

O método narrativas biográficas proposto por Rubio (2014a, 2016b), é um método efetivo, que usa a técnica da apreensão, do contexto, da situação, e das relações interpessoais. O método deixa claro que a experiência vivida também é ciência, por meio de uma necessidade de percepção. O que a autora nos revela é que precisamos ouvir muito além das palavras, para assim, saber ouvir os sentimentos, os sorrisos, os choros, até mesmo o silêncio daquele sujeito.

Na perspectiva de Rubio, a narrativa é um ato de recordar, a partir da memória que são imagens, lembranças que passam por um processo de transformação no momento da interação, e essa troca é uma verbalização oral, claro, que a pessoa conta como ocorreu cada momento de sua vida, e essa fala ganha uma efetividade de forma descritiva.

Para corroborar com essa afirmação acima da autora, Almeida (2021) salienta que quando encontramos com a



narradora, não fazemos um depoimento, pois o depoimento tem origem jurídica, para uma interação como essa aqui apresentada, partimos da ideia do diálogo, que é uma abertura a compreensão do outro, isso não significa que o diálogo não exija de nós uma preparação prévia. É claro que a pesquisadora precisa preparar, pesquisar, saber quem é a pessoa entrevistada. Quando pensamos numa estrutura dialógica, encontraremos uma conversa fluida, movida pela própria pessoa que narra.

Almeida (2021), pontua que quando o diálogo é feito dessa forma, o raciocínio é formado pelo pensamento da interlocutora, pela memória dessa pessoa, obedecendo uma ordenação íntima, e uma lógica atemporal e afetiva, completamente diferente de uma entrevista cronológica, onde o sujeito começa narrando as etapas da sua história de vida como se fosse um calendário.

E quando essa pessoa expressa a sua fala com calma, com o seu próprio raciocínio, ela vai falar como foi sua vida na universidade, o que ela sentiu em determinada recordação experienciada. No diálogo nem sempre vem a fala, mas vem o silêncio, o suspiro, o choro, a pausa, e essas atitudes vão dizer muito o momento que esse sujeito vivenciou, é o momento que essa narradora conta a sua história, e ela ressignifica o momento que viveu. E isso é muito precioso, pois ela vai expressar o que realmente seja importante na vida dela (ALMEIDA, 2021)



Para Rúbio (2016) as narrativas biográficas além de apresentar o momento histórico desse sujeito, também traz consigo as representações verbais da memória, estruturando a recriação dessa pessoa, a construção identitária uma vez que apresenta um indivíduo, como um ser único e singular. Observa-se desta forma, que esse momento é permeado de lembranças, sensações, acontecimentos, experiências únicas, que essa interlocutora nos apresenta em sua trajetória.

Em um contexto macro, as narrativas biográficas traduzem as fronteiras históricas, sociais e culturais, como salienta a autora supracitada. O método permeia no campo da subjetividade, apropriado com contornos simbólicos e representações epistemologias no que concerne ao campo da imaginação.

Postulada a metodologia utilizada e já em mãos da entrevista, foi feita a transcrição da gravação atenta à fidelidade das falas. Só então, foi-se reescrita a rotina narrada, resultando no relato biográfico a seguir:



UM DIA DE MÃERANDA

Ainda são seis horas da manhã de uma segunda-feira. Mãeranda já está preparando seu café e a aula de personal training que dará às sete horas como um “bico” para complementar a bolsa Capes. Em tempos de confinamento, está dando aulas remotas de exercícios funcionais. Fora desse tempo daria a atividade na areia da praia em frente ao seu apartamento no bairro José Menino em Santos. Termina às 9 horas, enquanto os filhos ainda dormem. Vinícius, de 13 anos e Ana Clara, de 12 anos, dois adolescentes que vivem com ela desde que nasceram.

A mãe biológica tem sérios problemas de saúde e, portanto, tem guarda compartilhada. Olha para a pia cheia de louças; lixo para jogar; casa para arrumar. Mas, prefere aproveitar o silêncio para sentar-se em frente ao computador e continuar sua pesquisa e suas produções. Faz doutorado em Ciências do Esporte na área de Estudos Socioculturais da Educação Física da EEFÉ-USP. Estuda especificamente atletas que estavam em plena trajetória olímpica e sofreram algum acidente, ou doença, que os comprometeu fisicamente e, portanto, se tornaram atletas paralímpicos. Tema com que trabalha há cinco anos. Porém, o interesse pelo assunto vem desde 1993, quando suas amigas da equipe atletismo de Rolândia-PR (duas irmãs gêmeas) sofreram um acidente automobilístico e uma delas ficou tetraplégica. Elas treinavam



juntas desde os 12 anos correndo na pista ou nas ruas da pequena cidade do interior do Paraná. Mãeranda nasceu em 1970 e foi criada lá até se formar em Educação Física e em jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (cidade ao lado) em 1992. Depois trabalhou como jornalista durante sete anos e em 1999, jogou tudo para o ar, literalmente. Foi ser aeromoça. Voou durante 18 anos na mesma Companhia Aérea.

Deixou a profissão em 2017 por questões de saúde e por opção, voltou a área acadêmica. Hoje, além de pesquisar sobre atletas paralímpicos ela dá treinos voluntários para a equipe de Santos de Para Ski Cross Country, modalidade de inverno para pessoas com deficiência. No caso do Brasil, que não tem neve, há uma adaptação com rodinhas de Roller.

O horário marcado com eles é às 14 horas. Tem quatro alunos, que em tempos de pandemia fazem parte do grupo de risco. Mãeranda, então, usa a criatividade para aulas remotas. Duas garrafas pets ou de produtos de limpeza com água para dar peso nas mãos e assim simular o bastão que a modalidade exige.

Todos sentados em suas devidas cadeiras de roda. Ela dá a largada no cronômetro e todos, inclusive ela, começam a remar com as garrafas até finalizarem o percurso estimulado. No caso, o tempo que determina o percurso de 2, 4, 8 ou 10 quilômetros. No meio do “caminho virtual”, pede pra trocarem as garrafas por



uma mochila carregada com sacos de alimentos (arroz, feijão etc.) para simular a subida dos trajetos. Fora do confinamento, Luciane teria que ajudar os alunos a se transportarem de suas cadeiras para o equipamento, no caso o Seat Ski e amarrá-los para que se sintam seguros.

O treino é de longas distâncias, na ciclovia de Santos e precisa acompanhá-los de bicicleta. Mas, por enquanto, são 11h30. Corre ao supermercado buscar o que falta para e preparar o almoço. Os filhos se levantam para dividir o computador com ela, entre aulas remotas e a incessante vontade de jogar e-games. Às 12h15 o almoço está na mesa. Uma conversa descontraída entre dúvidas e palhaçadas deles, é o momento que mais interagem no dia. Já são 13 horas e dá tempo de ler alguma coisa para a tese? Não. Porque vai organizar a casa e estender a roupa que deixou batendo desde cedo. Às 15 horas, quando encerra a aula, senta-se na mesa para se concentrar na leitura da disciplina de terça. Quando do quarto surge uma voz:

- Mãe, pode me ajudar com essa tarefa de inglês? Ela se levanta e vai lá. Não demora muito, outra voz:*
- Tem bolo? To com fome.*



Bolo? Ainda não deu tempo, mas é já que vai botar um no forno. A tese? Mas, já são quase 18 horas e tem mais alunas de personal. Para tudo e vai preparar a aula. Termina com as alunas às 19 horas e os olhares pedindo jantajá sorriem para ela. Hoje tem hamburguer feito em casa. Sim, sempre faz em casa para economizar no delivery. Assim que jantam, ela retoma ao computador e vai desenvolver alguns trabalhos de correção, de redação ou transcrição de entrevistas, para ajudar no orçamento. E a tese? Escreve um pouco. Às 23 horas está entregue. Tenta assistir alguma coisa, mas não dura 20 minutos. Os filhos vêm pedir atenção. O cachorro quer brincar. E o sono bate forte. Tem vontade de ler um livro tipo “nada a ver” romance ou ficção. Mas, o sono tá gritando. Rapidamente dá boa noite nos grupos de família e amigos. Alguém sempre pergunta:

- Oi, tá

sumida?

ZZZZZZZ

DISCUSSÃO

Neste artigo buscamos evidenciar as pesquisas baseadas no método das narrativas biográficas, com o intuito de compreender a percepção da Mãe Luciane, acerca de seu próprio processo de aprendizagem enquanto pesquisadora



abarcando, também, sua compreensão de mãe acadêmica na Universidade de São Paulo-USP.

Deste modo, através da narrativa da colaboradora foi possível entender a vivência de uma mãe doutoranda, possibilitando que outras mães universitárias possam refletir sobre o processo de ascensão na universidade. O uso do relato biográfico com um tom de bom humor é uma forma de amenizar as dificuldades diárias enfrentadas pelas mães doutorandas em uma linguagem identificável de rotinas semelhantes, apenas mudando endereços e afazeres.

Esse relato também revelou que a trajetória da Luciane perpassou por vários vieses. Ora pela vida familiar, onde iniciou sua jornada de responsabilidade aos 16 anos de idade, ora pela vida profissional, ora pela vida acadêmica. E, mesmo com esse rumo que a vida lhe apresentou, a estudante nos fez refletir sobre o caminho que percorrem várias mães, com suas devidas dificuldades. Claro, são dificuldades diferentes. A questão que nos fica é em respeito à qualidade e quantidade de produções acadêmicas dessas mães. Seria a mesma de quem está exclusivamente dedicado à pesquisa? Apesar de não estar no relato acima, em seu discurso narrativo, Luciane deixa claro que faz do pouco tempo que tem, o melhor possível. Procura estar em dia com as leituras e suas criações. Mas, ela também repete em seu discurso que não é fácil e que depende muito da pesquisa a ser feita. Acreditamos ser diferente se ela estivesse preenchendo relatórios de observações diárias comportamental



ou de fases de crescimento em laboratórios em que o pesquisador precisa ficar de plantão. Talvez a rotina na casa seria mais prejudicada do que a rotina acadêmica. São hipóteses a serem levadas em consideração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, entendemos que a narrativa de uma mãe doutoranda, pode fortalecer o debate nas universidades públicas para um olhar mais atento a essas mulheres, e possibilitar assim a consolidação de políticas públicas que contemple a mulheres dona de casa, mãe e doutoranda, sem que ela precise complementar renda como faz Luciane, que no caso, é mãe solteira. Há sim a possibilidade de se fazer as duas coisas, estudar e ser mãe. Mas vê-se a necessidade de ampliar as pesquisas para ouvir mais mãerandas e conciliar com as instituições de ensino a melhor forma de aproveitar o potencial dessas mães que não se encorajam em se tornarem pesquisadoras devido a sobrecarga de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Willian De. *Brasileiros, por que não?* Trajetória e identidade de atletas olímpicos brasileiros, São Paulo: Laços, 2021



EVANGELISTA, M. B. *Entre a expressão e a intenção: possibilidades de construção narrativa através da transcrição em história oral*. Anais do 26º Simpósio Nacional de História, 2011.

RUBIO, K. Memórias e narrativas biográficas de atletas olímpicos brasileiros. In: *Preservação da memória: a responsabilidade social dos jogos olímpicos*. São Paulo: Képos, 2014.

RUBIO, K. *Narrativas biográficas: da busca à construção de um método*. São Paulo: Editora Laços, 2016.

SANTOS, B. *A transição paradigmática: da regulação à emancipação*. Coimbra: Oficina do CES, 1991.



CAPÍTULO 6

A MATERNIDADE NOS PERÍODOS DA FORMAÇÃO ACADÊMICA, DOCÊNCIA E PESQUISA

Aline Andrade Santos ¹¹

Juliana Ferreira dos Santos ¹²

INTRODUÇÃO

Sob uma perspectiva de gênero, durante muito tempo incidiram sobre as mulheres e suas liberdades de escolhas, além de fatores relacionados a condições e gostos de classe, constrangimentos intrinsecamente atrelados ao fato de “serem mulheres”.

A história social feminina mostra um cenário onde a maioria das mulheres foi ensinada a se comportar conforme as concepções masculinas arraigadas na cultura, mas, ainda hoje, a autonomia conquistada pela mulher gera reações negativas na sociedade, como vários tipos de violência contra elas cometidas, pois “Desta forma, aprofundando a tomada de consciência da

¹¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo- PPMTUR. E-mail: aline.andsantos@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4337836692307726>

¹² Doutoranda da Faculdade de Educação-FEUSP, Universidade de São Paulo-USP-São Paulo/SP-Brasil. E-mail: jubahia@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/4753696702571127>



situação, os homens se ‘apropriam’ dela como realidade histórica, por isso mesmo, capaz de ser transformada por eles.” (FREIRE, 1992, p. 66-67).

Ao analisar a condição das mulheres perante a sociedade, nota-se que foram subjugadas, desde outrora, por uma cultura tradicionalmente patriarcal, marcada pela desigualdade de gênero. Essa conjuntura introduziu inúmeras dificuldades na trajetória feminina, em todos os âmbitos de sua vida. Foi proclamada em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento norteador das regras de igualdade, o qual explica que homens e mulheres são iguais em direitos. Ainda assim, mesmo em países que buscam seguir a Declaração, até hoje, verifica-se uma sociedade desigual entre homens e mulheres. No geral, as mulheres sempre foram forçadas, por várias razões, a serem dependentes de seus maridos por apoio financeiro (SILVA, 2014). A intensa jornada de trabalho e salários desiguais cabem como desculpa de que é obrigação do homem sustentar sua família (PROBST, 2003).

Diante do desejo de transformar esse cenário, surge o conceito de empoderamento feminino, que busca o reconhecimento e a valorização das mulheres como forma de alcançar sua autonomia e a igualdade entre os gêneros (COSTA, 2004; LISBOA, 2008; MELO e LOPES, 2012).

Ao empoderar-se, a mulher passou a ter menos filhos, a buscar desenvolver o seu grau de instrução, assim como passou a ser economicamente ativa e independente, promovendo



diversas mudanças socioculturais e econômicas (BRUSCHINI e PUPPIN, 2004).

Um aspecto que se redefiniu, devido às diversas transformações do papel da mulher na sociedade, foi a sua carreira, tanto acadêmica quanto profissional, que a possibilitou galgar espaços e posições, dentro de uma empresa ou no ambiente acadêmico, antes só ocupados por homens, visto que outrora suas atividades eram restritas às tarefas domésticas, priorizando a criação dos filhos, destruindo o estigma de que não teria, como eles, pretensões científicas, um gosto formal refinado para narrar ou capacidade para julgar obras artísticas, apreciar belas paisagens e monumentos, esfacelando a imagem de “humilde apreciadora” da realidade (Floresta, 1998b).

Na atualidade, o sexo feminino insere-se e permanece na academia e no mercado de trabalho, de forma incessante, construindo e gerindo sua carreira e assim alcançando, por mérito, lugar de destaque nas organizações (DINIZ e GUIMARÃES, 2013; ANDRADE e BARBOSA, 2013).

A carreira, além de ter seu significado atribuído à perspectiva objetiva das esferas acadêmica e profissional, também abrange questões subjetivas como as compreensões e habilidades do indivíduo (LONDON e STUMPF, 1982; HALL, 2002; COSTA e DUTRA, 2011). Esses aspectos particulares são muito relevantes na análise do ponto de vista feminino sobre sua formação e carreira, pois tornam possível vislumbrar a complexidade da trajetória feminina nesses âmbitos.



Apesar das mulheres representarem 60% da população graduada e 51% da pós-graduada brasileira (MOVIMENTO HABLA, 2012) e estas possuírem uma média de anos de estudo maior que a do sexo masculino (8,1 anos em comparação com 7,7 anos) (IBGE, 2014a), a maioria dos discentes, segundo o censo realizado pelo IBGE (2014a), ainda são homens, tanto em instituições públicas quanto privadas, independentemente do grau de acadêmico (especialização, mestrado ou doutorado). Essa constatação é reflexo da pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE (2013)¹³ que expõe que essa predominância masculina segue também em relação a empregos que demandam qualificação de nível superior: 91% dos homens, frente a 81% do sexo feminino.

Nas universidades federais, por sua vez, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres são supostamente menores (MIRANDA et al., 2009). Sendo assim, barreiras como assimetria de poder deveriam não existir ou pelo menos ser minimizadas nessas instituições. Nesse sentido, o tema central da pesquisa é as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para desempenhar o papel de mãe enquanto acadêmica, docente e pesquisadora.

Pesquisas que consideram as relações de gênero e, portanto, a participação da mulher, encontram-se em estágio crescente na literatura acadêmica nacional e internacional, mas

¹³ OCDE - é uma organização econômica intergovernamental com 36 países membros, fundada em 1961 para estimular o progresso econômico e o comércio mundial.



nem por isso tem contribuído de maneira efetiva para diminuir as diferenças entre os gêneros e suas relações, principalmente nos campos educacional e profissional (CAPPELLE, 2007).

Nesse contexto, a pesquisa em questão contém informações necessárias para compreender as mulheres, enquanto mães e universitárias como são compreendidas dentro das funções sociais no ambiente formador e quais os fatores que a levaram a persistir em seus propósitos, levando em consideração a vida dessas mulheres como sujeitos históricos e produtoras de seus próprios conhecimentos.

2 SER MÃE OU CIENTISTA?

Como sabido, o trabalho acadêmico na pós-graduação ou enquanto professora envolve o cumprimento de créditos, desenvolvimento do projeto de pesquisa, participação de eventos científico, leitura e produção de artigos, dissertações e teses – acarretando uma dedicação que extrapola as 8 horas diárias. Soma-se a isso a questão que, socialmente, é responsabilidade da mulher cuidar das atividades do âmbito doméstico e familiar, assim como a pressão para se casar e ter filhos. Neste sentido, existe um conflito entre as horas dedicadas ao trabalho e as horas dedicadas ao ambiente familiar. As entrevistas realizadas por Santos (2016) revelam, portanto, que estas mulheres nutrem um sentimento de que estão negando a família ao se dedicarem ao trabalho. Um sentimento de culpa.



Em um contexto em que se é atribuído assimetricamente as responsabilidades familiares e domésticas para a mulher, ela tende a realizar jornadas duplas ou triplas para dar conta da casa, dos filhos, dos estudos e pesquisa. Por outro lado, do homem acadêmico, espera-se que ele tenha uma esposa em casa que de conta desta esfera, podendo se dedicar ao seu trabalho sem a culpa do abandono. Como resultado, observa-se o acúmulo de atividades nas mais diversas esferas, se apresentando como um grande obstáculo para a carreira no mundo acadêmico, levando a uma progressão mais lenta quando comparado aos homens (SANTOS, 2016; SILVA, 2020).

Santos (2016) relata casos de mulheres que abandonaram ou não ingressaram no doutorado para poder constituir família. Por outro lado, a mulher cientista que opta por não ter filhos pode ter seu caráter questionado, uma vez que entendem ela como desviante de sua função “natural” de ser mãe. Frases como “casou com a profissão” e “escolheu a profissão ao invés da família” são corriqueiras quando se referem às mulheres solteiras ou que não tem filhos e são bem sucedidas. Silva (2020, p. 13), em sua dissertação de mestrado relata sua própria experiência quando atingiu os 21 anos, onde escutou muito: “você sabe que você vai ter problema para engravidar”, “você vai ter filho ou não?”, “o relógio biológico começa a apitar” ou “fica feio para mulher ter filho tarde” passaram a ser parte do seu cotidiano como forma de pressão para a maternidade compulsória, impelindo que o ápice do “ser mulher” se completaria com a gestação. De modo geral,



parece não ter saída “satisfatória”: ter filho implica em tempo e recursos – que podem interferir diretamente no rendimento do trabalho e acarretar jornadas duplas ou triplas, e não ter filho pode causar um prejuízo moral a mulher.

Embora o perfil das mulheres entrevistadas por Santos (2016) indique que elas tenham uma produção acima da média, há uma oscilação devido justamente às tarefas domésticas e familiares. Este fator incide diretamente no financiamento de seus projetos, acessando menos recursos das políticas de fomento à pesquisa. A autora indica que para compreender as desigualdades de gênero no campo científico, é preciso olhar também para fora dele, no cotidiano dessas mulheres, seus lares e famílias.

Juliana Marcia Santos da Silva, em sua dissertação de mestrado *Mães negras na Pós-Graduação: uma abordagem interseccional* (2020), por meio de uma revisão bibliográfica minuciosa discute os mecanismos históricos e sociais que situaram o papel social da mulher somente como mãe e administradora do lar. Se referindo às mulheres negras, a elas se construiu um peso social ainda maior na esfera da maternidade devido ao histórico escravagista e, somado a isso, produziu-se também a imagem que a mulher negra não tem a capacidade ou potencialidade intelectual e acadêmica como os homens ou as mulheres brancas. Neste sentido, o fato daquele da mulher ter a **possibilidade** de gerar um filho é central para determinar seu papel na sociedade, assim como para dizer se ela tem vocação ou



não a desenvolver aptidões científicas. Corroborando com a nossa discussão, Silva (2020, p. 82-83) expõem dois gráficos oriundos dos estudos do *Parent in Science* (2017) que revelam os obstáculos para as mulheres com filhos durante a pós-graduação:

Gráfico 1 - Quem cuida dos filhos?

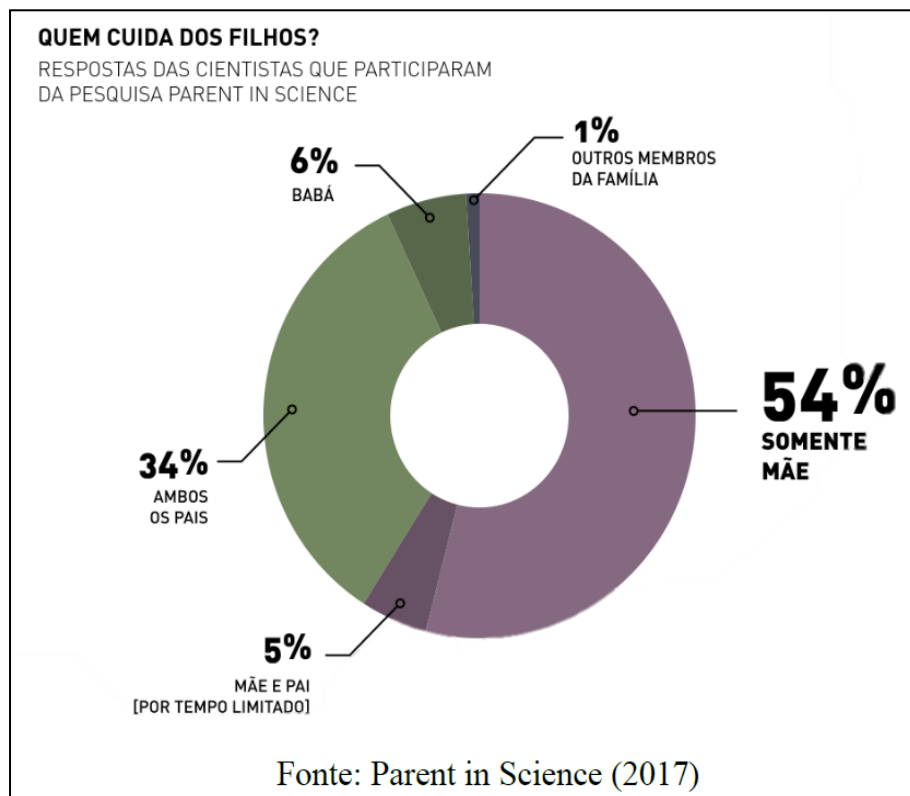
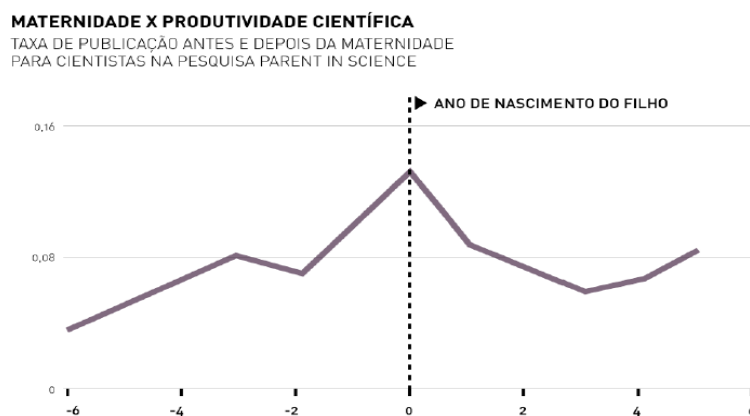


Gráfico 2- Maternidade x produtividade científica



Fonte: Parent in Science (2017)

Dois fatores se destacam na análise de ambos os gráficos: 54% das mulheres cuidam dos filhos sozinha enquanto apenas 34% ambos os pais cuidam dos filhos. Neste sentido, a sobrecarga do cuidado, que é vista de modo natural pela sociedade, tem consequências diretas na carreira de uma pesquisadora. Sabe-se que publicações em revistas reconhecidas e participação em eventos acadêmicos são ações inevitáveis para manter a produtividade e se posicionar bem em concursos públicos, realizar progressão da carreira, ter prestígio científico e social. Uma vez que é a mãe a responsável pela criação da criança, fatores como tempo, descanso, ambiente calmo e propício para o trabalho se tornam raros e este resultado se revela no gráfico 2, onde pesquisadoras em ascensão tem uma queda na produtividade científica que só começa a ser recuperada a partir do 3º ano de vida de sua filha ou filho.

Neste contexto, entende-se que a maternidade tem grande centralidade na vida da mulher pesquisadora. Por meio de um



levantamento bibliográfico, Silva (2020) demonstrou que os sentidos sociais atribuídos na contemporaneidade sobre a maternidade, ou como ela chamou, “invenção da maternidade”, é central na construção do papel da mulher. Ainda, as expectativas e as experiências se diferem na maternidade da mulher negra e da mulher branca, especialmente pelas heranças do sistema escravagista e a atividade de ama de leite, exercida pelas mulheres negras escravas, tratadas como animal. Somado a isso, a exploração sexual e a prostituição forçada eram parte do cotidiano delas.

Silva (2020) demonstrou também como a medicina influenciou diretamente os discursos contemporâneos sobre o mito do amor materno, assim como outras ciências colaboraram diretamente para a ideia de maternidade romântica, o papel do materno e seu destino “natural”. Neste último sentido, a ideia construída em torno da maternidade funcionou como um mecanismo para a exclusão sistemática das mulheres do campo científico, pois a própria ciência moderna conclui que ao homem destinava-se a intelectualidade como para mulher a maternidade (SCHIEBINGER, 2001). Como resultado deste processo histórico, há poucas mulheres mães na pós graduação. A pesquisa de Silva (2020), realizada no contexto da Universidade Federal da Bahia (UFBA) aponta que há uma presença maior de mães negras nos cursos de Pós-Graduação na área de Ciências Humanas, entretanto, há uma escassez da presença delas na área de exatas. Em outras



palavras, o acesso, ainda que restrito, ocorre em áreas menos prestigiadas da ciência.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, optou-se pelo uso da netnografia que é “[...] a imersão do pesquisador no grupo a ser estudado e a sua convivência com a cultura local para entender, ou melhor, mergulhar no modo de ver e pensar o mundo daquele grupo, a fim de poder falar sobre ele” (MARTINS, 2012, p. 1) sem a necessidade de uma localização física fixa, pois utiliza-se do ciberespaço.

Os instrumentos de coleta de dados compreendem todos os recursos utilizados pelo pesquisador que possibilitam a coleta de informações essenciais para a análise dos dados e sua discussão. Para essa pesquisa foram utilizados formulários eletrônicos que foram enviados às participantes da pesquisa, via e-mail.

Para a análise dos resultados na terceira etapa, propõe-se uma investigação de abordagem qualitativa, do tipo exploratória, de natureza interpretativa. Justifica-se a opção pela abordagem qualitativa, pois esta é empregada nos estudos sociais, psicológicos, antropológicos e educacionais (ANDRÉ, 2005).

Optou-se pela abordagem qualitativa neste trabalho, pois essa abordagem permite recolher os discursos completos dos sujeitos – mesmo que sejam sujeitos discursivos e não



necessariamente sujeitos empíricos – para proceder então com a sua interpretação, analisando as relações de significado.

Na fase de tratamento dos dados, “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos”, e o pesquisador, “tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos – ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 2011, p. 131).

A análise de dados foi uma fase importante na pesquisa qualitativa que objetiva organizar, interpretar e analisar as informações coletadas. É o processo com o qual o pesquisador procura dar ordem, estrutura e significado aos dados coletados. Possui diferentes facetas e abordagens, incorporando diversas técnicas que podem ser utilizadas neste no procedimento. De acordo com Creswell (2014, p. 147), a análise de dados:

[...] em pesquisa qualitativa consiste da preparação e organização dos dados (isto é, dados em texto como transcrições, ou dados em imagens como em fotografias) para análise, depois a redução dos dados em temas por meio de um processo de criação e condensação dos códigos e, finalmente, da representação dos dados em figuras, tabelas ou uma discussão.

A natureza da análise de dados na abordagem qualitativa é variada; o pesquisador tem a liberdade de escolher o tipo de análise que deseja realizar de acordo com o objetivo do estudo, levando em conta as dimensões e os enfoques da pesquisa qualitativa. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 447-448),



a análise de dados também apresenta características específicas nesse processo.

3.1 Análise dos Resultados

As Universidades configuram-se como espaços de ascensão social, onde a maioria das mulheres veem a oportunidade de começar a galgar no processo de mudança intelectual e perceptiva, que impactará positivamente sua vida profissional.

Sendo assim, de acordo com Reis (2017) as Universidades, sobretudo as instituições públicas, são domínios sociais constituídos por diferenças internas que correspondem às discrepâncias dos seus objetos de trabalho, cada qual com uma didática própria de docência e pesquisa. Dessa forma, as mulheres que já são mães ou que se tornaram mães durante o curso superior fazem parte de um grupo específico de alunas que diariamente enfrentam desafios para alcançarem seus objetivos na instituição formadora.

Sarlo (2007) ressalta que o relato é composto de fragmentos, assim como a reconstituição da memória. Pois, conforme a experiência vivenciada, as falhas e os esquecimentos da memória podem ser um mecanismo de defesa. Porém, a autora afirma o quanto é valorativa a narrativa em primeira pessoa, para entender uma das formas de representação do “eu”. Portanto, os relatos deixam perceptíveis a transformação, a construção e o desenvolvimento da figura da mulher, enquanto pesquisadora,



pautando-se em características fundamentais: na errância, na liberdade e na independência. Essas características conjugadas em seu interior se transformam em experiências significativas.

A análise foi feita com base em respostas de um roteiro de entrevista contendo 11 perguntas, no qual as cinco primeiras questões são de múltipla escolha e as seis últimas subjetivas, buscando compreender o percurso da mulher/mãe no âmbito da universidade. Os formulários foram enviados, eletronicamente, às cinco entrevistadas que acessaram e responderam através de um link.

Segundo Veal (2011), é comum a utilização de um número reduzido de entrevistas quando se realiza uma análise mais profunda do conteúdo obtido, já que cada um tem sua própria complexidade, guiado por meio de um roteiro de perguntas semiestruturado. O roteiro é apenas uma orientação e as perguntas costumam ser (re)elaboradas no momento da entrevista, seguindo cada relato. A proposta do método é de uma relação mais humana e sensível do entrevistador com o entrevistado, buscando evidenciar a voz do entrevistado.

Com base nos dados obtidos com a pesquisa, as perguntas objetivas e suas respostas foram agrupadas no quadro 01, a seguir, com o intuito de facilitar a análise e compreensão desses resultados.



Quadro 01 - Questões objetivas

PERGUNTAS	OPÇÕES/RESPOSTAS			
01- Faixa etária?	15-20 0	21-30 2	31-40 3	41-50 0
02- Estado civil?	Solteira 2	Casada 2	União estável 1	Divorciada 0
03- Quantidade de filhos?	Um 2	Dois 1	Três 2	Quatro ou mais 0
04- Dificuldades para conciliar maternidade e estudo?	Financeira 2	Tempo 2	Família 1	Distância 0
05- Quem cuida dos filhos?	Babá 0	Parentes 1	Escola 3	Amigos 1

Fonte: As autoras, 2021.

Com base nas informações coletadas no quadro acima, foi possível perceber que todas as respondentes possuem idades entre 21 e 40 anos, que 40% delas são solteiras, enquanto outros 40% da amostra é composta de mulheres casadas e os outros 20% representam o regime de união estável. 60% destas possuem mais de um filho cada, o que torna a tarefa de ser mãe e universitária um pouco mais complexa.

No tocante às dificuldades para conciliar as atividades acadêmicas com a função de mãe, foram apontadas as variáveis financeira e tempo como principais complicadores para alcançarem os objetivos estabelecidos.

Nota-se que a maioria das entrevistadas utiliza o serviço da escola do filho como apoio para cuidar dele enquanto a realiza as suas atividades acadêmicas, ao passo em que uma informou que



atribui a parentes (pais, tias, avós), e uma outra a amigos, a responsabilidade de cuidar da prole quando precisa ocupar-se academicamente.

Como complemento às questões explicitadas anteriormente, foram elaboradas 06 questões subjetivas, a fim de ampliar a compreensão sobre as dificuldades encontradas pelas mães/alunas, dentro da instituição de ensino superior.

De maneira a facilitar o entendimento sobre o tema estudado, foram apresentados os questionamentos aos sujeitos da pesquisa e será aqui apresentada uma síntese das respostas obtidas. Para preservar a identidade das entrevistadas, suas falas foram classificadas em participante 1, participante 2, etc.

Buscando compreender o que significa ser mãe no universo acadêmico, foi perguntado se há, por parte dos colegas de sala e professores, uma compreensão quando é possível participar de alguma atividade de classe por causa das incumbências da maternidade? Representando 80% das entrevistadas, a participante 2 disse que: *“Os colegas e professores não compreendem essa situação e, às vezes, um ou outro fala que uso a falta de alguém pra tomar conta de meus filhos como desculpa para justificar preguiça”*. Em contraponto, a participante 4 alegou: *“Meus colegas e professores entendem minha situação, porque sabem que é difícil estudar e cuidar de filho pequeno sozinha”*.

Perguntou-se, também, se já haviam pensado em abandonar o curso por causa da maternidade? A participante 5



admite: *“Já pensei várias vezes em sair do curso até meus filhos crescerem e poder ficar sozinhos, principalmente quando adoecem. Uma vez tive de assistir aula com minha filha no colo porque não tinha com quem deixar e eu tinha prova.”* As demais responderam que, apesar do sacrifício, nunca pensaram em desistir.

Quando perguntadas se exercem alguma atividade remunerada, em conciliação com os estudos, 80% responderam que apenas estuda e desempenha as funções domésticas. Já a participante 1 relatou: *“Trabalho e estudo. É muito cansativo porque a jornada é tripla, contando com os afazeres de casa. Muitas vezes penso que não vou aguentar de tanto sono e cansaço, mas encontro força no desejo de me formar e melhorar a minha vida e a de meu filho”.*

Foi questionado se recebem suporte motivacional ou financeiro por parte de seus familiares ou da instituição educacional. 60% responderam que recebem auxílio financeiro da universidade, enquanto 40% alegaram que recebe aporte financeiro do cônjuge.

Em seguida, indagou-se qual a percepção da família por elas serem mães e estudantes concomitantemente? 80% responderam que a família não concorda que estude porque os filhos são prioridade e a mãe precisa acompanhar o crescimento deles. Em contrapartida, a participante 3 relata: *“Não saberia como fazer se não tivesse o apoio de minha família! Esse incentivo faz toda diferença nessa caminhada.”*



E, por fim, pediu-se que descrevessem a experiência de ser mãe e universitária ao mesmo tempo? As respostas foram unânimes positivamente e, de maneira simplificada, Responderam que é algo desafiador e que requer força de vontade e muita determinação, mas que o esforço vale a pena.

Isso se dá porque as concepções a respeito da maternidade e da carreira fazem com que as mães criem

Estratégias nesses dois ambientes para conciliar os múltiplos papéis. Os estudos apontam que a crença da mãe como única capaz de cuidar do filho traz sentimentos de ansiedade e insatisfação na mulher. Já a supervalorização da carreira gera medo de provocar a falta excessiva ao bebê e uma terceirização demasiada dos cuidados com a criança. (BELTRAME e DONELLI, 2012; p. 2014).

Diante das respostas angariadas com a pesquisa, pode-se traçar um panorama de dificuldade para uma mulher investir em seu crescimento intelectual, quando esta possui filhos. Porém, muitas mulheres estão dispostas a condensar funções em prol de alcançar sua meta e realizar-se enquanto mãe, pesquisadora e docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que os conceitos e convicções femininos vem evoluindo e as mulheres têm buscado, cada vez mais, ocupar lugares diferentes daqueles que lhes foram impostos por essa sociedade patriarcal, onde acabam sendo sobrecarregadas pelas atividades a elas atribuídas, com base nas relações de gênero.



Quando se fala de maternidade e vida acadêmica, nota-se que o tema é complexo para uma mulher que é mãe e pleiteia seu lugar no mundo. Muitas mães acumulam várias atividades e as realiza com maestria, apesar dos obstáculos. Assim, há a necessidade de se discutir e refletir tais desafios. Desse modo, o foco da pesquisa foi concentrado na busca de compreender como acontece a trajetória de algumas mulheres/universitária que além de estudantes também estão envolvidas com exigências da maternidade.

Diante desses fatores, verificamos que apesar dos avanços no papel da mulher na sociedade, a maioria delas enfrenta dificuldades ao tentar conciliar a vida acadêmica com a maternidade, muitas até pensam em desistir do curso por falta de amparo, de apoio.

Sendo assim, compreendemos também que as famílias dessas mães/universitárias, em grande parte, têm conceitos machistas que reduzem a figura da mulher à simples cuidadora do lar e dos seus filhos, negando-lhe o direito ao crescimento intelectual, pois sabe que isso impacta em sua visão de mundo. Além disso, torna-se evidente a necessidade de mudança de paradigmas, onde a cobrança sobre o desempenho de suas atividades seja equiparada as atribuições que lhe são impostas.

A mulher carece de instrumentos que possibilitem seu crescimento nos âmbitos doméstico e universitário, a exemplo de creches nas instituições de ensino para que a mãe possa assistir



à aula sabendo que seu filho está em lugar seguro, porque não é possível desatrelar o ser mãe do ser aluna.

Destarte, faz-se necessário um olhar sensível sobre as questões que envolvem a permanência de uma mãe no ambiente acadêmico, destacando que suas atuações apresentam um importante potencial de transformação individual e social, que não deve ser subestimado, enxergando-as como protagonistas de suas histórias.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação Educacional*. Brasília: Líber Livro, 2005.

BARDIN, Laurence. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. *Revista Aletheia*, 38-39, p.206-217, maio/dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n38-39/n38-39a17.pdf>. Acesso em 02 abr. 2021.

CRESWELL, John W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Trad. Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FLORESTA, Nísia. *Três anos na Itália seguidos de uma viagem à Grécia*. Vol 1. Natal, Editora da UFRN, 1998b. [Trad. Francisco das Chagas Pereira].



FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MARTINS, Tatiane Marques de Oliveira. *A netnografia como metodologia para conhecer o trabalho de professores da cultura digital*, 2012. Disponível em: <http://jovensemrede.files.wordpress.com/2012/02/tatiane-marques-de-oliveira-martins-a-netnografia-como-metodologia-para-conhecer-o-trabalho-de-professores-da-cultura-digital-texto.pdf>. Acesso em 05 abr. 2021.

MOVIMENTO HABLA. *Conte com Elas*. São Paulo: Editora Abril, 2012.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Education at a Glance*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

PERRY, Sylvia. Empowering women in business and the professions: A question of skills. In: KEARNEY, Mary-Louise. *Women, power and the academy: From rhetoric to reality*. 2000.

PROBST, Elisiana Renata. *A evolução da mulher no mercado de trabalho*. Santa Catarina, 2003.

REIS, Stefani Angeles Sousa. *Ser mãe na universidade: uma análise da percepção de alunas gestantes e nutrizes acerca das políticas de assistência social de um IFES*. Monografia. (Monografia em Administração) UFOP. Minas Gerais, 2017. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/590>. Acesso em 02 mai. 2021.



SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. *Metodologia de Pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre (RS): Penso, 2013. 624p.

SANTOS, Tatiane Silva Cerqueira. *"DE LÁ PARA CÁ": Experiências diaspóricas de baianos e baianas na região da Grande Florianópolis/SC*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2020.

SANTOS, Vívian Matias dos. Uma "perspectiva parcial" sobre ser mulher, cientista e nordestina no Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 801-824, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300801&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 abr. 2021.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Juliana Marcia Santos. *Mães negras na Pós-Graduação: uma abordagem interseccional* / Juliana Marcia Santos Silva. – 2020. 150 f.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, EDUSC, 2001.

VEAL, Anthony J. *Metodologia de pesquisa em lazer e turismo*. São Paulo: Aleph, 2011.



CAPÍTULO 7

SER MÃE É UMA CIÊNCIA: O DESAFIO DA MATERNIDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DAS MULHERES

Jacqueline Rodrigues Moraes ¹⁴

Introdução

A história da minha educação faz parte da história da educação das mulheres brasileiras e, até das mulheres espalhadas pelo mundo inteiro. Tem no seu contexto a influência do patriarcado familiar; legitimado ora pela religião, ora pelo Estado. E alicerçada na ideia de que a mulher deveria ser ensinada a ser mãe e esposa; e que, portanto, a sua educação deveria limitar-se a aprender tarefa doméstica, retirando delas a oportunidade de estudarem (Bertolini, 2002; Ribeiro, 2000; Garcia, 2001). Essa forma de pensar repercutiu e ainda repercute na minha vida e na dessas mulheres, principalmente, no que se refere à formação acadêmica, pois o papel de mãe e esposa caminha lado a lado das imposições ou das escolhas profissionais.

¹⁴ Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

Professora da rede estadual de ensino do estado do Ceará.

E-mail: jacquelinermoraes@gmail.com



À mulher, é dada a tarefa do cuidado familiar, ainda que essa, por escolha, tente estudar. As contrapartidas muitas vezes são poucas, mesmo sabendo-se que as mulheres hoje, contribuem cerca de 40,9% para a renda familiar (IBGE, 2014) e são, em média, mais instruídas que os homens. O fato é que os programas que assegurem o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico de mulheres, sobretudo das mães estudantes, são pontuais, o que ocasiona um sofrido processo para dar continuidade aos estudos. Afora a LEI No 6.202, DE 17 DE ABRIL DE 1975 que permite às mães estudantes realizarem as atividades em domicílio, é preciso pensar outras formas de apoio, para que seja possível conjugar a maternidade com estudo e trabalho de maneira mais tranquila. Assim, questiona-se: o que pode ser feito para ajudar as mulheres/mães/estudantes/trabalhadoras a passar pela vida acadêmica sem vivenciar tantos conflitos, dor, solidão e frustrações?

O presente artigo é um estudo de caso, no qual, narro os percalços e êxitos durante o período da minha formação acadêmica e inserção profissional. Momento este, em que vivenciei a experiência de ser estudante, mãe e professora. Para embasar a narrativa utilizo-me de pesquisas e estudos relacionados à trajetória das mulheres no contexto social, sobretudo a sua participação na educação superior, no mercado de trabalho e na vida familiar.



2 A história da minha formação: percalços e êxitos não são meras coincidências

Os meus valores morais foram concebidos inicialmente por aquilo que os meus pais me ensinaram, principalmente a minha mãe, que representava a figura mais forte em vários aspectos - porque era dela a última palavra -, portanto, a minha educação seguiu durante um longo percurso da minha vida os padrões estabelecidos pela compreensão de mundo da minha mãe e o que eu aprendia com o mundo, ou seja, eu transitei entre a quebra de paradigmas da minha mãe (já que ela foi ensinada a ser esposa, mãe e dona de casa, porém ela trabalhava e estudava); e o que eu queria. Assim, fiz aulas de culinária, crochê, pintura e ponto de cruz, mas também fiz aulas de violão, datilografia e computação.

Minha formação é, em parte, resultado da cultura do patriarcado familiar; legitimado pela religião e pelo Estado e alicerçada na ideia de que a mulher deveria ser ensinada a ser mãe e esposa e sua educação deveria limitar-se a aprender tarefas domésticas, retirando das mesmas a oportunidade de estudar (Bertolini, 2002; Ribeiro, 2000).

Embora tenhamos conquistado muitos espaços (maior participação das mulheres no mercado de trabalho; crescente escolarização; maior acesso à informação) ainda colhemos resquícios dessa cultura e carregamos conosco certos padrões. Como exemplo, cresci assistindo minha mãe se dividindo entre



um trabalho de meio período, a criação dos filhos (nós somos cinco) e o curso normal que ela concluiu grávida do quarto filho. Apesar da sua criação, minha mãe sempre quis que eu fosse independente financeiramente, por isso me incentivava a estudar e trabalhar.

Nesse contexto, Perrot (2007) chama atenção quando fala sobre o direito ao saber, ao conhecimento, no qual este possa agregar não somente à educação mas também à instrução. A autora destaca que esta reivindicação "é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada [do movimento feminista]. Porque comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer" (p.159).

Assim, por força da minha mãe, da ajuda do meu pai e vontade minha, fiz o ensino médio e ao concluí-lo prestei vestibular, sendo aprovada no curso de Geografia da Universidade Vale do Acaraú em Sobral, cidade na qual iniciei minha carreira acadêmica e posteriormente, a carreira docente. Portanto, posso dizer que sou fruto das lutas travadas pelas irmãs que me antecederam. Segundo Guedes (2008, p.1):

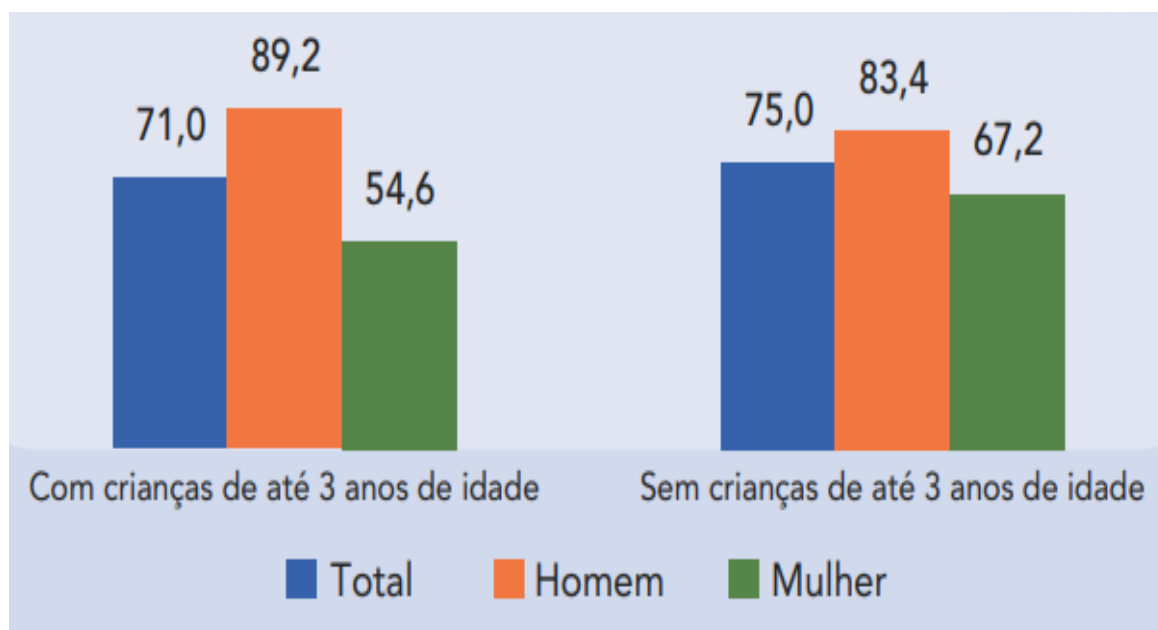
A tradição da universidade como um espaço masculino foi marcadamente rompida na década de 1970, quando a entrada feminina nesse reduto foi tão intensa que, já no Censo Demográfico de 1980, as mulheres de 25-29 anos com nível universitário eram 5% - porcentagem superior à masculina no mesmo grupo etário[...] chegando a quase triplicar nos últimos trinta anos.



Hoffmann e Leone (2004) apontam que é a partir da década de 1970, em um contexto de expansão da economia e acelerado processo de industrialização e urbanização, que as mulheres começam a participar do mercado de trabalho mais ativamente, e esse processo continua nas décadas de 1980 e 1990. Porém, apesar das muitas conquistas, as mulheres seguem dedicando relativamente mais tempo aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas.

Segundo dados do IBGE (2019), o tempo destinado pelas mulheres a essas tarefas foi de cerca de 21 horas e meia por semana, enquanto os homens dedicaram em média 11 horas por semana. Às mulheres cabe tentar conciliar trabalho remunerado com os trabalhos domésticos e cuidados de pessoas.

Gráfico 1: Nível de ocupação das pessoas de 25 a 49 anos de idade, com ou sem criança de até 3 anos de idade vivendo no domicílio (%).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

No meu caso, isso aconteceu quando engravidei. O que parecia estar em conformidade com aquilo que é estabelecido como “fazer as coisas no seu tempo”, se modificou.

Foto 1 - Gravidez - Abril de 1997.



Fonte: Arquivo pessoal.

Entrei nas estatísticas: estou no percentual dos 30% das mulheres que engravidam sem a intenção de ficar grávida naquele momento, segundo a pesquisa Nascer no Brasil, da Fiocruz. Faço parte do percentual de mães de bebês (18%), que nascem no país e são filhos e filhas de mulheres que engravidam com 19 anos ou menos, como também dos 18,1% das jovens entre 18 e 29 anos que, conforme uma pesquisa desenvolvida pelo Ministério da Educação, a Organização dos Estados Ibero Americanos (OEI) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências (Flacso), indicaram a gravidez como o principal motivo para abandonar os estudos.



Então, após o nascimento da Sarah, eu tive que parar de estudar; tranquei a faculdade; mudei de cidade algumas vezes, para acompanhar meu primeiro marido e tentar levar um casamento, que nunca deu certo! Até que fiquei sozinha e tive que trabalhar para ajudar a sustentar a minha filha. Porém, um dos critérios estabelecidos no emprego para o qual concorri é que eu para lecionar precisaria ter concluído o ensino superior ou estar cursando. Sendo assim, voltei a estudar, o que me permitiu ter uma maior clareza da importância da tomada de consciência política.

Foto 2 - Sarah com 20 dias de nascida - Junho de 1997.



Fonte: Arquivo pessoal.



Ressalto, nesse aspecto, um ponto tratado por Guedes (2008), quando ela destaca o ensino universitário como um importante marco no processo mais amplo de escolarização feminina, pelo fato de que o mesmo sempre esteve mais diretamente vinculado não só à maior presença no espaço público ou à aquisição somente de habilidades para se inserir no mercado de trabalho, mas também de novos valores e práticas.

Eu me enquadro nesse quesito, pois além da necessidade de trabalhar, também buscava amadurecer como cidadã e docente, bem como tentava me conhecer melhor como mãe e mulher não somente, no sentido de me fazer respeitar, mas de me afirmar naquilo que eu gostaria de ser como pessoa.

3 A inserção profissional

Eu trabalhava em duas escolas e dava aulas particulares ao mesmo tempo em que tentava concluir o curso. Levei quase o dobro do tempo previsto para me formar. Além da dificuldade de encaixar o tempo do trabalho com as disciplinas, os afazeres domésticos e os cuidados com a Sarah - que precisava da minha atenção e amor -, eu enfrentava outras dificuldades, como o tempo destinado ao trabalho e problemas no casamento.

Segundo o IBGE (2019), mulheres que precisam conciliar afazeres domésticos e cuidados com pessoas, em muitos casos, acabam tendo empregos parciais, ou seja, com menos horas semanais. Estudos recentes destacam que enquanto 15,6% dos



homens estavam em empregos de até 30 horas semanais; 29,6% das mulheres tinham empregos com até esta mesma carga horária.

Já em relação ao que é recebido pelo trabalho, as mulheres brasileiras receberam cerca de 77,7% do rendimento dos homens. Em 2019, o salário médio mensal dos homens no Brasil foi de R\$ 2.555; ao passo que o das mulheres foi de R\$ 1.985. Embora a Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), no seu artigo 5º, mostra que homens e mulheres devem ser tratados igualmente, tanto em relação aos direitos, como em obrigações; e no seu artigo 6º, assinala que são proibidos tanto diferença salarial, quanto exercício de função e critérios de admissão entre pessoas em função de sexo, idade, cor ou estado civil. Ainda será preciso lutas, para garantir o tratamento igualitário para homens e mulheres.

Em 1998, esses dados apresentavam diferenças maiores relacionadas ao gênero, e ainda mais quando se considera a raça. Segundo estudos de Soares (2000) que fez um estudo sobre o Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras , ao comparar rendimentos mensais padronizados por 40 horas de trabalho em setembro de 1998, obteve os seguintes dados: homens brancos tinham renda mensal de 726,89 em reais, enquanto mulheres brancas apresentavam renda mensal de 572,86 e as mulheres negras 289,22.



Dentre outros estudos relacionados ao tema, cito também os Cacciamali e Hirata (2005), que discutem sobre a influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda, e chamam atenção sobre as diferenças salariais, além de ressaltar as responsabilidades da mulher no que tange à família e o seu papel na reprodução biológica, desta forma, seu menor envolvimento e descontinuidade no exercício do trabalho

Nesse aspecto, pensei diversas vezes em parar de trabalhar ou estudar, porém a necessidade pesava mais. Por diversas vezes chorei de cansaço, chorei por pena da minha filha, chorei porque fiquei de recuperação, porque reprovei e chorei por não encontrar tempo para me dedicar melhor à faculdade e à maternidade. Às vezes eu estudava na madrugada ou entre o horário que chegava em casa, meia noite e o horário do ônibus às 5h, para eu ir à faculdade, que se localiza em outra cidade, porque neste período morava com meus pais em Reriutaba.

Não tive apoio da Universidade nem no sentido acadêmico, muito menos em políticas para mães/estudantes. Por exemplo; a questão das faltas, a perda de provas, a substituição de trabalhos presenciais por trabalhos domiciliares, etc. Alguns professores me ajudavam; outros não queriam saber, pois não se sentiam obrigados, justamente por não ter políticas, leis claras ou projetos mais específicos para esse grupo de mulheres.

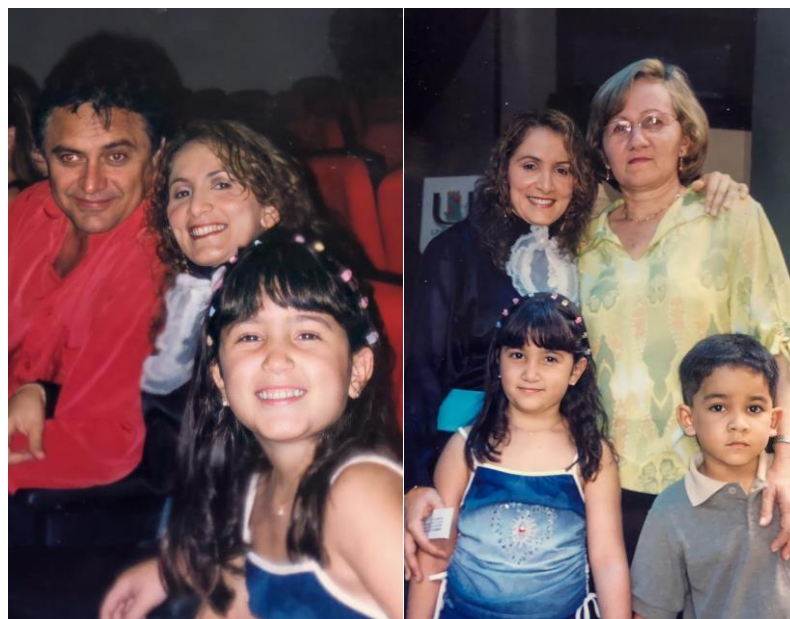


Nesse aspecto, a lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que atribui à estudante no estado gestacional o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969, foi uma conquista, bem como outras garantias dispostas na CLT (Seção V - Da Proteção à Maternidade), que estão voltadas às mães que trabalham.

Mas, cabe ressaltar que tive o apoio dos meus pais, minha mãe me ajudava nos cuidados com a Sarah e meu pai sempre estava do meu lado, me falava com os olhos que eu poderia sempre contar com ele e, em pequenas ações, (como tirar do bolso 5 reais para meu lanche) provava que era verdade, eu pude mesmo contar com ele; com sua bondade, compreensão, força e amor. Meu pai dizia que eu tinha muitos sonhos, infelizmente ele nos deixou, antes mesmo de me realizar um dos tantos sonhos que ainda tenho. Graduei-me, quase sete anos depois de ter sido aprovada no curso de Geografia, nesse percurso tranquei diversas vezes a matrícula da faculdade, mudei de cidade e depois de muitas idas e vindas, eu consegui o almejado diploma.



Fotos 3 e 4 - Colação de grau - Dezembro de 2003



Fonte: Arquivo pessoal.

No processo do mestrado e doutorado vivi outros dilemas, mas tinha um companheiro que me ajudou muito. O processo foi mais leve, mas algumas vezes doloroso, porque adiei ambos para acompanhar uma fase complicada e difícil na vida da minha filha que é a pré-adolescência e a adolescência.

Concorri numa universidade pública, mas acabei desistindo do sonho, pois teria que morar em Fortaleza e isso para mim não seria possível, pois não poderia largar o emprego e na época não tinha estabilidade para que eu pudesse me afastar para estudos. No Ceará a Lei Nº 10.884, DE 02.02.84 (D.O. DE 03.02.84) que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Oficial do Estado, assegura o afastamento do profissional do magistério do seu cargo, função ou emprego, para seu aperfeiçoamento, qualificação, especialização e atualização, porém eu ainda estava em estágio



probatório o que me impedia de me afastar para estudo. Além disso, nunca considerei deixar de trabalhar para estudar, embora tivesse meu marido me apoiando, não achava justo não contribuir com as despesas minhas e as de Sarah.

Então decidi fazer um mestrado pago em outro estado. Viajei durante um ano para Teresina no estado do Piauí para assistir às aulas, ficávamos uma semana. Eu achava importante me qualificar, queria melhorar meu salário, colaborar mais com as despesas principalmente da Sarah, pois o pai dela nunca dividiu as responsabilidades comigo, na verdade meu companheiro foi que assumiu esse papel e me ajudou a educar minha filha.

O período da escrita foi um pouco complicado: Sarah estava mal na escola e eu me sentia totalmente responsável por isso, e era. Estudava, mas não com ela. Até hoje carrego essa culpa, pois acho que se tivesse me dedicado mais teria sido mais fácil para ela.

Por esses e outros motivos, adiei um pouco o doutorado. Passei três anos pensando se daria certo, até que fui aprovada no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo - USP e tive a sorte de ter duas grandes mulheres como orientadoras; minhas queridas professoras e mestras Maria Adélia Aparecida de Sousa e Amália Inês Geraiges, que me ensinaram muito e também tiveram que quebrar



paradigmas e romper barreiras pelo fato de serem mães, estudantes e professoras.

Então, fui cursar as disciplinas, tive que passar quase um ano em São Paulo e mais uma vez a culpa e as preocupações me acompanhavam. Porque a mulher não é criada para ir para outro estado estudar longe do marido e filhos. E ainda por cima, gastando o dinheiro da família?

Cada vez que precisava viajar para estudar sentia essa terrível culpa. Minha filha estava com 16 anos e às vezes me cobrava atenção, embora não diretamente. Tive sorte de ter uma irmã que morava em São Paulo, pois morar naquela cidade não é para qualquer pessoa; se tivesse que pagar um local para morar talvez tivesse desistido. Ela, meu cunhado e sobrinha me receberam e me apoiaram em todos os momentos, bons e ruins. Quando a saudade apertava, quando a preocupação batia, eles estavam lá.

A escrita da tese também não foi fácil, me cobrava para ir para casa ficar com a minha família, mas escrever em casa, com a família perto, para quem sabe, é bastante complicado. Porque você é a que não faz nada, só estuda, então você tem que fazer tudo. Concluí o doutorado no seu devido tempo e em meu coração ficaram lembranças e uma gratidão imensa pelas pessoas que estiveram comigo e principalmente pelas que acreditaram em mim.



Foto 5 - Defesa da tese - Dezembro de 2017.



Fonte: Arquivo pessoal.

Mas, sempre comparo a minha caminhada com as de outras mulheres sem filhos, ou mesmo de homens, percebo claramente a diferença entre fazer um curso sem filhos e fazer um curso com filho. Percebo a diferença entre a vida de mulheres e homens que têm filhos e tentam conciliar trabalho com estudo. Percebo a diferença entre mulheres que têm e não têm apoio; mulheres que conseguiram um emprego e conseguem pagar os estudos e criar os filhos e mulheres que tiveram que optar por um deles; entre mulheres que não tem opção nenhuma a não ser só trabalhar, enfim, são muitos os casos, mas as mulheres, principalmente mães, sempre pagam o preço mais alto, seja ele profissional ou pessoal.



Então eu questiono: o que tem sido feito ou pensado para auxiliar mulheres que neste momento estão passando por essas ou outras dificuldades? Mulheres que tentam e querem estudar, concluir o curso, por diferentes motivos? Por que questões como essas não são levadas ao debate político com afinco? Por que não compreendemos que a vida e saúde dessas mulheres/mães precisam entrar na agenda política? Até quando teremos que conviver com esses estigmas e preconceitos? Por que temos que ser desafiadas a nos superar sempre, ainda mais, quando se é mãe, estudante e trabalhadora? Em síntese, até quando iremos carregar o fardo de fazermos escolhas difíceis?

Durante muito tempo do processo de constituição das sociedades, as mulheres foram tema de debates e objeto de um relato histórico que muitas vezes silenciava suas capacidades e conquistas e buscava torná-las invisíveis¹⁵. O espaço público pertencia aos homens e poucas mulheres se atreviam a participar, uma vez que suas ações se passavam quase exclusivamente no espaço privado.

Mas nem por isso as mulheres deixaram de lutar, de “inventar jeitos de sobrevivência, para si, para a família, para a comunidade”, como bem diz Werneck (2019) no prefácio do livro

¹⁵ Neste aspecto corroboro com Perrot (2007) quando discute o silêncio e invisibilidade, “não no sentido da ausência de fontes sobre as mulheres, mas na representação dos relatos que se fazem delas; silêncio no sentido da falta de discursos autênticos e da assimetria sexual, já que esses discursos eram produzidos por homens; silêncio no sentido da falta de fontes que retratem”.



de Conceição Evaristo - Olhos d'água (2018, p. 15), ao comparar as mulheres a Caliban (o escravo citado no A Tempestade de Shakespeare) "atualizado, vivo, pujante. Aquele que aprende a língua do senhor e constrói a liberdade de maldizer!"

Foram as mulheres que passaram e ficaram em minha vida até hoje que me inspiraram e me deram forças para continuar tentando estudar; e de lutar por espaço e respeito no mercado de trabalho. Mas também, não posso deixar de citar o meu pai e meu esposo, que, mesmo ambos tendo sido educados nos padrões estabelecidos pela sociedade patriarcal, tiveram a sensibilidade de deixar o amor e o respeito falar mais alto.

Foi e é essa força conjunta que ajudou e ajuda a mim e tantas outras mulheres a se destacarem na educação: as mulheres são maioria na escola a partir da quinta série do ensino fundamental, passando pelo ensino médio, graduação e pós-graduação. Há, hoje, cerca de meio milhão de mulheres a mais do que homens nos *campi* do Brasil (BRASIL, 2006). Além disso, na graduação, quando deixam o corpo discente, elas representam sete pontos percentuais a mais do que quando ingressam no campus, indicando que a sua taxa de sucesso é maior que a dos homens e que, por isso mesmo, a maioria observada no momento do ingresso (56,4%) se torna ainda mais sólida na formatura (63,4%) (RISTOFF, 2007).



4 Possibilidades

Sabemos que na nossa sociedade, as mulheres precisam sempre estar provando sua capacidade e lutando por espaço na política, na busca por qualificação, proteção, apoio, igualdade de direitos e representatividade, dentre outros.

Mas seguimos na luta, - que ainda continua árdua - pela quebra de padrões e tabus. Na busca diária pelas garantias e os direitos já conquistados, ou na tentativa de construir outras possibilidades, como é o caso do projeto chamado Rede Mãos Dadas de Apoio às Mães Universitárias (REMAD), no qual, estudantes voluntários oferecem ajuda para cuidar dos filhos de universitárias, enquanto as mesmas estavam estudando; o projeto de Apoio para as Famílias, criado pelas estudantes da Universidade de Brasília -UNB, a iniciativa: Ser mãe na uff: conquistas e desafios na construção de uma universidade de todos e para todos, da Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), direcionadas às mães que são alunas da instituição, colaborando na melhora de sua saúde física e emocional, dentre outros.

Ressalto, que há muitas de nós espalhadas pelo mundo, muitas Luizas, Marielles, Malalas, Maries, Quitérias, Dilmás, Adélias, Amálias, Sarahs, Anas, Luzias, Esthers, Daianes, Alês, Janes, Lúcias, Vagnas, Flávias, Edites, Alices, Adrianas, Teolindas, Lindas, Gils, Cláudias, Roses, Joanas, Camilas, Terezas, Karines, Margaretas, Euris, Adellys, Vanessas, Cristianes, Elizabeths,

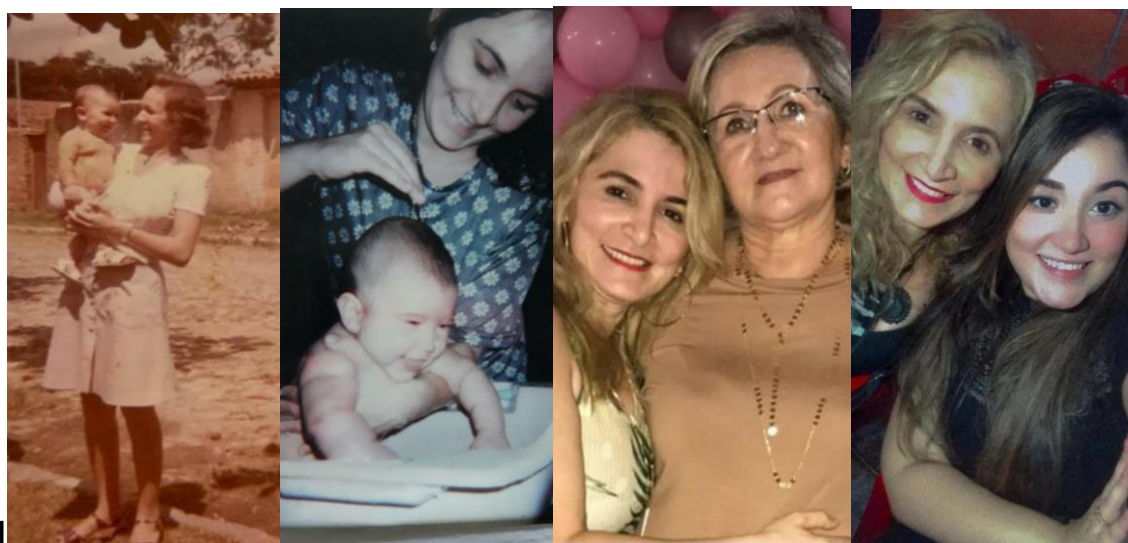


Socorros, Carmens, Alaídes, Marias, que são mães, mulheres, estudantes e trabalhadoras, conhecidas ou anônimas.

Essas mulheres fazem a diferença em cada ação, que somadas a outras transformam a vida de outras mulheres e essas sucessivamente, tornando possível, outros usos para o espaço geográfico, como bem elucidou Santos (2008), sobre a possibilidade de construção de uma outra realidade, mais justa e humanizada, e como bem definiu Paulo Freire (1992) no seu inédito-viável, ou seja, algo que o sonho utópico sabe que existe, mas que só será conseguido pela práxis libertadora, num processo de uma construção histórica possível do sonho aspirado.

Homenageio e agradeço a todas elas, em nome da minha mãe Luiza e minha filha Sarah!

Fotos 6, 7, 8, 9, 10 - Eu, Sarah e minha mãe Luiza.



Fonte: arquivo pessoal.



REFERÊNCIAS

BARROS, S.; MOURÃO, L. *Panorama da participação feminina na Educação Superior, no mercado de trabalho e na sociedade*. <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v30/1807-0310-psoc-30-e174090.pdf>. Acesso em 20 de Abril 2021.

BARROSO, Carmen Lúcia de M.; MELLO, Guiomar Namo de. *O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro*. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000500006.. Acesso em: 5 de Maio de 2021.

BERTOLINI, L. B. A. *Relações entre o trabalho da mulher e a dinâmica familiar*. Anais do I Congresso de Psicologia Clínica. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2001.

_____. *Relações entre o trabalho da mulher e a dinâmica familiar* - 2ª ed. São Paulo: Vetor, 2002.

BRASIL. *LEI No 6.202, de 17 de Abril de 1975*. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm#:~:text=LEI%20No%206.202%2C%20DE,1969%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 13 de Abril de 2021.

CACCIAMALI, M.; HIRATA, G. *A influência da Raça e do Gênero nas oportunidades de obtenção de renda – uma Análise da discriminação em mercados de trabalho distintos*: Bahia e São



Paulo.

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612005000400007. Acesso em: 13 de Abril de 2021.

EVARISTO, C. *Olhos d'água*. - 2ª ed. -- Rio de Janeiro, RJ :Pallas Míni, 2018. 124 p.
<https://oladonegroo.files.wordpress.com/2019/01/concei%C3%A7ao-evaristo-olhos-dagua.pdf>.. Acesso em: 12 de Maio de 2021.

FLECK, A.; WAGNER, A. *A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar*. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300005. Acesso em: 17 de Abril de 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. - 27ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 148 p.148.

GOMES, M. SOUZA, S. *Assimetrias salariais de gênero e a abordagem regional no Brasil: uma análise segundo a admissão no emprego e setores de atividade*. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482018000300206#B13. Acesso em: 23 de Abril de 2021

GUEDES, M. *A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino*. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-5970200800050000. Acesso em: 23 de Abril de 2021.

HOFFMANN, R; LEONE, E. *Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil:*



1981-2002. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/430/428>. Acesso em: 1 de Maio de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. - 2ª ed. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 10 de Maio de 2021.

_____. *Indicadores Sociais das mulheres no Brasil*. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html#subtitulo-1>. Acesso em 20 de Abril 2021.

MATTEI, T.; BAÇO, F. *Análise das desigualdades salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho de Santa Catarina*. DRd – Desenvolvimento Regional em debate (ISSNe 2237-9029) v. 7, n. 2, p. 96-117, jul./dez. 2017.

MEYER, D.; KLEIN, C.; BORGES, Z. *Políticas de inclusão social no Brasil contemporâneo e educação da maternidade*. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000300009 Acesso em 20 de Abril 2021.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto. 2007.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane, M.T; Faria Fº, Luciano M. e VEIGA, Cynthia G. (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.

RISTOFF, D. *A trajetória da mulher na educação brasileira*. Disponível em:



<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/5710-sp-1216879868>. Acesso em: 10 de Maio de 2021.

SOARES, S. *O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras*. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2295/1/TD_769.pdf. Acesso em: 10 de Maio de 2021.



CAPÍTULO 8

GESTAR A DOR: RELATOS SOBRE MATERNIDADE E PESQUISA

Karen Gabriely Sousa Santos ¹⁶

INTRODUÇÃO

Na dor que me encontro, na pesquisa me fortaleço. Ao analisar essa frase percebo o sentido mais psicológico do que analítico, não sei ao certo o que significa. Parir a escrita acadêmica é como parir uma criança, mentalizamos o melhor, mas na hora da execução o controle é substituído por vazio e medo. Nesse estado de (in)constância encontrei-me, gestando um ser na dor, estar grávida sabendo do diagnóstico de possível morte da minha criança desde a 14ª semana. Sabendo que, mesmo tentando todas as formas de tratamento o diagnóstico de “incompatível com a vida” é real: como gerar a vida sabendo da inevitabilidade da morte? Morre uma filha, morre uma mãe? Certidão de nascimento e de óbito?

Ao mesmo tempo entrelaçar esse luto à esfera política em meio a pandemia de covi-19 pressupõem questionar o que

¹⁶ Mãe, socióloga e Mestre em Ciência Política.



“concede a uma vida ser passível de luto?” (BUTLER, 2019a). O luto bem sucedido, na leitura de Judith Butler sobre a teoria de Freud, parte da capacidade de trocar um objeto por outro, estaria eu transferindo o fracasso da maternidade a um desenvolvimento da escrita acadêmica? São essas inquietações que trago nesse relato. King (2015) diz que a trajetória de vida nos forma como escritores, mas a trajetória da morte anunciada me forma como sujeito.

Como se escreve com uma barriga de oito meses e dores agudas nas costas? Dores agudas em vários lugares. Imagino se algum dia estarei confortável novamente. Tornar-se mãe pela segunda vez trouxe o desejo ardente de superar o medo da escrita acadêmica, tornar-se mãe na dor do luto em vida trouxe a pesquisa como fonte urgente de esperar, superar e resistir. Não parto da premissa de um relato etnográfico, mas de um lugar onde a fala e escuta se encontram de forma contínua, interpelando quem eu me tornei depois dessa experiência. O luto como mistério é um farol, que ao vigiar o horizonte ora revela, ora esconde. Ora se faz entender, ora se perde naquilo que poderia ter sido mas não foi. Afinal a esperança também constitui um desnorteio.

2 MATERNIDADE: ESPERANÇA

No dia 09 de outubro de 2020, em uma ultrassonografia morfológica de 1º trimestre fui informada da existência de uma má formação fetal do bebê. Translucência nuchal aumentada e



hérnia localizada no abdômen. Era minha segunda gestação, a primeira planejada e desejada. Meu primeiro choro de desespero e angústia dessa saga foi protagonizado no carro, em um estacionamento de uma clínica popular em Belém do Pará. Seguido de pesquisas no “google”, leitura de artigos médicos, probabilidade de causas e tratamentos, questionamentos divino e esperança. Depois o retorno ao choro, o praguejamento da vida e os porquês infindáveis.

A primeira gestação foi um abalo, afinal anos antes fui diagnosticada em um quadro clínico de endometriose seguido de infertilidade. A surpresa tanto para mim quanto para o meu companheiro nos colocou em um cenário de alerta, não estávamos preparados, e quem está? Antônio chegou em outubro de 2016, saudável, comprido e revolucionário, a partir dali nascia uma mãe que jamais pensei em ser, temerosa, esperançosa e realizada. Já em um cenário de estabilidade financeira, reinserida no mercado de trabalho, e com o meu primeiro filho perto dos 4 anos, decidimos que naquele momento era hora de aumentar e fechar a família.

O aumentar e o fechar diz respeito a urgência do corpo fértil e as exigências de uma vida equilibrada e racional. Nesse cenário minha última oportunidade de ser mãe novamente foi sentenciada. Passar por um processo gestacional envolve castigar o corpo em nome do amor, renunciar planos profissionais e acadêmicos; se render ao tempo descompassado da maternidade e abdicar o tempo ritmado da economia de



mercado. São escolhas cruéis em uma gestação em si dolorosa. Em nome do amor, o corpo é castigado com a perpetuação de uma gravidez desesperançosa para cumprir as expectativas do tempo, da carreira e da sociedade capitalista. Desta forma “o mal dirigido ao corpo faz enigma. Com votos de silêncio, preferem fazer o corpo sangrar a dizer a verdade sobre o mal-estar que nele habita” (SANCHES, 2021, p. 11).

Meu corpo já tinha sido violado no parto da gestação anterior, um processo difícil de inúmeras violências obstétricas. Fui chamada de “obesa” pelo enfermeiro, “preguiçosa” pela médica plantonista. Tive minha bolsa rompida de maneira dolorosa, fiquei por 19h em um quarto onde não podia sair. Rezei pela morte, as contrações absurdas me levaram a exaustão. Queria rolar no chão, me jogar na parede, queria dormir. As dores eram tão fortes que desmaiei por 40 minutos, acordei sentido novas contrações motivadas por 3 bolsas de oxitocina. Achei que tudo estava perdido, quando cheguei a sala de cirurgia para uma cesárea de emergência, a equipe conversava sem nenhum pudor, meu filho poderia vir um “vegetal” em decorrência das horas de sofrimento. Ali vi o sonho do parto normal ir embora. Apesar da angústia que é relembrar de cada passo dessa história meu menino veio com saúde e se manteve assim.

A partir disso, como pode um sujeito desejar novamente a dor pela qual seu corpo passou? Desejar de forma consciente, sabendo quais as etapas e tendo ciência de sua experiência anterior. Talvez porque o contexto da maternidade não se



resuma a gestação e ao parto mas ao ato de cuidar de um novo sujeito em processo de formação. Percebo a maternidade como ato de resistência e de engajamento social. Demonstrando que o “pessoal é político” e que a busca por um projeto de uma “outra” sociedade passa pela transformação das instituições primárias, como a família.

A maternidade pode ser signo de reflexão acerca das práticas de formação, reinvenção do sujeito e reconstrução das instituições políticas. É o que retrata Santiago (2019) na pesquisa sobre maternidade como resistência ao Estado violento. O que as mães que tiveram seus filhos assassinados por policiais militares nas favelas do Rio de Janeiro têm a ensinar sobre resistência à um Estado racista? Elas atribuem à maternidade uma outra forma de expressão, que possibilita um passaporte à esfera pública, compartilhando a dor da perda e amplificando vozes que ecoam no luto. (SANTIAGO, 2019).

Aqui a maternidade é ressignificada pela perda violenta do filho. Se por um lado, a crítica feminista aponta que, a naturalização no corpo feminino de um instinto materno reduz a mulher a um ser domesticado e reificado cuja cultura compulsória propositalmente a afasta dos espaços de poder (BUTLER, 2019c). Por outro, é o senso de comunidade presente na maternidade precária e vulnerável das periferias o responsável pelo engajamento político e aproximação dessas mulheres à esfera pública. O luto materno não é puramente uma experiência individual, mas um lócus onde um novo sentido de comunidade é



construído e subvertido. “Acredito, no entanto, que o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que tem implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética.” (BUTLER, 2019a, p. 43).

Não estou afirmando aqui que a maternidade é a única opção de transformação política das estruturas de opressão definidas pela desigualdade de gênero. A própria categoria ficcional da mulher é construída pelo Estado colonial como um mecanismo indispensável à sustentação da estrutura de exploração social e econômica. A naturalização de um ser abnegado que se autosacrifica pelos filhos e pela família é narrativa amplamente conhecida e enraizada no imaginário das sociedades ocidentais (GONZAGA e MAYORGA 2019).

Admitir a maternidade como a essência da “feminilidade” é concordar com o modelo patriarcal de sujeição. Desta forma, a visão social dessa instituição nos ajuda a compreender como a função do cuidado, atribuída em virtude da reprodução biológica, invisibiliza as múltiplas identidades e cria uma subjetividade alheia ao direito de escolha. A maternidade é uma instituição atribuível à corpos femininos potencialmente férteis. Mesmo que a trajetória da mulher caminhe longe desse objetivo, o peso da função reprodutiva sobre a sua cidadania impossibilita a escolha pela maternidade livre. “El hecho de que las mujeres sean madres en una sociedad específica no es tan relevante como el valor que



se atribuye a la maternidad en esa sociedad.” (MOHANTY, 2008, p. 427).

O valor social atribuído à maternidade obscurece um diálogo mais denso acerca dos direitos reprodutivos. Principalmente na América Latina, onde os dados de mortalidade de mulheres em idade fértil que realizaram aborto de forma clandestina é a causa de morte materna mais subnotificada, em decorrência da criminalização do aborto no Brasil. Um debate amplo sobre saúde pública das mulheres e a maternidade como um projeto social de escolha é urgente em uma sociedade que se pretende minimamente democrática, já que nem um método contraceptivo é 100% eficaz. (TEMPORÃO, 2012)

A pesquisa de Santiago (2019) acende um paradoxo. A percepção de que a instituição materna é insígnia da dominação histórica e corporal das mulheres pelo Estado colonial, não deve anular o direito de escolha pelo “maternar”. Assim como não se deve subjugar a potência política de mulheres que, unidas pela dor da perda brutal de seus filhos transformam o luto em luta. A essência materna é direcionado a uma agenda de justiça social e de reconhecimento de que aquela vida é passível de luto. “Essa disposição de nós mesmos parece vir da vida física, de sua vulnerabilidade e sua exposição.” (BUTLER, 2019a, p. 45).

2.1 Direito reprodutivo ausente

A hérnia diafragmática congênita, conhecida como HDC, é uma doença rara e de baixo diagnóstico médico. Sem causa ou



motivação aparente ela é uma alteração genética no diafragma que possibilita a passagem de órgãos como: fígado, intestino e estômago à caixa torácica. A concentração desses órgãos no lugar errado impede o desenvolvimento do coração e principalmente do pulmão, levando a morte neonatal por insuficiência respiratória. (GALLINDO *et al*, 2015). A incidência da doença é de 1 a cada 5.000 gestações, em 2021 fiz parte dessa estatística.

A taxa de mortalidade de fetos com essa alteração é de 70%. Tratamentos para aumentar a sobrevida são desenvolvidos em outros Estados. Desta forma, na manutenção da gravidez, buscamos novos procedimentos com especialistas em medicina fetal de São Paulo. A rotina se dava entre aeroportos, hotéis e vídeos chamadas com o filho mais velho que ficava em Belém, foi assim a gestação inteira. Seguida por exames, testes, contagem de cariótipos e consultas. O tempo não ajudava, já que a análise detalhada do DNA demandava certa espera.

Quase completando 7 meses de gestação, com a mente e o corpo exaustos recebo uma ligação. Lembro vividamente daquela sexta-feira de janeiro, fazia compras em um shopping, escolhia vestidos mais largos para abarcar as novas medidas. Estava leve e positiva, afinal na segunda viajaria novamente para a realização de uma cirurgia intrauterina que prometia garantir a sobrevida do bebê após o nascimento. Me encaminhando ao caixa da loja encontro com o meu esposo ao telefone. Ele olha nos meus olhos, coloca as roupas escolhidas em um canto da loja e me leva até o



estacionamento do prédio. Pela segunda vez choro desesperadamente dentro de um carro.

A síndrome causadora da hérnia foi detectada no exame detalhado do DNA. A ligação oriunda de São Paulo informava o cancelamento do procedimento médico. Em casos raros como esse, não há nada que possa ser feito a “gestação é incompatível com a vida”, foi o que disse o médico-obstetra. O que devo fazer? Interromper a gravidez com quase 8 meses? Com tal avanço gestacional isso seria possível perante a justiça? Em relação a legislação brasileira, no que tange o aborto legal no âmbito das anomalias genéticas, apenas a interrupção da gravidez de fetos anencefálicos é permitida sem autorização judicial prévia. Se quisesse ter minha saúde mental garantida e minha dignidade humana respeitada deveria travar uma batalha judicial para provar os danos irreversíveis de uma gravidez que, de forma tênue compartilhava vida e morte.

A vida doméstica, em todos os seus aspectos é construída “em parte por aquilo que não se pode dizer e por aquilo que não se pode mostrar” (BUTLER, 2019a, p.15). A autora aplica ao contexto da esfera pública o cuidado que as palavras em todo seu significado devem ser proferidas. A vida particular não se relaciona nessa falsa dicotomia, em um estado de oposição perpétuo com o público. Pelo contrário, a “relacionalidade” composta por mim, a gravidez, minha filha, o luto antecipado e os “outros” é que torna o contexto frágil e singular. Não posso



comentar da condição de morte iminente, então digo “está tudo bem”. O que pode ser dito a partir do que não se quer dizer?

Neste sentindo, além da resignificação da maternidade a esperança ganha outra conotação. Na inexistência de um direito reprodutivo, que confira legalidade a escolha de interrupção da mulher como garantia de sua liberdade política, não resta outra coisa senão esperar, sentir e suportar. Na ausência de direitos esperança é sonho e esperar é verbo intransigente.

3 LUTO E MELANCOLIA

Cecília chegou dia 18 de fevereiro de 2021, pesando mais de 2 quilos e medindo 45 centímetros. Viveu por 40 minutos e partiu para além mar. A cirurgia foi emergencial, contava com 34 semanas de gestação, a condição genética dela alterou o volume de líquido amniótico considerado normal em uma gravidez. A circunferência da barriga e o excesso de líquido tensionavam meu pulmão. À noite não conseguia dormir em função das fortes dores nas costas e no abdômen, passava a madrugada sentada sentindo ela mexer. Conversava e clamava pela interseção de forças divinas que a salvassem da sentença médica.

Com a glicemia aumentada e a pressão pulmonar causada pelo avanço da gestação, minha obstetra determinou uma cesárea de urgência. Fui para uma consulta de rotina, não tinha me preparado para internar. O dia era chuvoso e pesado, assim como meu semblante na saída do consultório. De lá fui direto para emergência, as 11h da manhã na enfermaria aguardava a entrada



no centro cirúrgico. Fui aconselhada a não organizar enxoval, mas era inevitável. Amigos, familiares, até desconhecidos me presenteavam com roupinhas, sapatos, laços. “É uma menina? Que benção, agora você terá um casal”, foi a frase que mais ouvi durante todo o processo gestacional.

O silêncio ensurdecedor acerca da condição delicada da gestação condicionou-me em um espaço de pressão dupla. Primeiro, falar sobre a gestação sem mencionar a gravidade da condição fetal; segundo compartilhar o diagnóstico e receber afetos penosos e olhares dolorosos. Optei pelo primeiro, sabendo que aquela condição criava a ilusão de que de fato nada estava tudo bem. Essa encruzilhada foi constituída principalmente pela conjuntura social da maternidade em atender as expectativas daqueles que torcem pelo nascimento, custe o que custar.

A vergonha é um sentimento alheio, não sentia em mim sobre mim, mas sobre mim em relação ao outro. Este traço é o estigma significativo de que as escolhas reprodutivas, mesmo quando planejadas, são constituídas em uma dinâmica de subordinação do sujeito a sistemas sociais que inconscientemente moldam as escolhas pessoais. Mesmo quando essas lhe pareçam completamente autônomas e independentes. Isso porque as categorias sociais sustentam um existir que é reconhecido no exterior. Mesmo que esse existir funcione como um mecanismo de sujeição de estruturas opressoras, é preferível ter algum lugar na engrenagem do que está fora dela (BUTLER, 2019b)



Eu a perdi, e nessa relação de vida, morte e perda eu não sei o que foi perdido. Qual o poder do luto em mudar destinos? Os ritos de passagem sempre foram traduzidos em símbolos religiosos na construção da minha infância. Por ser católica as missas, velórios, terços, novenas, hinos de louvor dispuseram-se em tônicas de abertura e fechamento de destinos terrenos. Quando minha pequena partiu deste plano me vi impelida a destinar todos os ritos possíveis à sua travessia, contudo o padre na missa em que completaria 7 dias de sua vida e morte negou-se a interceder, segundo ele não havia pecado, desta forma interceder por sua alma não era necessário.

Ela veio e se foi pura, não havia mamado, não havia provado o líquido da herança maldita de Eva, por isso era limpa do pecado original. A negação do ritual apagou não só a sua existência mas interrompeu um ciclo do luto que entendia como correto, como necessário, incondicional. A minha própria existência foi apagada naquele instante, o estatuto político de sujeita sonhadora de um luto cíclico foi negado. “De certa maneira, acho que perdi ‘você’ apenas para descobrir que eu desapareci também.” (BUTLER, 2019a, p. 42).

As lentes teórico-conceituais escolhidas na tessitura desse relato se justificam pela complexidade que é descrever sobre a perda materna como experiência. Nesta conjectura, a autora Judith Butler (2019) transformou-se em principal aporte teórico na compreensão dos efeitos do luto e das ações coletivas que ele pode produzir. A todo momento nas obras *A vida psíquica do*



poder, teorias de sujeição e Vida precária, os poderes do luto e da violência a autora interage e interpreta os conceitos de “luto e melancolia” em Freud, escrito em 1915 e publicado em 1917. O pai da psicanálise descreve acepções distintas acerca do mesmo assunto. Primeiro que o luto bem sucedido significaria substituir o objeto que foi perdido por outro, constituindo assim uma ideia de apego, desapego e novo apego. Em outro momento Freud retoma o mesmo tema ao atribuir a melancolia um pré-requisito para o luto bem sucedido, não mais substituindo objetos mas eternizando no “eu” aquilo que foi perdido no mundo externo.

Na primeira concepção do luto a negação do objeto de desejo e a troca por um novo apego não resolveria o sentido da perda, que passaria a assombrar o eu em sucessivos choques de realidade já que não houve ruptura final do apego. A adição da melancolia traduz dois movimentos, um de reconhecimento da perda e o outro de aceitação interna da perda, no qual nada pode substituir a singularidade de quem foi perdido. Butler não acredita que um laço possa ser substituído pela simples troca de lugares, a perda se apresenta como uma potência transformadora não planejada. Isto é, não como “a moral da história” mas como um movimento inevitável.

O primeiro sentido do luto foi constituído pela troca de objetos. Uma gestação mal sucedida por uma nova gestação compensatória. Foi a primeira pergunta que fiz a minha obstetra, “enquanto tempo poderia engravidar novamente?”. Estava na cama do hospital, me recuperando, andando com dificuldade e



internalizando uma nova gestação. Em ondas, que ficavam mais intensas ao longo do dia percebia que mesmo em um novo projeto gestacional a dor não passava, a ruptura ainda não havia acontecido. A recuperação cirúrgica me impossibilitou de participar do enterro, apenas meses depois consegui ir ao cemitério e compreender que o que foi perdido não pode ser substituído. “não somos apenas constituídos por nossas relações mas também despossuídos por elas.” (BUTLER, 2019a, p. 44).

4 A PESQUISA, A ESCRITA E A MEMÓRIA

O luto bem sucedido, nas palavras de Butler (2019a) ao citar Freud pode significar trocar um objeto por outro . Essa substituição de objetos em sinal de esperança possibilita que a perda deixe de ser constante para se tornar memória. A vida só pode ser realizada mediante aquilo que foi perdido, e aquilo que se perdeu (BUTLER, 2019a). Eu sei o que fisicamente foi perdido e aquilo que se perdeu. Nesse processo de perda e de gestação infinita da dor não consigo mensurar o que foi perdido.

No meio do caminho, antes mesmo da condição de inevitabilidade da morte voltei o olhar para pesquisa acadêmica. Sou professora universitária, graduada em ciências sociais e mestra em ciência política. A academia e a minha área de formação sempre foram um espaço hostil às mulheres. Lembro-me que no processo de seleção do mestrado um dos professores da banca questionou a minha presença naquele espaço, lugar de mulher nas ciências sociais é na antropologia. Talvez porque a



presença da mulher como pesquisadora nessa área fosse automaticamente acompanhada pelo interesse nos estudos de gênero. Esse comportamento estrutural me afastou do desenvolvimento de pesquisas que pudessem entender a democracia pela ótica feminista.

Como um trabalho bem feito pelo imaginário colonial, eu não só me afastava como também duvidava da qualidade teórica e científica de pesquisas cujo objeto fosse: a) gênero, b) sexualidade, c) raça ou “minorias sociais”. Não me orgulho do pensamento limitado que desenvolvi no espaço acadêmico, que também é um espaço ético, político, dialógico, epistemológico e subversivo. E é por isso que o projeto político e social do colonialismo permanece ativo, sua principal ferramenta de sustentação é o conhecimento científico que atribui ao masculino o status de sujeito racional e universal da história.

O feminismo dialógico desenvolvido pela filósofa Marcia Tiburi (2008) aponta a necessidade de uma epistemologia que reconheça “a sujeito mulher” como agente do conhecimento. O conhecimento circula dentro de uma ordem social, logo se o Estado colonial é machista e patriarcal o campo científico também será. O feminismo é ao mesmo tempo uma revolução ética, estética e política que coloca a mulher e o gênero como categorias analíticas. Reconhecer a condição de sujeito corresponde a autonomia historicamente negada às mulheres e pela qual foram caçadas e queimadas como Bruxas. (FEDERICE, 2017).



Meu processo de formação foi constituído pelo conflito interno e permanente. Entre me reconhecer como sujeito que produz conhecimento em um ambiente que, dado as desigualdades de gênero desencorajava qualquer potencialidade. O reflexo desse cenário se deu no pavor da escrita, na incapacidade de dizer algo que faça sentido ou de ser rechaçada pelos pares. Paulatinamente, a avidez pela inserção no fazer científico foi substituída pelo adoecimento mental e por dinâmicas de silenciamento. Ao fim da pós-graduação encontrava-me indisposta, desencorajada e obrigada a entregar uma monografia que detestava pelo peso da autocrítica.

Naquele momento a maternidade não era uma realidade na minha trajetória. Mas jovens mães pesquisadoras, contemporâneas de faculdade foram reprovadas ou abandonavam sua formação em decorrência de uma política inflexível à maternidade. Em outro momento de vida, 5 anos depois da finalização do mestrado me desafiei a ler mais, produzir, escrever algo que sinta vontade. Qual foi o ponto de ignição, dada a experiência anterior na academia, que me fez encarar o medo da escrita? A maternidade. Mesmo não desejando a primeira gestação, ela foi a motivação para pautar a minha experiência como expressão de multidão. Não sou a única mulher que não desejou sua gravidez, não sou a única que quer dar conta de todas as suas responsabilidades, não sou a única que sente o cansaço físico e o peso da maternidade compulsória, não sou a



única que foi assediada no processo de formação acadêmica. Não sou a única que vivencia o luto materno.

O retorno à pesquisa passa pelo processo de desconstrução de epistemologias que excluem das agendas científicas as pautas feministas. Assim como, me permite dialogar com as minhas angustias e dores recentes. Segundo King (2015) a boa história não é imaginada por bons escritores, mas vivida por eles. A trajetória de vida nos formar como autores mas a trajetória da morte anunciada de minha filha me (re)forma como sujeito questionador do conhecimento opressor. A partir da escrita a melancolia se transforma em memória revisitada, constituindo sentido de compreensão e não de substituição. Escrever também é um ato subversivo, “é uma forma de ressuscitar uma experiência traumática e enterrá-la adequadamente” (KILOMBA, 2019, p. 224)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dor gestada relacionou-se de duas formas, primeiro com o processo de internalização da perda e transformação do luto em consciência. Segundo, em recondução à escrita acadêmica e desconstrução epistêmica. A maternidade assume sentimentos ambivalentes, por um lado reafirma a crítica feminista ao modelo de sujeição patriarcal que, de forma proposital cria obstáculos ao acesso de direitos reprodutivos plenos. Por outro a instituição materna como instrumento opressor é subvertida, ressignificada



como espaço de percepção do sujeito, engajamento político e luta por justiça.

A esperança assume duas possibilidades: a) mudança da inevitabilidade do destino; b) verbo intransigente esperar. Já que não existe outras opções ao sofrimento de uma gestação incompatível com a vida. A construção da narrativa de maneira proposital, adotou caminhos intercalados entre a escrita científica e o relato pessoal. Ao mesmo tempo que compartilhei uma vivência pessoal busquei compreender o que a perda fez a mim, e as minhas ações. Me reconstruo como agente neste fluxo contínuo de uma nova linha temporal, aquela que tenta lidar com a interrupção do desejo de ser mãe pela segunda vez.

Escrever tornou-se a única forma de controle sobre as emoções, aqui eu compartilho minha história ao leitor desconhecido ao mesmo tempo que faço uma leitura secundária do “eu” objeto. Nesse ato comunicativo tentei entender quem sou e o que restou. Não parto da premissa de um relato etnográfico, mas de um lugar onde a fala e escuta se encontram de forma contínua, interpelando quem eu me tornei depois dessa experiência. O luto como mistério é um farol, que ao vigiar o horizonte ora revela, ora esconde. Ora se faz entender, ora se perde naquilo que poderia ter sido mas não foi. Afinal a esperança também constitui um desnorтеio.



REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Tradução Andreas Lieber. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019a.

BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder, teorias de sujeição*. Tradução Rogério Bettoni. 1ª ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero, feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019c.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: elefante, 2017.

GALLINDO, Rodrigo Melo et al . Manejo pré-natal da hérnia diafragmática congênita: presente, passado e futuro. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, Rio de Janeiro , v. 37, n. 3, p. 140-147, Mar. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032015000300140&lng=en&nrm=iso>. acesso em 01 de Maio 2021.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar; MAYORGA, Claudia. Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial. *Psicol. cienc. prof.* , Brasília, v. 39, n. spe2, e225712, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000600307&lng=en&nrm=iso>. acesso em 11 de abril de 2021. Epub 14 de novembro de 2019.

KILOMBA, Grada. *Memória da plantação – episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. 1ª ed., Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.



KING, Stephen. *Sobre a escrita: a arte em memórias*. Tradução Michel Texeira. 1ª ed., Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

MOHANTY, Ch. De vuelta a Bajo los Ojos de Occidente. En: SUÁREZ NAVA, L. y HERNÁNDEZ CASTILLOS, R. A. (eds), BRAKWELL, M. et. al. *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008 [2003], pp. 407 – 464.

SANCHES, Daniele Rosa. O corpo e a ética da psicanálise. In: TAPERMAN, Daniela et al. *Corpo*. Belo Horizonte: Autêntica (2021), Cap 1. 08-17.

SANTIAGO, Vinicius. A maternidade como resistência à violência de Estado. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 55, p. e195511, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8656372>. Acesso em: 12 de abril. 2021.

TEMPORAO, José Gomes. Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil: conquistas recentes e desafios prementes. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 21-23, June 2012. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

TIBURI, Marcia. *Branca de Neve ou Corpo, lar e campo de concentração*. A questão biopolítica e o direito das mulheres. In *Mulheres, Filosofia ou Coisas do gênero*. Ed. UNIJUÍ, 2008.



CAPÍTULO 9

DO CIBERATIVISMO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES PESQUISADORAS BRASILEIRAS: O EXEMPLO DO *PARENT IN SCIENCE*

Letícia Lovato Dellazzana-Zanon ¹⁷

Ângela Lovato Dellazzana ¹⁸

INTRODUÇÃO

O *Parent in Science* iniciou como um projeto de pesquisa que visava descobrir os desafios enfrentados por mulheres cientistas, pesquisadoras ou professoras universitárias que se tornam mães. Vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o projeto alcançou visibilidade nacional a partir das redes sociais, dando forma a um movimento que já realizou dois simpósios na cidade de Porto Alegre, Brasil, atraindo pesquisadores de todo o país e alguns estrangeiros. A pesquisa inicialmente evidenciou que o tema parece ser recorrente em

¹⁷ Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Doutora em Psicologia, Brasil, mãe do Leonardo (8 anos), da Cristina (5 anos) e do Gabriel (2 meses), leticiadellazzana@gmail.com

¹⁸ Pesquisadora de Pós-doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Doutora em Comunicação Social, Brasil, mãe do Mario Eduardo (7 anos), do José Pedro (4 anos) e da Maria Teresa (4 meses) lovato.angela@gmail.com



diversos países e, muitas vezes, é tratado como um tabu, não recebendo a devida discussão no ambiente acadêmico. Ao tomarem conhecimento desse projeto, as autoras deste artigo resolveram pesquisar o tema, uma vez que são pesquisadoras e mães e tinham passado pelos mesmos desafios relatados pelas idealizadoras do movimento. Desta forma, criou-se um projeto multidisciplinar, envolvendo as áreas da comunicação e da psicologia, que tinha como objetivo inicial verificar o perfil das pessoas que apoiam este movimento nas redes sociais e verificar de que maneira o conteúdo aí divulgado causava o engajamento no público.

Para este capítulo, definiu-se como objetivo geral identificar a evolução das publicações e do engajamento em cada rede social a partir do cenário de pandemia que evidenciou ainda mais o papel da maternidade na vida das mães pesquisadoras. Como objetivos específicos pretende-se: verificar as publicações do movimento com maior engajamento nas suas redes sociais, comparar o engajamento nas publicações referentes às redes sociais Facebook e Instagram; identificar as ações afirmativas ou outras políticas já implementadas no Brasil após o início do movimento, e relacionar o ciberativismo do movimento com as políticas públicas já alcançadas para as mulheres mães no meio acadêmico.



2 O IMPACTO DA MATERNIDADE NA CARREIRA ACADÊMICA

Apesar de movimentos feministas e conquistas em relação à igualdade de gênero, as mulheres continuam a ter mais responsabilidades com relação a cuidados diversos do que os homens, o que pode fazer com que se sintam culpadas por não atingirem as expectativas de suas múltiplas identidades (MATTSSON, 2014; LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014). O desafio que as mulheres encontram na academia ao tentarem conciliar os padrões de “acadêmica ideal” e “boa mãe” é enorme (RADDON, 2010). No que se refere à maternidade e pós-graduação, um estudo recente investigou as experiências de mulheres que engravidaram durante o doutorado (no campo da saúde) e a sua tomada de decisão sobre a carreira na pós-graduação (MIRICK; WLADKOUSKI, 2018). Os resultados mostraram que das 28 participantes, 13 relataram que perderam oportunidades de desenvolvimento profissional no ensino e na pesquisa ou posições em programas de pós-doutorado devido à gravidez e à maternidade. Quase todas as participantes (n=24) perceberam o estigma que envolve a gravidez e/ou a maternidade e receberam a mensagem de que gravidez e maternidade não são experiências esperadas para uma doutoranda (MIRICK; WLADKOUSKI, 2018).

Algumas participantes (n=14) receberam um feedback negativo de seu programa, orientador ou diretor quando anunciaram a gravidez ou diminuíram a carga de trabalho após



ter o bebê. Muitas participantes (n=16) explicaram que são a primeira e/ou única mulher do seu grupo a ter um filho, o que criou um senso de separação de seus colegas e da trajetória “típica” de um doutorando. Muitos participantes (n=19) descreveram mensagens implícitas e explícitas no que tange as expectativas para mulheres na academia. Uma expectativa (n=12) era que as mulheres deveriam fazer silêncio sobre gravidez, filhos ou as dificuldades para dar conta da vida de trabalho. Em parte, tal silêncio era um fator de proteção para as participantes, pois elas percebiam consequências negativas ao falarem de filhos, como não ser levadas a sério como estudantes e/ou serem vistas como menos comprometidas com o seu trabalho.

Quase metade das participantes (n=14) escutaram mensagens de que mulheres podem ter que “escolher” entre filhos e sucesso acadêmico. Ou seja, embora as mulheres, sejam elas alunas de pós-graduação ou professoras pesquisadoras, estejam optando por conciliar filhos com carreira acadêmica, a falta de apoio institucionalizado faz com que a carreira acadêmica seja seriamente prejudicada. Os resultados dessa pesquisa chamam atenção para a necessidade de discutir a maternidade no contexto da carreira acadêmica, fazendo com que a proposta do grupo *Parent in Science* tenha tido uma ampla adesão nas redes sociais.



3 MATERNIDADE E ACADEMIA NO CONTEXTO DA COVID-19

O isolamento social causado pela pandemia da COVID-19 acarretou muitas mudanças na vida de toda a população. O fato de atividades antes realizadas fora de casa terem sido realizadas no contexto domiciliar fez com que toda a dinâmica familiar tivesse que ser alterada, principalmente nas famílias em que há filhos pequenos. Isso ocorre, pois a tarefa de cuidar é, de fato, desequilibrada: as mulheres dedicam significativamente mais tempo ao trabalho doméstico e de cuidados dos filhos do que os homens, mesmo entre casais com alto nível de escolaridade (MINELLO, 2020). Nesse sentido, é provável que as mulheres pesquisadoras dediquem tempo para a educação de seus filhos em casa e para a realização de tarefas domésticas, ao invés de escrever artigos científicos (STANISCUASKI *et al.*, 2020).

Resultados de pesquisas feitas no Brasil exemplificam essa situação e mostram que essas diferenças estão marcadas pela sobrecarga das mulheres nas atividades domésticas, somadas a maiores responsabilidades com os cuidados dos filhos (AIELLO-VAISBERG; GALLO-BELLUZZO; VISINTIN, 2020; PIERRO, 2020). Assim, os resultados de um estudo com mais de 5 mil alunos de mestrado e doutorado (69% mulheres), revelaram que homens têm tido suas rotinas de trabalho menos afetadas no contexto de isolamento social, sobretudo aqueles que não têm filhos; em contrapartida, as mulheres têm tido suas atividades profissionais mais modificadas nesse contexto, especialmente aquelas que



têm filhos pequenos (PIERRO, 2020). Para esse autor, um exemplo claro dessas desigualdades ocorre no mundo acadêmico, no qual expressivas diferenças entre o número de produções científicas de pesquisadores e pesquisadoras em todo o mundo têm se revelado. A diminuição significativa das produções acadêmicas de mulheres no contexto da pandemia revela que as desigualdades de gênero ainda desfavorecem os contextos profissionais das mulheres (PIERRO, 2020). Esse autor destaca que, em função do risco de contágio, não se pode recorrer à rede de apoio composta pelos avós, familiares, funcionários domésticos e babás que, até então, auxiliavam os pais e responsáveis a cuidarem das crianças para que dessem conta de suas atividades profissionais.

Não surpreendentemente, as mulheres estão mais sobrecarregadas do que os homens nesse cenário de pandemia (DELLAZZANA-ZANON *et al.*, 2021, *Ahead of print*). Apesar disso, não podemos permitir que a pandemia da COVID-19 reverta avanços e aprofunde ainda mais a lacuna de gênero na ciência (STANISCUASKI *et al.*, 2020). Ao contrário, deve-se continuar a encorajar a presença feminina no ambiente acadêmico em todos os níveis, apontando discrepâncias de gênero e injustiças, construindo propostas de ação que acarretem mudanças significativas no sistema atual (CARUZO *et al.*, 2020).



4 METODOLOGIA

Nos resultados das pesquisas anteriores (DELLAZZANA; DELLAZZANA-ZANON, 2019a, 2019b; DELLAZZANA, DELLAZZANA-ZANON; TALAMONI, 2019), a pré-análise da página *Parent in Science* do Facebook, resultou como amostra um recorte do *corpus* que se restringe aos comentários da postagem que gerou maior engajamento do público na página, totalizando 465 comentários analisados. Esta postagem convidava as mulheres a postarem *prints* dos seus currículos na plataforma Lattes com a descrição do período em que estiveram em licença maternidade e a usar a *hashtag* #maternidadenolattes. Nessa fase inicial, também foi realizada uma análise do perfil de cada pessoa que escreveu um comentário na referida publicação.

Já o perfil do *Parent in Science* no Instagram trata-se de um perfil aberto, cuja primeira postagem data de 17 de maio de 2018 e até o final do período analisado (jun-2020), contava com 174 publicações, com evidências de publicações em maior número relacionadas à pandemia e às dificuldades encontradas pelas mães em manter suas pesquisas neste cenário.

Nesta rede social, também fizemos um estudo dos comentários na postagem com maior interação, analisando os testemunhos de pesquisadoras-mães que encontraram ali um espaço para, espontaneamente, compartilharem suas experiências (DELLAZZANA; DELLAZZANA-ZANON, 2021).

Para dar conta dos objetivos propostos de analisar o comportamento de um grupo social no ambiente digital, realizou-



se um estudo netnográfico (KONIZETZ, 2014) segundo a tipologia do pesquisador silencioso (*lurker*) (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011), que apenas observa determinado grupo social em ambiente digital, sem interferir no mesmo. Quanto aos objetivos de identificar ações afirmativas e políticas públicas, realizamos pesquisa documental em sites de universidades e nas publicações do próprio movimento *Parent in Science* nas redes sociais.

Elegemos, ainda, a análise de conteúdo segundo Bardin (2009), que permite a mescla de técnicas tanto qualitativas quanto quantitativas de coleta e análise de dados. Nas etapas anteriores deste projeto, focamos nas análises sintáticas e semânticas, feitas a partir do engajamento no Facebook e Instagram. Para este artigo, trazemos as análises sintáticas a partir do engajamento do público nas postagens dessas redes sociais durante o período de isolamento social imposto pela pandemia do vírus COVID-19.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No caso do Instagram, percebe-se que o perfil do *Parent in Science* teve um acréscimo de publicações após o início do isolamento social em função da pandemia em comparação com o mesmo período do ano anterior. Entre 14 de março de 2020 e 13 de setembro de 2020, foram feitas 56 publicações, enquanto no mesmo período de 2019 foram feitas 46. Percebe-se que o ciberativismo em prol dos direitos das mães e gestantes



no meio acadêmico aumentou, uma vez que o cenário de isolamento social dificulta ainda mais a produção destas pesquisadoras. Esta realidade pode ser observada no post mais curtido (939 likes) durante o período de pandemia analisado (figura 1), publicado em 8 de julho:

Figura 1 – Post com maior número de reações no Instagram durante o isolamento social



Fonte: Instagram do movimento *Parent in Science* (2020).

O post traz também resultados de uma pesquisa que indica a grande dificuldade de mulheres mães em produzir artigos durante este período, principalmente em relação aos pesquisadores pais. Já o post mais comentado (54 comentários) foi feito do dia 14 de maio e diz respeito à publicação de uma carta na revista *Science* enviada pela equipe do *Parent in Science*, intitulada *Impact of COVID-19 on academic mothers* (STANISCUASKI *et al.*, 2020). Os comentários são todos

relacionados com felicitações pela publicação da carta ou com marcação de outras pessoas, conforme a figura 2.

Figura 2 – Post com maior número de comentários no Instagram durante o isolamento social



Fonte: Instagram do movimento *Parent in Science* (2020).

Já no caso do movimento no Facebook, foram feitas 89 publicações desde o dia 14 de março 2020 até o dia 10 de setembro de 2020, enquanto no mesmo período em 2019 foram feitas 76 publicações. Durante o período analisado, a publicação que obteve maior engajamento foi postada no dia 31 de março e alcançou 412 reações, 64 comentários e 234 compartilhamentos, conforme a figura 3.

Figura 3 – Post com maior número de reações no Facebook durante o isolamento social

**Parent in Science**
31 de março · 🌐

Onem, depois que divulgamos a reportagem da TVE sobre trabalho em casa (cheial) em tempos de pandemia (assista aqui: <https://youtu.be/SekexfWl6qE>), recebi muitas mensagens de mães se dizendo aliviadas por verem que não são as únicas que não estão dando conta.

Minhas queridas, acreditem, NINGUÉM ESTÁ! Algumas mais, outras menos, mas estamos todas sofrendo um processo de adaptação das nossas rotinas. Não estamos em um momento típico. Agora não é hora de cobranças exageradas, aquelas que conhecemos muito bem. Se tem algo que aprendemos enquanto mães é correr atrás do "tempo perdido". E a questionar o que é que estamos perdendo mesmo.... Depois de passada toda esta crise, voltaremos. Diferentes, com certeza, mas fortes como sempre fomos. E pra isso, precisamos entender que este é momento de cuidado.

Cuidar dos nossos.... e da gente!

Priorizem aquilo que é de fato indispensável. De resto, aceitem que estamos navegando meio sem rumo neste momento de tantas incertezas. Os e-mails estão sem resposta, a casa está bagunçada, a lição das crianças está atrasada? Teremos tempo para resolver isso depois, da melhor maneira que a realidade permitir.

Para aquelas que estão sozinhas cuidando de tudo durante esta crise, minha mais sincera admiração. Não posso imaginar como tem sido, pois tenho o privilégio de poder dividir tudo com mais alguém. Mas gostaria que vocês soubessem que nossa luta é, em muito, por vocês. Vocês tem nosso compromisso de que seguiremos lutando para que os prejuízos sejam minimizados. Continuaremos pressionando quem precisa ser pressionado para que prazos sejam prorrogados, datas sejam flexibilizadas, cobranças sejam diminuídas.

Abracem quem precisa ser abraçado, confortem quem precisa de conforto neste momento. Mas, principalmente, permitam-se não ser a super-heróina que insistem que devemos ser.

Seguimos.... sem muitas certezas, mas juntas. Só assim sairemos desta.

Cuidem-se. Quem puder, fica em casa.

Abraços

Fernanda



Já tudo bem
Não ser produtiva
durante uma crise
mundial
PARENT IN SCIENCE

 412
64 comentários 234 compartilhamentos

Fonte: Facebook do movimento *Parent in Science* (2020).

Já a publicação que alcançou maior número de comentários (150) refere-se à publicação do dia 18 de março que chama as pesquisadoras-mães a darem seus testemunhos sobre a rotina de isolamento. É interessante notar que os testemunhos são todos relacionados às dificuldades de conciliar o trabalho de ensino e pesquisa com os cuidados com os filhos.

A principal constatação nestes testemunhos é de que muitas mães apenas conseguem trabalhar quando os filhos estão dormindo, de acordo com a figura 4.



Figura 4 – Post com maior número de comentários no Facebook durante o isolamento social

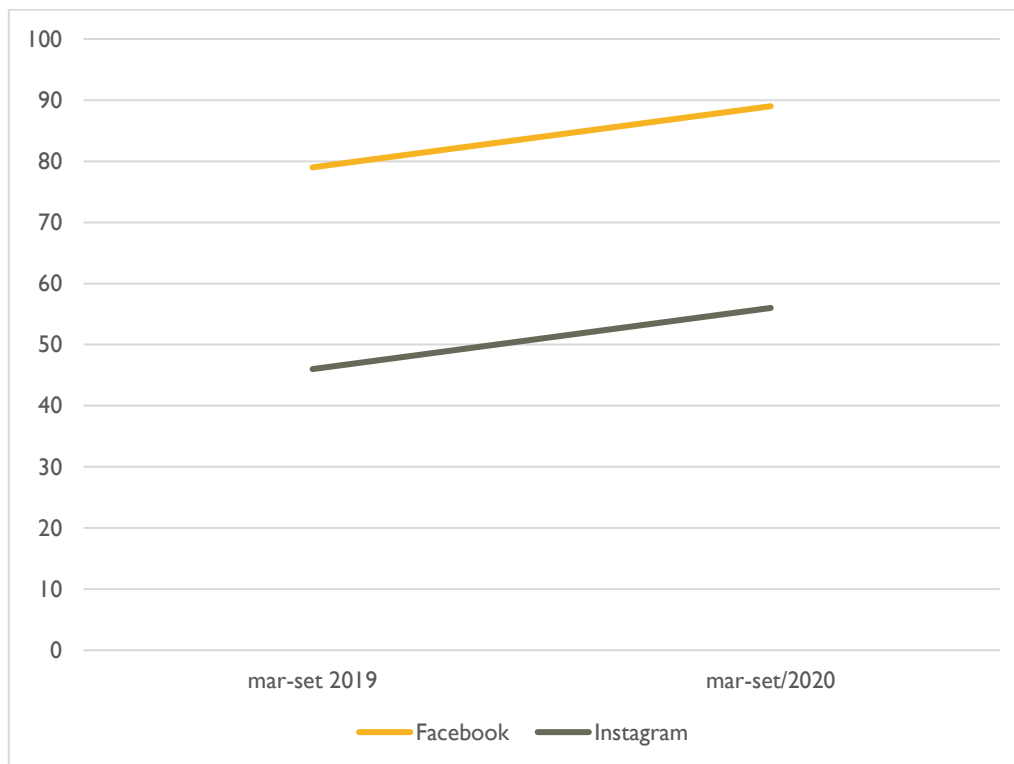


Fonte: Facebook do movimento *Parent in Science* (2020).

Quanto à evolução das publicações a partir do cenário de pandemia, constatamos que a quantidade de publicações aumentou tanto no Facebook quanto no Instagram, em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme o gráfico 1.



Gráfico 1 – Evolução das publicações no período de isolamento social



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A partir dos dados apresentados no gráfico 1, ainda que o período de isolamento social tenha afetado a realização do principal evento do grupo – o III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência –, não afetou a continuação do ciberativismo do projeto. Antes do isolamento, muitas publicações estavam relacionadas à divulgação do evento, que seria realizado em maio de 2020 e foi cancelado. Contudo, mesmo após o cancelamento do evento, a frequência de publicações aumentou, com posts-denúncia e resultados de pesquisa

mostrando que a realidade do cuidado materno em meio aos trabalhos na modalidade *home office* é bastante desafiador.

Quando comparadas, as duas redes sociais do movimento parecem ter usos similares. O engajamento do público, no entanto, se mostrou diferente. Enquanto no Instagram o post mais curtido chegou a quase mil reações, no mesmo período, o post mais curtido ficou abaixo de 500 reações no Facebook, até a data de encerramento da coleta de dados. É curioso notar também, que os mesmos posts foram feitos nas duas redes sociais, no entanto, as reações do público não se repetiram, uma vez que os posts de maior sucesso em cada rede são diferentes, mostrando que, talvez, o público de cada uma seja diferente, o que pode evidenciar um maior alcance para as ações do movimento.

Em uma busca pela internet por documentos e editais de pesquisa, tanto em site de instituições quanto nas próprias redes sociais do movimento, destacam-se algumas ações afirmativas já implantadas após o início do ciberativismo do movimento, descritas no quadro 1.



Quadro 1 – Ações relacionadas à implantação de políticas públicas para pesquisadoras mães

Instituição	Ano de implantação	Descrição da ação
UFF	2019	Docentes que estiveram em licença-maternidade nos últimos dois anos terão direito a um bônus de cinco pontos na avaliação do currículo no edital do programa institucional de bolsas de iniciação científica (PIBIC) de 2019.
UNIPAMPA	2019	Inclui nos editais PIBIC/PIBIT/CNPq e PROBIC/PROBIC/FAPERGS a análise de um ano a mais dos currículos das pesquisadoras que estiveram em licença maternidade no período considerando pelo edital.
FURG	2019	Reserva de cinco (5) quotas em editais para docentes mulheres que estiveram em licença maternidade nos últimos dois anos.
UFT	2019	Pontuar em editais a docente que apresentar um documento atestando que esteve em licença-maternidade nos últimos dois anos.
UNILA	2020	A docente que esteve em licença-maternidade nos últimos dois anos tenha um bônus de 20 pontos na avaliação do currículo em editais.
IFSUL	2020	Ao apresentar a declaração de licença maternidade ou adotante, as pesquisadoras proponentes puderam acrescentar um ano a mais, para cada licença, na avaliação dos seus currículos para fins de cálculo da pontuação da sua produção científica.
CNPQ	2021	Inserção de campo para incluir o período de licença maternidade no currículo Lattes.
UFF	2021	Acréscimo de 2 anos para cada período de licença maternidade de docentes na análise do Lattes para credenciamento e credenciamento no PPG.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Não sabemos se todas estas ações afirmativas apresentadas no quadro 1 foram causadas pelo ciberativismo do movimento *Parent in Science*, mas temos razões para acreditar que há uma possível relação de causa e efeito aí. Certamente o ciberativismo não foi a única causa, mas podemos acreditar que foi o estopim. Sabemos que ações concretas foram realizadas como o envio de uma carta ao CNPQ solicitando a inclusão do período de licença maternidade. Além disso, as representantes do movimento participaram de diversos eventos para divulgar a causa, assim como organizaram dois simpósios nacionais sobre maternidade e ciência, realizados em Porto Alegre, em 2018 e 2019. No entanto, foi nas redes sociais que o movimento ganhou visibilidade e adesão suficientes para dar fôlego a outras ações. Exemplo disso foi a campanha #maternidadenolattes promovida pelo movimento, cujo grande engajamento já foi analisado por nós (DELLAZZANA; DELLAZZANA-ZANON, 2019b) e resultou na carta supracitada e, finalmente, na inclusão da demanda no currículo Lattes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo reforçam o fato de que as ações relacionadas a políticas públicas para as pesquisadoras mães estão sendo consideradas urgentes por diversas instituições de ensino e pesquisa. Não será possível impedir as situações de



constrangimento como as sofridas pelas mulheres mães no ambiente acadêmico, mas estas poderão ser diminuídas com o apoio dessas ações afirmativas para esta categoria. Assim, para além de promover discussões que podem gerar mudanças fundamentais para a vida das pesquisadoras que são mães, o *Parent in Science* alcançou outras finalidades, como a de denunciar situações em que pesquisadoras estão sofrendo por terem optado por ter filhos. A conquista mais recente em termos de ações afirmativas foi a inclusão de um campo para inserir os dados referentes à maternidade no currículo Lattes (BRASIL, 2021), a qual passou a vigorar no dia 15 de abril de 2021.

Percebeu-se que as comunidades virtuais podem impactar de maneira positiva na busca não só de publicidade, mas de adoção de novas práticas e políticas públicas, como essas novidades apresentadas em recentes editais de instituições acadêmicas concedendo pontos extras para pesquisadoras que saíram em licença-maternidade, ou cotas para pesquisadoras que tenham tido filhos nos últimos três anos. Estes editais parecem ser uma maneira de compensar o “gap” de produção em relação aos colegas homens ou mulheres sem filhos, explicitando a identidade materna, até então, “invisível” na academia. Desta forma, o objetivo do movimento de lutar por políticas públicas e gerar mudanças sociais parece estar sendo atingido também em função da publicidade e mobilização geradas pelas redes sociais.



Ainda que as redes sociais analisadas tenham trazido resultados diferentes em relação ao engajamento do público, é notório o aumento da frequência de publicações sobre o tema. Da mesma forma, as ações afirmativas já conquistadas – direta ou indiretamente pela ação do grupo – merecem destaque, uma vez que o principal meio de divulgação do movimento é a internet, mais especificamente, as redes sociais analisadas. Isto demonstra o quanto os laços sociais dessas redes, ainda que possam ser efêmeros e superficiais na maioria dos casos, têm um grande potencial de mobilização para gerar mudança social.

Por fim, acredita-se que o período de pandemia vivenciado a partir do ano de 2020 tenha acentuado ainda mais a disparidade de condições de trabalho entre mulheres com filhos e mulheres sem filhos e até mesmo entre mulheres e homens, uma vez que os posts mais comentados e curtidos nas redes sociais do *Parent in Science* trazem exatamente esta realidade. Acreditamos, ainda, que o ciberativismo trouxe à tona as demandas das mães e as levaram para além das redes sociais, alcançando as realidades concretas destas pesquisadoras. Uma sugestão para complementar o estudo seria, inclusive, analisar o conteúdo das falas das seguidoras do movimento nas publicações analisadas, uma vez que trazem testemunhos valiosos para quem pretende estudar esta realidade.



REFERÊNCIAS

AIELLO-VAISBERG, T. M. J.; GALLO-BELLUZZO, S. R.; VISINTIN, C. D. N. *Maternidade e sofrimento social em tempos de covid 19: estudo de Mommy Blogs*, 2020

Pré-print. Disponível em:
<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/356>.
Acesso em: 12 mar. 2021.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Coimbra: Almedina, 2009.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. CNPq anuncia inclusão do campo licença-maternidade no Currículo Lattes. *CNPq em ação*, 7 abr. 2021. Disponível em:
<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-anuncia-inclusao-do-campo-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes>. Acesso em: 24 abr. 2021.

CARUZO, M. B. R. *et al.* Maternity, science and pandemic: an urgent call for action! *Hoehnea*, São Paulo, v. 47, e812020, 2020.
<https://doi.org/10.1590/2236-8906-81/2020>.

Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-89062020000100901&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 mar. 2021.

DELLAZZANA, A. L.; DELLAZZANA-ZANON, L. L. Gênero e pertencimento nas redes sociais: o fenômeno do movimento Parent in Science. In: PROPESQ PP – ENCONTRO DE PESQUISADORES EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA., 20.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES EM PUBLICIDADE, 1., São Paulo, 2019. *Anais [...]*. São Paulo: CRP/ECA/USP, 2019a.



DELLAZZANA, A. L.; DELLAZZANA-ZANON, L. L. Engajamento em publicações orgânicas no Facebook: o caso da página Parent in Science In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 20., Porto Alegre, 2019. *Anais [...]*. Porto Alegre: Intercom, 2019b.

DELLAZZANA, A. L.; DELLAZZANA-ZANON, L. L. Maternidade e ciência nas mídias sociais: da invisibilidade ao Lattes. In: OLIVEIRA-CRUZ, M. F.; MENDONÇA, M. C. (org.). *Maternidade nas mídias*. Santa Maria: Facos-UFSM, 2021. *Ahead of print*.

DELLAZZANA-ZANON, L. L.; DELLAZZANA, A. L.; TALAMONI, I. Maternidade e ciência: um estudo qualitativo sobre engajamento e motivação nas redes sociais. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 8., 2019, Lisboa. *Anais [...]*. Aveiro: Ludomedia, 2019. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2319>. Acesso em: 23 jan. 2021.

DELLAZZANA-ZANON, L. L. *et al.* Efeitos psicológicos do distanciamento social causado pela pandemia da COVID-19 (coronavírus) ao longo do ciclo vital. *Estudos de Psicologia*, Natal, 2021. *Ahead of print*.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

LOPES, M. N.; DELLAZZANA-ZANON, L. L.; BOECKEL, M. G. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 22, n. 4, p. 917-928, 2014. doi:10.9788/TP2014.4-18. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-389X2014000400018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2021.

MATTSSON, T. Intersectionality as a useful tool: anti-oppressive social work and critical reflection. *Affilia*, Hampshire, v. 29, n. 1, p.



8-17, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886109913510659>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MINELLO, A. The pandemic and the female academic. *Nature*. April 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-020-01135-9>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MIRICK, R. G.; WLADKOWSKI, S. P. Pregnancy, motherhood, and academic career goals: doctoral students' perspectives. *Affilia*, Hampshire, v. 33, n. 2, p. 253-269, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886109917753835>. Acesso em: 12 jan. 2021.

PARENT IN SCIENCE. *Instagram*. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/parentinscience/?hl=pt-br>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PARENT IN SCIENCE. *Facebook*. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/parentinscience>. Acesso em: 30 mar. 2021.

PIERRO, B. Mães na quarentena: Isolamento social lança luz sobre desigualdade de gênero na ciência. *Pesquisa Fapesp*. 19 maio 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2020/05/19/maes-na-quarentena/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

RADDON, A. Mothers in the academy: positioned and positioning within discourses of the 'successful academic' and the 'good mother'. *Studies in Higher Education*, Routledge, v. 27, n. 4, p. 387-403, 2010. doi: 10.1080/0307507022000011516. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0307507022000011516>. Acesso em: 15 jan. 2021.



STANISCUASKI, F., *et al.* Impact of COVID-19 on academic mothers. *Science*, Washington, v. 368, n. 6492, p. 724, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1126/science.abc2740>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SILVA, F.; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". *Ciência e Educação*, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1516-73132014000200012>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v20n2/1516-7313-ciedu-20-02-0449.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2020.



CAPÍTULO 10

EXPANSÃO INTERPRETATIVA: PERSPECTIVAS FEMININAS SOBRE A PRESENÇA E ATUAÇÃO DAS MULHERES NA ACADEMIA

Alessandra Coutinho Fernandes¹⁹
Luciana Ferrari²⁰
Leina Jucá²¹
Andréa Machado de Almeida Mattos²²

*Ninguém nasce feito,
é experimentando-nos no mundo
que nós nos fazemos.
(Paulo Freire)*

INTRODUÇÃO

O sistema capitalista neoliberal sob o qual vivemos e a necessária exploração violenta das forças de trabalho a ele indissociavelmente atrelada afetam, de diferentes formas, os corpos, as mentes e as vidas das mulheres, mães, cientistas, forçosamente posicionadas de maneira servil, no sistema laboral necessário à vida. A partir dessa posição, as perspectivas

¹⁹ Universidade Federal do Paraná (UFPR).

²⁰ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

²¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

²² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



femininas de leitura e interpretação de mundo/texto têm exercido papel fundamental na (des)construção e na (trans)formação de noções de realidade e de verdade nas quais estamos todos imersos. Por meio das lutas pelo trabalho, pelo voto, pelo divórcio, pelas próprias escolhas, pela expressão e escuta da sua voz, pela liberdade, enfim, a mulher tem buscado para si e, dessa forma, também para o outro, o direito de simplesmente inventar-se e existir à sua própria maneira.

Ultimamente, temos observado, na América Latina e especialmente no Brasil, um número crescente de pesquisas de viés crítico e decolonial. Pesquisas realizadas sob essas perspectivas nos convidam a um processo reflexivo sobre nosso lócus de enunciação, que faz referência a nossas vivências enquanto mulheres, mães e cientistas da linguagem na academia. A partir da noção de expansão interpretativa proposta por Monte Mór (2009; 2018), buscamos exercitar uma abordagem crítica dos estudos linguísticos por meio de um viés de horizontalização em que hierarquias entre tradições são desconstruídas e relações dominantes de poder são desafiadas. Para tanto, neste texto problematizaremos, por meio de narrativas em vinhetas, algumas situações vivenciadas por nós e por outras mulheres na academia, com o objetivo de evidenciar e problematizar os discursos que permeiam nossa atuação e constituem nossas subjetividades femininas na contemporaneidade.

As narrativas têm sido amplamente usadas em pesquisas qualitativas nas áreas de Humanidades e Estudos Sociais. Jerome



Bruner – teórico da psicologia cognitivista cujo pensamento tem influenciado pesquisas não só no campo da psicologia mas também da sociologia, educação, e linguística aplicada, para mencionar alguns – referiu-se a “modos narrativos de conhecimento”. O autor explica que narrativas podem ser histórias, dramas e relatos que revelam tanto a ação quanto a intenção humanas (BRUNER, 1986). Nesse sentido, podemos dizer que narrativas são uma fonte importante de dados para pesquisas sobre seres humanos. Para Schaafsma e Vinz (2011), as narrativas revelam “inerentemente os detalhes, as complexidades, os contextos e as histórias das experiências humanas”²³ (p. 1). Mais que isso, para esses autores, as “narrativas frequentemente revelam aquilo que ficou sem ser dito, aquilo que não pode ser falado” (p. 1).

Neste texto, portanto, como dito acima, buscamos analisar, com base em teóricos da decolonialidade (MIGNOLO, 2008; 2009, 2016, 2017; WALSH, 2018), do letramento crítico e do conceito de expansão interpretativa (MONTE MÓR, 2009; 2018), algumas narrativas baseadas em nossas próprias experiências como mulheres e/ou mães na academia, em forma de vinhetas – recurso aqui usado para não revelar as identidades daqueles que fazem parte da narrativa, mas também para tentar deixar claro que tais narrativas, embora fruto de nossas histórias e memórias

²³ Tradução nossa, assim como em todos os demais trechos citados a partir de publicações em inglês, no restante deste trabalho.



peçoais dentro da academia, discorrem, na verdade, sobre questões recorrentes nesse contexto e, portanto, já fizeram e ainda fazem parte das experiências de muitas mulheres cientistas. Como afirmam Sensoy e DiAngelo (2009), tais vinhetas “capturam desafios comuns” (p. 346) enfrentados por mulheres na academia. Por concordarmos com essa perspectiva, nos valem das vinhetas na intenção de contribuir para a problematização de assuntos raramente questionados ou mesmo abordados no meio acadêmico, constituído, por assim dizer, pela objetividade, racionalidade e observância de critérios rígidos de postura e coerência na pesquisa e outras áreas de atuação de pesquisadores. Na linguística aplicada, área em que todas nós atuamos, não é diferente. Assim, apresentaremos a seguir episódios dos nossos cotidianos acadêmicos em que ilustramos esses desafios também na nossa área de atuação.

Mulheres na academia: perspectivas femininas

Vinheta 1

Em uma reunião para distribuição de encargos - de ensino, extensão e gestão - uma colega, diante daquilo que lhe pareceu trabalho excessivo, pergunta aos colegas mais antigos de casa se aquilo tudo era de fato exequível no dia a dia. Sorrisos a parte, alguém responde que era aquilo que significava trabalhar naquela universidade e que esperava que a colega soubesse disso. Outra colega responde que, com filhos pequenos, o jeito, muitas vezes, é trabalhar nas madrugadas, depois que as crianças dormem, sobretudo agora, na pandemia. É assim que a gente tem que trabalhar aqui, ela explica -- referindo-se, provavelmente, ao tamanho, ao renome e aos níveis de excelência daquela universidade.

(Relato de uma docente universitária experiente, mulher, solteira, sem filhos).



Em se considerando a importância da ciência em nossa sociedade e o prestígio do trabalho científico e daquela/e que o realiza, a/o cientista, nesse caso, a vinheta acima suscita diversas reflexões e questionamentos acerca daquilo que está envolvido na realização desse tipo de trabalho nos principais espaços onde ele se dá no Brasil, ou seja, as universidades. Curiosamente, no momento em que mais se pesquisa, escreve e fala sobre *crítica* e *decolonialidade* na academia brasileira, a percepção do excesso – no montante de trabalho a ser realizado, de tempo exigido para a realização desse trabalho, de espaço ocupado nas vidas das pessoas em função dele – parece ser ponto pacífico entre as docentes-protagonistas da vinheta acima. Parece ter-se naturalizado a importância da vida acadêmica em detrimento da importância da vida.

Ao tratar do conceito de *colonialidade*, Mignolo (2016, p. 42) o define como “matriz (ou ordem) colonial do poder”, afirmando que essa matriz “descreve e explica a colonialidade como o lado mais obscuro da modernidade”. Para o autor, *modernidade* e *colonialidade* estão inseparavelmente associadas, ocupando, cada uma, um dos lados de uma mesma moeda. De um lado, aquilo que ele chama de *retórica da modernidade*, ou seja, uma retórica da salvação, do progresso, da inovação, do desenvolvimento. Do outro lado, a *lógica do poder colonial* ou *colonialidade* que seria, por sua vez, a lógica do controle, da exploração e da dominação de diferentes esferas inter-relacionadas da vida humana. Culturas e povos envolvidos nos processos de colonização



estariam, portanto, em nome da inovação e do progresso, submissos à exploração de suas terras e de seu trabalho; ao domínio, ao controle de gênero e sexualidade, do conhecimento e da subjetividade, entre outros.

Entendendo o capitalismo, agora em sua versão neoliberal, como um dos componentes da matriz colonial do poder, Mignolo (2009, s. p.) esclarece que o neoliberalismo é “a versão mais recente que conhecemos da história da modernidade/colonialidade imperial e do capitalismo como estilo de vida, no qual crescimento e acúmulo precedem os seres humanos e a vida em geral.” Para que seja possível viver bem, será necessário, segundo o autor, desvincular-se da matriz colonial do poder, ou seja, *decolonizar*. Será necessário “engajar-se em um processo de pensamento decolonial” (ibid., s. p.) e, dessa forma, pensar uma sociedade em que se objetive trabalhar e consumir para viver e não viver para trabalhar e/ou consumir. Isso implica uma forma de viver em que *viver bem* é mais importante do que *viver melhor (do que os outros, nesse caso)*, negando, portanto, uma sociedade que estimula o sucesso pessoal e incentiva o sujeito a acumular riqueza e prestígio. Essa, segundo comenta, é “uma sociedade doente”, uma vez que entende como mais importante “viver e fazer melhor do que os outros do que fazer para viver bem com os outros” (ibid., s. p.).

Sob essa perspectiva, Mignolo explica que o capitalismo não se refere apenas ao capital, mas envolve uma estrutura de grande complexidade que controla subjetividades. Será necessário,



portanto, desconectar-se (*de-link*), isto é, desvincular-se das formas de viver promovidas pelo capitalismo, como “um estilo de vida, de dimensões globais, que promove o acúmulo de riqueza não apenas para explorar e expropriar, mas para beneficiar-se” (MIGNOLO, 2009, s. p.); significa, ainda, desvincular-se da “hegemonia da epistemologia do grau zero” (ibid., s. p.); e “*aprender a desaprender* [...] já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial” (MIGNOLO, 2008, p. 290. Grifos no original.). O argumento do autor se baseia na ideia de que a *opção decolonial* demanda, por conseguinte, *desobediência epistêmica*.

Considerando que nosso conhecimento está fundamentado em conhecimento ocidental, na história imperial do ocidente, na razão imperial/colonial, ou seja, em conhecimento “construído nos fundamentos das línguas grega e latina e das seis línguas imperiais europeias (também chamadas de vernáculos)” (MIGNOLO, 2008, p. 299) – inglês, francês, alemão, italiano, espanhol e português – a opção decolonial é, para Mignolo, uma opção epistêmica. Conforme explica, a afirmação da superioridade da razão imperial criou, simultaneamente, uma identidade superior e outras inferiores, relacionadas não apenas às pessoas, como também à nacionalidade, religião, sexualidade, gênero, língua e conhecimento. A opção decolonial revela, portanto, que as transformações necessárias para o futuro não poderão ser construídas a partir da civilização ocidental se o ideal for a coexistência de muitos mundos, dado que o Estado

moderno, por meio de categorias hegemônicas de pensamento, de história e de experiência humana, esconde, por trás das supostas ideias de neutralidade, objetividade, democracia e transparência, as identidades racializadas construídas em seu interior. Assim, o autor entende o eurocentrismo como a “hegemonia de uma forma de pensar fundamentada [...] na modernidade/colonialidade” (p. 301) e compreende que a opção decolonial exige, portanto, que sejamos epistemicamente desobedientes. Diante disso, para a decolonialidade, o autor compreende que sejam necessárias duas ações simultâneas:

[...] a) desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder (que, é claro, significa uma economia capitalista); e b) desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais (por exemplo, o bem sucedido e progressivo sujeito e prisioneiro cego do consumismo) (MIGNOLO, 2008, p. 313).

No sistema neoliberal, a gestão de recursos e de trabalho e a gestão da distribuição social são organizadas de forma a favorecer a exploração do trabalho e o acúmulo individual de riqueza, objetivo principal desse sistema. Ampliando a concepção do sociólogo aymara Félix Patzi Paco (2004), Mignolo compreende que o núcleo do sistema neoliberal seja formado não apenas pela administração política e econômica como sugere Paco, mas também pela gestão da educação, visto que, conforme a compreende, “a educação é fundamental tanto para a formação da subjetividade quanto para a formação e a administração da



organização econômica e política da sociedade” (MIGNOLO, 2008, p. 317). Resta, portanto, diante da vinheta 1, apresentada anteriormente, perguntarmo-nos como estamos educando o outro e educando a nós mesmas *na* e *a partir da* academia. Se muito se fala hoje sobre *decolonialidade* e *crítica*, como então, estamos concebendo esses conceitos e, mais importante, que usos estamos fazendo deles para nós e para o outro, dentro e fora do espaço acadêmico? Estaremos engajadas - ou temos real interesse de estar - na opção decolonial proposta por Mignolo ou seguiremos coniventes, comungantes e professantes dos sistemas de exploração a que temos sido submetidas história afora?

Vinheta 2

Em uma reunião de departamento, ouço uma professora dizendo que não poderia participar da próxima reunião por não ter ninguém para ficar com seus filhos. Eu, indignada em meus pensamentos, condeno a professora, entendendo que ela deveria dar um jeito de encontrar alguém para tomar conta de seus filhos, afinal, essa foi a escolha dela, não é? A vida pessoal jamais poderia atrapalhar a vida profissional. O trabalho deveria vir em primeiro lugar.

(relato de uma professora universitária)

Essa vinheta é um exemplo de como os discursos neoliberais, que têm a produtividade como seu pilar, possuem a capacidade de moldar e constituir os sujeitos. Bem sabemos que os Discursos²⁴, repletos de ideologias e materializados por meio

²⁴ Gee (2012) refere-se a Discurso (com letra maiúscula) como formas de pensar, ler e ser no mundo impregnadas de ideologias, valores, crenças que,

da linguagem, constroem nossas maneiras de ser e estar no mundo, ainda que não tenhamos consciência disso. Foucault (2012) já nos alertava para a perigosa organização discursiva nas sociedades que, por sua vez, determina os mecanismos de poder que vão ditar *o que* pode ser dito e *quem* está autorizado a dizê-lo, culminando no controle dos corpos e no estabelecimento dos diferentes papéis sociais dos indivíduos em uma sociedade.

Não é diferente com a mulher. Esta, enquanto criança, inserida numa ideologia pré determinada, em linhas gerais, acostuma-se a vestir rosa, a brincar de boneca, a 'sentar como uma moça' e a ajudar nas tarefas de casa. Enquanto moça, acostuma-se a ouvir discursos relacionados a seu corpo, que passa a ser objeto de desejo não só pelos homens mas também por ela mesma, produto dessa ideologia. Além desses discursos, sabemos, há aqueles que 'colocam a mulher em seu devido lugar', de mãe, 'do lar' e de 'boa esposa'. A mulher, então, cresce imersa nesses discursos que, por fim, moldam suas maneiras de ser, pensar e agir no mundo, determinando suas identidades e subjetividades.

Como dito anteriormente, as mulheres, enquanto comunidade, vêm sofrendo as consequências da matriz colonial de poder a que se refere Mignolo (2016, 2017). Um dos pilares que sustentam essa matriz é sua concepção patriarcal de

por sua vez, participam dos processos de construção de identidades múltiplas e plurais.



conhecimento que, certamente, vêm constituindo o ser mulher nas sociedades. A professora universitária da vinheta 2 acima, ao condenar a atitude da colega no local de trabalho, parece estar inserida em uma tradição (MIGNOLO, 2021) já legitimada e naturalizada na sociedade: o papel da mulher-mãe está estabelecido, fixado, dado.

No entanto, o fato de estarmos 'presos' a um determinado Discurso não significa que não podemos sair dele. A filósofa Hannah Arendt (2014) defende que a capacidade de ação é inerente à condição humana e que esta se dá na coletividade. Sabemos também da possibilidade de processos de desidentificação (PÊCHEUX, 1975) com as ideologias que nos cercam, o que pode culminar num processo de ação, de fuga e, por sua vez, de inserção em uma nova ideologia, desta vez de forma mais consciente. Apesar de estarmos sempre 'presos' a uma ideologia, o fato de podermos buscar outras menos opressoras de acordo com nossos pensamentos e desejos torna-se um respiro frente aos discursos opressivos que nos cercam.

De todo modo, para que essa busca por outros Discursos ocorra, é preciso um posicionamento crítico a respeito do modo de viver da ideologia na qual estamos inseridos; posicionamento que só virá à tona se houver tomada de consciência. Sim, sem a consciência dos discursos que nos moldam, como conseguiremos nos libertar deles? Mais uma vez, a autora do relato acima parece não ter consciência da discrepância dos papéis entre professoras mulheres e professores homens na academia. Por que será que os



homens não faltam às reuniões? Quem cuida de seus filhos para que eles possam trabalhar livremente? Quem está fazendo todo o trabalho emocional²⁵ para que eles possam produzir?

Falemos um pouco mais sobre a outra mulher personagem da vinheta. Apesar de também estar assujeitada aos discursos da matriz colonial de poder, ou seja, de também ter seu papel social de mãe pré-estabelecido pela matriz (é ela, e não o pai que terá que faltar à reunião), ela, ao menos, ao anunciar que não poderá comparecer à reunião, dá, ainda que de forma não intencional, visibilidade às desigualdades de oportunidades associadas ao gênero na academia. Talvez sua atitude possa ter contribuído para que as outras pessoas ali presentes pudessem perceber, de forma sutil, a demarcação de papéis na sociedade.

Os estudos críticos têm papel crucial como forma de contribuir para os possíveis deslocamentos provenientes da tomada de consciência sobre os discursos que nos cercam, principalmente quando estes fazem parte dos espaços educacionais. Acreditamos que a educação deve permitir a problematização dos conflitos e assumir o belo risco (BIESTA, 2013) inerente a qualquer processo educacional e que, portanto, deve ser pautada no letramento crítico para que possa atingir seu objetivo de formar cidadãos críticos, responsáveis e ávidos por transformação social.

²⁵ Termo cunhado pela socióloga americana Arlie Hochschild em seu livro *The Managed Heart: commercialization of human feelings*, de 1983, que remete ao trabalho invisibilizado realizado, majoritariamente, por mulheres.



Dentro dessa perspectiva crítica estão também inseridos os estudos decoloniais (MIGNOLO, 2012, 2016, 2017; SANTOS, 2010, 2020; WALSH, 2018) que têm contribuído para a escuta das vozes dos grupos marginalizados, silenciados e minoritarizados (WINDLE, 2018). Santos traz a necessidade de uma ecologia dos saberes, ou seja, uma desierarquização dos conhecimentos, uma vez que estamos acostumados com os conhecimentos dominantes, aqueles provenientes do Centro. Nessa mesma perspectiva, Mignolo (2012) enfatiza a necessidade de representatividade dos grupos subalternos, pois, para ele, só os subalternos entendem sua condição de existência e somente eles poderão transformá-la. Walsh (2018) nos convida a um fazer diferente na academia, apostando nas pequenas esperanças e nas *grietas* quando *grita* por pedagogias decoloniais. Os estudos decoloniais nos conscientizam da “necessidade de uma visão da vida e da sociedade que requer sujeitos decoloniais, conhecimentos decoloniais e instituições decoloniais” (MIGNOLO, 2017, p. 6).

Vinheta 3

O ano é 2019; uma professora universitária faz um post em uma mídia social, compartilhando uma reportagem do site do Jornal O Globo sobre o Edital do Pibic²⁶ da Universidade Federal Fluminense (UFF). Segundo o jornal, o edital

²⁶ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) de 2019.

Disponível em:

<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/04/16/iniciamos-uma->

inclui um mecanismo inédito para equilibrar a concorrência de homens e mulheres na disputa por bolsas de iniciação científica. Nesse concurso, as professoras que tiveram filhos nos últimos dois anos terão um acréscimo de cinco pontos – caso não atinjam a pontuação máxima – para compensar o tempo de licença-maternidade que foi sem produção acadêmica, um dos critérios para a escolha dos bolsistas. Além de mães, pais que adotam crianças e também casais homoafetivos que tirem licença para cuidar dos filhos também terão direito à pontuação extra. Esta é a primeira vez que este tipo de compensação é utilizada em um edital no país. (Afano, 2019)

Nos comentários da postagem, a discussão está acalorada:

Profa. A: Que sensacional! Estou emocionada!

Profa. B: Espera aí; isso é um tratamento desigual – e a mulher que não quer ter filhos? Não é justo.

Profa. A: Profa. B, você deveria ter mais empatia por suas colegas que são mães.

Profa. B: Eu também sou mãe; tenho duas filhas, mas nunca deixei que a maternidade atrapalhasse minhas atividades na universidade.

Profa. A: Cuidou de suas filhas ou terceirizou os cuidados com elas? Eu não consigo deixar meus filhos na creche o dia inteiro. Quero participar da vida deles.

Profa. C: Na verdade, nem precisaria pontuar se os colegas entendessem nosso momento.

Profa. D: O que eu vejo é que a carga de trabalho das mulheres é muito grande: não é só a universidade, é a casa, o cuidado com os filhos. Quem cuida das crianças quando elas ficam doentes? Na grande maioria das vezes, somos nós, as mães.

Profa. E: Sim!!! E aí não tem jeito, ou melhor, é quase inevitável ver nossa produção cair, e isso é de matar. Parece que nossa vida se resume ao que aparece no Lattes.

Profa. F: Eu tenho filhos e tento dar 100% de mim na universidade, estou esgotada; por mais que eu me esforce, sinto que não estou produzindo como eu acho que deveria; estou me sentindo uma fraude :(

Profa. G: Difícil...

Profa. A: É por isso que acho que precisamos de mais ações como essa da UFF.

A vinheta 3 traz pelo menos três temáticas relevantes no âmbito da experiência de mulheres na academia: a) a soma de jornadas que alternam o cuidado com a casa, com os filhos e com as demandas acadêmicas, b) a queda de produção de mulheres acadêmicas que são mães, e c) o sentimento corrosivo que consome muitas mães que sentem que não estão dando conta do que foi construído como desejável no ambiente acadêmico.

Curiosamente, nessa conversa, as professoras não discutem o fato de que o edital também estende o benefício da pontuação extra aos pais adotivos e casais homoafetivos que tirem licença para cuidar dos filhos. A ausência dessa questão provavelmente não indica que tratar da vivência da maternidade de forma mais ampla foi vista como menos importante. O fato de o foco da conversa girar, primordialmente, em torno do universo das mães acadêmicas parece refletir o quão caro esse tema é para aquelas professoras. O Edital possibilitou que elas expusessem aflições, reflexões e sentimentos poucas vezes compartilhados publicamente. São, comumente, aflições, reflexões e sentimentos vividos internamente, com forte probabilidade de causar doenças físicas e emocionais em mulheres que vivenciam simultaneamente a maternidade, as crescentes demandas por publicação na academia e, mesmo que informalmente, o julgamento de seus pares.

Nesse cenário, não é raro surgir o que se convencionou chamar de sentimento do impostor. Bernat (2008, p. 1), por



exemplo, argumenta que, no contexto de ensino de inglês como língua estrangeira,

os sentimentos de falta de autenticidade ou de fraude não estão especificamente relacionados a altas conquistas (embora também possam estar), mas estão sim relacionados a sentimentos de inadequação no papel de professor de língua ou 'especialista de língua' de uma língua que não é sua língua materna.

Na conversa acima, o sentimento do impostor é explicitado na fala da Profa. F, quando ela afirma que a tentativa de conciliar o cuidado com os filhos e as demandas da universidade tem feito com que ela se sinta uma fraude por não estar 'produzindo como deveria'. Também aparece na fala da Profa. E, quando ela associa o cuidado com os filhos a uma queda da produção acadêmica, classificando esse fato como "de matar", o que indica o quanto ela sofre com essa suposta queda de produtividade. A Profa. E ainda lamenta: "(p)arece que nossa vida se resume ao que aparece no Lattes".

O que é ser mãe na universidade? É viver em conflito entre dar atenção aos filhos e produzir? É terceirizar os filhos para dar conta da produção? É lidar com a avaliação informal dos pares e sentir que precisa se justificar o tempo inteiro? Como sair desse ciclo vicioso do 'ou isso ou aquilo'? Devemos dar ou não dar visibilidade aos conflitos identitários que surgem na relação entre a vivência da maternidade e as demandas de produção nos



contextos acadêmicos em um mundo regido pela lógica neoliberal, que afeta tantas mulheres? Como? Por quê?

O conceito de expansão interpretativa proposto por Monte Mór (2009, 2018) pode nos ajudar a redimensionar, a colocar em perspectiva, essas questões. A construção desse conceito parte de um outro conceito muito famoso, proposto por Bourdieu (1996): o conceito de *habitus linguístico*. Conforme Monte Mór aponta,

relações de comunicação são modeladas por um *habitus linguístico*, geradas pelas estruturas do mercado linguístico, das instituições (BOURDIEU, 1996). Esse *habitus* funcionaria como a tendência reguladora de se comunicar ou dizer coisas conforme as exigências das devidas situações. As estruturas do mercado linguístico seriam responsáveis pelas permissões, censuras e sanções, tidas como inerentes a ele (MONTE MÓR, 2018, p. 319; grifos da autora).

Então, temos que o *habitus linguístico* atua como uma “tendência reguladora” que, a partir de relações assimétricas de poder, estabelece o que pode e o que não pode ser dito em determinadas situações, por determinadas pessoas. O *habitus*, nesse caso, ao mesmo tempo em que dá a sensação de segurança, advinda do conhecido, acerca de como agir, tem como contraponto o poder limitante das ações esperadas, não abrindo espaço ou marginalizando o que é novo, não esperado. O *habitus linguístico* atua para a manutenção do *status quo* comunicativo. A partir do estudo e da observação das implicações do *habitus linguístico*, Monte Mór faz um primeiro movimento epistêmico e



propõe que, assim como há um *habitus* linguístico, também há um *habitus interpretativo*:

Em alusão ao *habitus* linguístico descrito por Bourdieu (Ibid.), **concluo que as pessoas formam e seguem um *habitus interpretativo***, respondendo às expectativas das instituições que geram e regulam os sentidos. No entendimento de que esse processo se permeia por forças políticas, sociais e culturais dominantes, considero que o *habitus interpretativo* desenvolvido nos indivíduos opera segundo os valores dessas forças dominantes que, porém, podem não ser permanentes (MONTE MÓR, 2018, p. 320; grifos da autora).

Segundo Monte Mór, portanto, o *habitus interpretativo* é inerente a determinadas instituições. Sendo assim, podemos entender que as instituições de ensino superior têm seu próprio *habitus interpretativo* conforme os valores que são disseminados na comunidade acadêmica e que, como temos apresentado neste texto, encontra-se imerso no que Boaventura de Sousa Santos chama de os três unicórnios, a saber: o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado, que “apesar de serem onnipresentes na vida dos humanos e das sociedades, são invisíveis na sua essência e na essencial articulação entre eles” (SANTOS, 2020, s. p.).

A partir da constatação da existência de um *habitus interpretativo*, Monte Mór (2018) faz um segundo movimento epistêmico e propõe o conceito de expansão interpretativa, que implica ampliar perspectivas e abrir espaço para a transformação do *status quo*. É aqui que paramos e nos perguntamos: como seria



praticar a expansão interpretativa no que diz respeito à experiência de mulheres e mães na academia? Quais poderiam ser alguns dos efeitos potenciais dessa prática?

Um primeiro movimento, supomos, seria de fórum interno e implicaria em uma abertura para um pensar diferente sobre o resistir/(re)existir como mulher e mãe na universidade. Esse movimento representaria um redimensionamento de como as mães acadêmicas interpretam seu papel no mundo, em um âmbito maior, e na universidade, em um âmbito mais restrito. É preciso questionar as crenças naturalizadas pelos três unicórnios mencionados por Santos e a partir de uma nova ontologia se reconhecer de forma mais integral e menos compartimentalizada. A mãe acadêmica é mãe, é acadêmica, é mulher, entre tantas outras facetas que precisam coexistir, assumindo diferentes graus de importância em diferentes espaços e momentos da vida. A lógica de mercado nos conduz a um apagamento de nossos outros 'eus', daí o sentimento de ser uma impostora ou uma fraude, na medida em que o *habitus interpretativo* da sociedade e das instituições de ensino superior privilegiam apenas um aspecto de nosso 'todo'.

Um segundo movimento seria valorizar o trabalho emocional envolvido em cuidar de crianças e do lar, seja ele desempenhado por mães; por mulheres, que mesmo solteiras, exercem esse papel, cuidando de pais idosos ou de familiares doentes que precisem de cuidados; ou mesmo por homens. A dedicação envolvida nesse papel não pode ser minimizada em



detrimento da dedicação relacionada às demandas da vida acadêmica. Esse movimento, embora importante, não seria, contudo, suficiente para construir novos paradigmas de compartilhamento de responsabilidades familiares. Ainda são poucos os homens que se envolvem, compreendem e valorizam o trabalho emocional como sendo um trabalho com 'T' maiúsculo tanto quanto o trabalho acadêmico ou qualquer outro tipo de trabalho socialmente valorizado.

Assim, um terceiro movimento implicaria romper com as amarras patriarcais que atribuem o papel de cuidar do lar, de crianças, de doentes e de idosos às mulheres. Não vemos que esse rompimento possa ocorrer de forma radical e definitiva, nem mesmo a médio prazo. Nossa ideia é que esse rompimento seja desempenhado gradativamente, no microcosmo das relações familiares, por aquelas mulheres e homens que julguem ser ético, humano e uma questão de respeito, confrontar práticas de ser e agir no lar e na família que não corresponsabilizem os homens pelo cuidado com os filhos, doentes e idosos e pelos afazeres domésticos. Nada que se refere ao mundo social é fixo. É certo que algumas transformações são mais lentas que outras, mas o mundo à nossa volta, nossas crenças e hábitos culturais, em alguma medida, estão constantemente mudando. O exercício regular desse rompimento potencialmente contribuiria para relações sociais mais igualitárias no campo familiar, impactando positivamente a experiência de mulheres acadêmicas, que



poderiam equilibrar melhor as demandas familiares e profissionais.

Um quarto movimento seria buscar a materialização de ações que efetivamente facilitem a vida de mães acadêmicas a conciliarem seu trabalho como mães e 'donas de casa' e seu trabalho na universidade, tais como: creches em tempo integral e redimensionamento da carga de trabalho para caber dentro das 40 horas semanais, considerando que, comumente, o trabalho acadêmico ultrapassa essas 40 horas. Assim como ações, tais como o Edital da UFF, que atribui um percentual de horas a quem desempenha o papel de mãe, e a recente possibilidade de incluir a licença maternidade no Lattes.

Esses e tantos outros movimentos de expansão interpretativa sinalizam a complexidade do assunto em questão e apontam que soluções como oferecer pontuação extra ou creches em tempo integral vão tocar apenas a ponta do iceberg. Em um nível mais profundo é preciso decolonizar os discursos calcados nos três unicórnios já mencionados para que as mães acadêmicas e outros sujeitos sociais que assumem o papel de mãe em determinados momentos de suas vidas não se sintam pressionados a manter o mesmo ritmo de trabalho de quando não exerciam esse papel ou desenvolvam sentimentos de culpa por não conseguirem atingir um ideal de produção calcado no que é possível ser inserido no Lattes.



Reflexões Finais

O exercício de expansão interpretativa potencialmente nos leva a pensar que para transformar o *status quo* estabelecido na academia, e na sociedade, é preciso agir em diferentes níveis que podem incluir creches, sim, pontos extras, sim, visibilidade no Lattes, sim, mas não apenas. Talvez, com a finalidade de agir para promover transformações mais profundas seja ainda mais importante que as mulheres acadêmicas vivenciem cotidianamente formas de desobediência epistêmica por meio das quais se recusem a se render à lógica da academia em detrimento de outras facetas de suas experiências como mulheres.

Felizmente, na atualidade, já observamos alguns sinais de transformação nos espaços educacionais (haja vista a publicação deste livro), nos documentos legais (haja vista a criminalização do assédio, do racismo, da homofobia...) a nível nacional e global. Dessa forma, as mulheres vão tomando consciência de sua construção e começam a ter a possibilidade de expansão interpretativa (MONTE MÓR, 2018), ou seja, de des(re)construir seu lócus de enunciação, suas histórias, seus modos de ser e viver no mundo.



Referências:

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BERNAT, E. Towards a pedagogy of empowerment: the case of “impostor syndrome” among pre-service non-native speaker teachers in TESOL. *ELTD*, v. 11, Winter 2008.

BIESTA, G. J. J. *The beautiful risk of education*. London: Paradigm Publishers, 2013.

BOURDIEU, P. A. *Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996. Apud MONTE MÓR, W. Letramentos críticos e expansão de perspectivas: diálogo. In JORDÃO, Clarissa M.; MARTINEZ, Juliana Z.; MONTE MÓR, Walkyria. (Orgs.). *Letramentos em Prática na Formação Inicial de Professores de Inglês*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. p. 315-336.

BRUNER, J. *Actual minds, possible worlds*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GEE, J. P. *Social linguistics and literacies: ideologies in discourses*. 4 ed. London, UK: Routledge, 2012.

MIGNOLO, W. D. *Local Histories / Global Designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. New Jersey: Princeton University Press, 2012.

MIGNOLO, W. D. Coloniality, the darker side of Modernity. Disponível em: http://www.macba.cat/PDFs/walter_mignolo_modernologies_eng.pdf. Acesso em: 15 ago. 2016.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Dossiê Literatura, língua e identidade. *Caderno de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008.



MIGNOLO, W.; Gržinic, M. (interviewer). De-linking epistemology from capital and pluri-versality: a conversation with Walter Mignolo. In: DOKUZOVIC, Lina (ed.). *Intersections: at the crossroad of the production of knowledge, precarity, subjugation, and the reconstruction of history, display and de-linking*. Wien: Locker, 2009. p. 83-100.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p.1-18, 2017.

MIGNOLO, W. A língua, a letra e o território ou a crise dos estudos literários coloniais. Tradução: Tatiana Capaverde. In: *Antologia de Textos Fundadores do Comparatismo Literário Interamericano*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cdrom/mignolo/index.htm>. Acesso em: 2 maio 2021.

MONTE MÓR, W. Foreign languages teaching, education and the new literacies studies: expanding views. In: GONÇALVES, G. R.; ALMEIDA, S. R. G.; PAIVA, V. L. M. O.; RODRIGUES-JÚNIOR, A. S. (org.). *New challenges in language and literature*. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2009. p. 177-189.

MONTE MÓR, W. Letramentos críticos e expansão de perspectivas: diálogo. In: JORDÃO, C. M.; MARTINEZ, J. Z.; MONTE MÓR, W. (org.). *Letramentos em prática na formação inicial de professores de inglês*. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 315-336.

PATZI PACO, Felix. *Sistema comunal*. Una propuesta alternative al sistema liberal. La Paz: CEA, 2004. *Apud*: MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Dossiê Literatura, língua e identidade. *Caderno de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

SANTOS, B de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.



SANTOS, B de S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020. Disponível em: http://www.abennacional.org.br/site/wpcontent/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

SCHAAFSMA, D.; VINZ, R. *On narrative inquiry*. New York/London: Teachers College Press/Columbia University, 2011.

SENSOY, O.; DiANGELO, R. Developing social justice literacy: an open letter to our faculty colleagues. *Phi Delta Kappan*, v. 90, n. 5, p. 345-352, 2009.

WALSH, C. *Gritos, grietas y siembras de vida. Entretejer de lo pedagógico y lo decolonial*, Oaxaca: Universidad de la Tierra, 2018.

WINDLE, J. A. Uma perspectiva transnacional sobre língua e educação crítica. In: PESSOA, R. R.; SILVESTRE, V. P. V.; MONTE MÓR, W. (org.). *Perspectivas críticas de educação linguística no Brasil: trajetórias e práticas de professoras/es universitárias/os de inglês*. São Paulo: Pá de Palavra, 2018. p. 131-138.



CAPÍTULO 11

PARINDO NOSSA PRÓPRIA HISTÓRIA: O RELATO DE TRÊS EXPERIÊNCIAS DA MATERNIDADE NA ACADEMIA E NA DOCÊNCIA

Bárbara Santos²⁷

1. Introdução

Aos 19 anos, em 2004, enquanto cursava o 2º período da faculdade de licenciatura em Letras, na UERJ, eu engravidei.

A autora, que atualmente está grávida de 24 semanas do seu segundo filho, relata três vivências da maternidade durante sua vida acadêmica e profissional amparando-se na (auto)biografia e na (auto)etnografia enquanto suportes teórico-metodológicos. Trechos desses relatos alternam-se com reflexões escritas e analisadas qualitativamente por ela mesma com apoio de algumas pesquisas recentes sobre o tema da maternidade. Assim, a subjetividade que se projeta em sua escrita pessoal é ressignificada ao passo que transcende o âmbito pessoal e abarca a dimensão social e cultural no que se refere à história de vida de “mulheres-mães-professoras-pesquisadoras”.

A principal motivação deste artigo é a escassez de dados sobre a situação de mães docentes e estudantes nas instituições

²⁷ Doutora em Letras Neolatinas – UFRJ. Docente do IFRJ *campus* Volta Redonda. E-mail: barbara.santos@ifrj.edu



públicas de ensino, bem como a exclusão de gêneros discursivos como relato de experiência da esfera das publicações acadêmicas. Nosso objetivo é tornar visível a maternidade nas publicações de periódicos acadêmicos não só como objeto de pesquisa, mas como fonte de conhecimento e análise através de narrativas pessoais. Entendemos que a escrita da professora, pesquisadora, mãe, madrastra e gestante que ensaiamos aqui se deve à legitimidade, portanto, cada vez maior nas produções científicas que abordam os aspectos da subjetividade no exercício da docência e da maternidade.

Assim, o artigo se desenvolve em dois momentos: no primeiro, em **Fundamentação teórica**, explanamos a justificativa de nossa escolha teórico-metodológico pela abordagem autobiográfica (BUENO, 2002) e (auto)etnográfica (MAGALHÃES, 2018; ONO, 2018), considerando algumas de nossas compreensões sobre este aporte que ampara nossa escrita narrativa expressa subjetivamente ao longo do trabalho.

No segundo momento, em **A maternidade em três partos**, relatamos, de modo narrativo e analítico-interpretativo nossas três experiências da maternidade vividas em instituições públicas de ensino, cada uma com base em obras teóricas com pesquisas recentes sobre a questão materna. A primeira experiência, intitulada **Aos 19 anos, uma jovem estudante grávida**, narrada no começo do artigo, ocorrida durante a graduação na UERJ no começo dos anos 2000, é analisada segundo Urpia e Sampaio (2011) e Barreto (2014). A segunda



experiência, intitulada **Professora, pesquisadora, esposa, madrastra e gestante: parindo uma tese de doutorado e um bebê**, versa sobre a maternidade durante nossa pesquisa no doutorado na UFRJ, entre 2016 e 2018, vivida simultaneamente ao trabalho docente como servidora pública no IFRJ, cuja narrativa é analisada através dos estudos de Müller (2018). Por fim, a terceira experiência, a que chamamos **Mãe na pandemia: do abandono ao medo da morte materna**, trata do instante atual, entre 2020 e 2021, desta vez como professora gestante trabalhando em atividades pedagógicas não presenciais no IFRJ, trecho em que nos apoiamos em Macedo (2020) e Staniscuaski *et al.* (2020).

2. Fundamentação teórica

Submeti, em 2020, num simpósio acadêmico sobre maternidade em uma universidade pública, um daqueles que seriam meus primeiros trabalhos sobre o tema. A modalidade do meu texto se encaixava na linha “relatos de experiência”. O material foi aprovado. Meses depois, os organizadores me informaram que os relatos não foram suficientes diante dos critérios rígidos da universidade. Sugeriram me ajudar a pesquisar sobre uma forma de publicação paga caso quisesse que meu texto fosse lançado através do núcleo organizador do evento. Foi como se meu relato tivesse sido jogado no lixo. Tinha escrito aquele texto para outras mulheres mães, expus minha vida, mas senti que ninguém ouviu minha voz nem leu minha história.

A autobiografia, entendida como gênero textual com o qual dialogamos teoricamente e adotamos como abordagem metodológica, abre campo para a subjetividade e o direito de falarmos por nós mesmas, deixando de sermos apenas objeto e aprendendo com nossas próprias experiências em vez de sermos repositório de pesquisadores, apropriando-nos, segundo uma



“reflexividade crítica”, de nossa trajetória de vida (NÓVOA, 1992 apud BUENO, 2002, p. 22).

Bueno enfatiza os estudos sobre a prática e a formação docente, como os de Nóvoa (1992) e Goodson (1992), através de suas sistematizações e coletâneas. Este último, por exemplo, defende a autobiografia como uma espécie de “contracultura”, num contexto (sempre constante) de “crise das reformas”, em que a docência, em suas vivências e histórias, é silenciada, “no âmbito das quais os administradores ignoram, de modo geral, o que os professores sentem e pensam a respeito do que é proposto e realizado” (GOODSON, 1992 apud BUENO, 2002, p. 25)²⁸.

Belmira Bueno conclui seu artigo destacando que são recorrentes silenciamentos sobre as “experiências de ensino e de vida profissional específicas das mulheres” (Ibidem, p. 25). Segundo ela, isso se daria “em razão da natureza privada da vida que caracteriza grande parte delas” (BUENO, 2002, p. 25).

Sobre a questão das histórias das mulheres, a pesquisadora se apoia em Margareth Nelson (1992) e Michelle Perrot (1989), cujos estudos apontam um “processo de feminização em detrimento da análise de suas experiências pessoais como mulheres” (Ibidem, p. 25).

Considerando o contexto de tais estudos e tal problemática relativa ao exercício docente das mulheres na perspectiva de estudos autobiográficos no meio acadêmico, essas questões

²⁸ GOODSON, I. (ed.) **Studying teachers' lives**. London: Routledge, 1992.



levaram Belmira Bueno, inclusive, a organizar, na década de 90, a pesquisa “Docência, memória e gênero da FEUSP” junto a um grupo a professoras da rede pública de São Paulo, cujas pesquisadoras chamaram de ‘contra-memória’ os documentos que geravam em seus estudos (BUENO, 2002, p. 26).

Assim, pretendemos desenvolver “um processo de desconstrução das imagens e estereótipos que se formaram sobre o profissional no decorrer da história” (Bueno *et al.*, 1993, p. 307), inserindo-nos para descentralizar a memória oficial e a literatura didático-pedagógica ao incluirmos as mulheres (BUENO, 2002, p. 26).

Igualmente, nos amparamos em dois artigos: o de Célia Elisa Alves de Magalhães (2018), e o de Fabrício Tetsuya Parreira Ono (2018).

De acordo com Célia Magalhães sobre a (auto)etnografia²⁹ no contexto pedagógico (MAGALHÃES, 2018, p. 18):

A autoetnografia permite o envolvimento do pesquisador e possibilita transpor para o seu estudo as suas experiências emocionais, revelando detalhes da

²⁹ Utilizado pela primeira vez por Karl Heider (1975), o termo autoetnografia também é usado por nós entre parênteses, considerando o que Célia Magalhães expõe em seu artigo, onde considera que toda etnografia é autoetnografia (GOLDSCHMIDT, 1977, p. 294 apud MAGALHÃES, 2018, p. 17)

GOLDSCHMIDT, W. Anthropology and the coming crisis. An autoethnographic appraisal. *American Anthropologist*, v. 79, n.1, p. 293-308, 1977

HEIDER, K. What do people do? Dani-autoethnography. *Journal of Anthropological Research*, v. 31, p. 3-17, 1975.



pesquisa. Assim, a pesquisa autoetnográfica destaca a experiência pessoal no contexto das interações sociais e práticas culturais, buscando o engajamento reflexivo por parte do pesquisador e revelando o conhecimento de dentro do fenômeno pesquisado. Podemos concluir, então, que a autoetnografia promove a reflexividade no processo de pesquisa.

Nos vemos parte de tal movimento, o qual se deve, principalmente, a três razões, segundo uma das linhas teóricas citadas por ela: “1) maior interesse pela pesquisa qualitativa e pelas histórias de experiência pessoal no meio acadêmico; 2) maior reconhecimento da ética na pesquisa; 3) convergência de mulheres e minorias para o meio acadêmico.” (ELLIS; ADAMNS, 2014 apud MAGALHÃES, 2018, p. 18)³⁰

Já de acordo com Fabrício Ono (2018), trabalhos como o nosso encontram-se na esteira das pesquisas mais recentes que buscam “pleitear vozes subalternas e advogam o por um pensamento pós-colonial e pós-moderno” (ONO, 2018, p. 51). Ela embasa nossa escolha teórica ao compartilhar que em pesquisas deste tipo prezamos pela “formação do formador em vez de resultados de análise de dados” (ONO, 2018, p. 52).

Além disso, ao escrever este artigo, revivemos a dor dos acontecimentos. Conjugamos exposições teóricas com memórias obscuras e relatos já expostos no âmbito pessoal, misturando-os às histórias resguardadas no lugar secreto das vivências que não

³⁰ ELLIS, C.; ADAMS, T. E. The purposes practices and principles of autoethnographic research. In.: LEAVY, P. (Ed.). The Oxford Handbook of Qualitative Research. New York: Oxford University Press, 2014.



tivemos até hoje coragem para expor de modo público (ELLIS, 2004, p. 17 apud ONO, 2018, p. 55)³¹:

O autoquestionamento exigido pela autoetnografia é extremamente difícil. Com frequência, confrontam-se coisas sobre si mesmos que são menos lisonjeiras. Acredite, uma exploração autoetnográfica gera muitos medos e inseguranças. Apenas quando não mais se pode suportar a dor é que o trabalho real começa.

Assim, por esta mesma razão, não só interpolamos o discurso em primeira pessoa do plural, como deixamos emergir a primeira pessoa do singular nos trechos de relatos pessoais, escritos em itálico, seguindo tendência semelhante aos estudos (auto)etnográficos, que são, de modo geral, “escritos em primeira pessoa” para “contar histórias autobiográficas acerca de aspectos de experiências vivenciadas no cotidiano” (MAGALHÃES, 2018, p. 20).

3. A maternidade em três partos

Essas três experiências são narradas e analisadas seguindo uma linha cronológica enquanto, paralelamente, refletimos sobre essas passagens de história de vida como recortes da história da educação e das práticas de formação docente, como

³¹ ELLIS, C. The ethnographic I: a methodological novel about autoethnography. EUA: Altamira Press, 2004.



estudante e professora, em instituições públicas do estado do Rio de Janeiro ao longo dos últimos 20 anos.

3.1 Aos 19 anos, uma jovem estudante grávida

Assim que terminei o ensino médio e fui aprovada no curso de Letras da UERJ, 2003, comecei a trabalhar como promotora de vendas de uma marca de café num supermercado da cidade. Meu curso iniciaria apenas no segundo semestre e aproveitei esse tempo para obter alguma autonomia financeira. Logo que comecei a estudar na faculdade, deixei esse emprego e comecei a trabalhar na escola particular onde tinha feito o curso preparatório para o vestibular. Muitos de nós éramos remunerados como monitores se passassem para carreiras da licenciatura como eu, tinham a promessa de serem contratados assim que tirassem o diploma. Eu estava ali conquistando o mundo: tanto o mundo do trabalho como o mundo universitário. Porém, a notícia da gravidez fez todos os mundos desmoronarem. O pai era meu namorado na época.

Aqui, percebemos que, à semelhança de tantas outras jovens mães na transição para vida adulta (URPIA; SAMPAIO, 2011), tornar-se mãe é incompatível com a vida acadêmica, pois “a chegada de um(a) filho(a) na vida de mulheres que fazem carreira no contexto acadêmico traz uma série de dificuldades especialmente aquelas relacionadas ao preconceito de gênero” (Ibidem, 2011, p. 146-147). As pesquisadoras, ao pesquisarem sobre momentos específicos do “tornar-se mãe no percurso da formação superior”, destacam esse instante da “descoberta da gravidez como um marco, e diz respeito, portanto, ao confronto das universitárias com uma gravidez não prevista no percurso da formação superior” (Ibidem, 2011, p. 152-153).



Com o exame positivo nas mãos, fiquei duas noites em claro, meio fugida de casa. Escondida, envergonhada, decepcionada, chorava por horas sem acreditar naquela notícia. “Como isso aconteceu? Você tinha uma vida pela frente. Tão inteligente...” Minha família me acolheu, mas foi assim (me lembro bem), não foi uma notícia festiva e provocou muitos questionamentos desse tipo. Parecia que eu tinha estragado minha vida.

Vemos que é grande a expectativa e o esforço para propiciar o acesso ao ensino superior, pois “esse projeto é direcionado para alcançar metas individuais/coletivas, cujos objetivos são: a promoção da mobilidade social do grupo doméstico, e de seus componentes” (ROMANELLI, 1995 apud URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 153)³². A gravidez, portanto, era visto como um entrave a tal projeto.

Essa gravidez também dizia respeito à sexualidade daquela jovem como um exercício de autonomia que leva em conta, de fato, “o aprendizado dos modos de estabelecer um relacionamento afetivo-sexual e as regras de aproximação e negociação a dois, como a interiorização processual das normas de contracepção” (BRANDÃO, 2003 apud URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 154).³³

³² ROMANELLI, G. O significado da Educação Superior para duas gerações de famílias de camadas médias. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 76, n. 184, p. 445-476, 1995. Disponível em: HAPI (ucla.edu) Acesso em: 02 mai. 2021

³³ BRANDÃO, E. R. Individualização e vínculo familiar em camadas médias: um olhar através da gravidez na adolescência. 2003. Tese (Doutorado Saúde em Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.



Por que aquela imagem da maternidade para uma estudante universitária era tão surreal, tão incompatível? Por que a gravidez poderia levar ao fracasso acadêmico? Por que estar grávida não era para ter acontecido naquele momento? Como ler todos os livros, realizar avaliações, cumprir prazos, realizar pesquisas, escrever relatórios e ainda trabalhar seria possível para uma jovem mãe?

Todas essas preocupações relacionavam-se ao fato de ali essa jovem não apenas sabia como conciliar a atividade acadêmica com a maternidade, como começava a experimentar os movimentos de pertencimento àquela comunidade universitária “mediante uma série de aprendizados” e “enfrentamento de situações institucionais e pessoais” (URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 157). Foi nesse momento, que começou a se configurar não só a consciência sobre “as prescrições de gênero, que associam mulher a cuidados parentais e tarefas domésticas” (URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 159), como também o próprio movimento de filiação à vivência universitária.

Minhas amigas diziam “vai ficar tudo bem” e, ao mesmo tempo, transpareciam que a jornada seria bem mais difícil. Cheguei a ser cumprimentada publicamente em sala de aula por um professor e até ganhei um livro de massagem para bebês de uma colega de turma que já era mãe de dois meninos adolescentes. Até ali e até o momento em que comecei a ganhar presentinhos, mamadeira, fralda, minha ficha ainda não tinha caído.

Tal preocupação no semblante das pessoas próximas, por mais que quisessem demonstrar naturalidade diante daquela situação, referia-se à própria ausência de políticas públicas voltadas à permanência de estudantes, considerando as mães um



grupo social “em desvantagem de permanência ou desempenho” (URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 164-165). Embora consideremos que a presença de mulheres da área de Letras e Artes já fosse preponderante no ensino superior na primeira década dos anos 2000, “tanto na liderança, quanto entre os/as não líderes”, por outro lado, mesmo “com a mesma formação e carreira, [elas] têm rendimentos mais baixos que os homens” (BARRETO, 2014, p. 40).

Sem sangramento, sinal aparente, como cólicas ou qualquer outro sintoma, eu sofria um aborto espontâneo três semanas depois daquele resultado “positivo”. O que eu ouvi na sala do exame foi apenas um “não tem batimento cardíaco”. Em choque, chorando, fiquei olhando aquela imagem do feto sem batimento e pontos sem circulação sanguínea na tela. O médico, em rápidas e poucas palavras, me disse para me vestir e me encaminhar para o hospital mais próximo realizar uma curetagem. “Vamos injetar um líquido com medicamento para endurecer o útero e realizar uma raspagem, procedimento simples.” Tenho comigo uma imagem de uma enfermeira raspando meus pelos pubianos..

Essa primeira vivência da maternidade termina com um desfecho de uma gravidez interrompida, carregada de sentimentos ambíguos, dor e silenciamento, permeada pela primeira experiência da maternidade vivida à luz da violência obstétrica³⁴ – termo que até então não era usual.

³⁴ “A violência obstétrica é aquela que acontece no momento da gestação, parto, nascimento e/ou pós-parto, inclusive no atendimento ao abortamento. Pode ser física, psicológica, verbal, simbólica e/ou sexual, além de negligência, discriminação e/ou condutas excessivas ou desnecessárias ou desaconselhadas, muitas vezes prejudiciais e sem embasamento em evidências científicas. Essas práticas submetem mulheres a normas e rotinas rígidas e muitas vezes desnecessárias, que não respeitam os seus corpos e os seus ritmos naturais e as impedem de exercer seu protagonismo.” (BRASIL, 2017)



Para piorar, eu tinha que dar a notícia do aborto na faculdade, não podia faltar muitas aulas. Aos 19 anos, eu vivia então, os dois estigmas, a gravidez e o aborto – a luta e o luto.

O aborto, situação que por si só já exige uma delicadeza no trato, dada a perda e o choque para admitir a situação e, posteriormente, ter que eliminá-la da vida, exige não apenas acolhimento, mas o que hoje chamamos assistência humanizada³⁵, o que não ocorreu.

Voltei à faculdade e, tentando seguir o curso normal e esperado da vida, com a saúde reprodutiva completamente controlada por hormônios do anticoncepcional, eu consegui passar pela iniciação científica como voluntária e, posteriormente, num grupo de estudos que me ajudou a me preparar para o mestrado. No mestrado, de 2008 a 2010, tive bolsa e um ótimo desempenho.

3.2 Professora, pesquisadora, esposa, madraستا e gestante: parindo uma tese de doutorado e um bebê

Até ali eu não tinha a dimensão dos enormes desafios que me esperariam quando, aos 32 anos, de modo também surpreendente, não planejado, a maternidade me faria encarar diversos desafios. Estava numa relação estável com meu companheiro há alguns anos, com quem dividia os cuidados de seu filho, meu enteado, que, desde seus 3 anos de idade passava temporadas em nossa casa. Servidora pública do IFRJ desde 2011 (o que só foi possível graças à titulação de mestra contabilizada no concurso público), em 2016 eu era uma madraستا, docente e aluna gestante matriculada no penúltimo ano do doutorado, também numa instituição de ensino pública, a UFRJ.

³⁵ “Reconhecer a individualidade é humanizar o atendimento. Permite ao profissional estabelecer com cada mulher um vínculo e perceber suas necessidades e capacidade de lidar com o processo do nascimento. Permite também relações menos desiguais e menos autoritárias, na medida em que o profissional em lugar de ‘assumir o comando da situação’ passa a adotar condutas que tragam bem-estar e garantam a segurança para a mulher e o bebê.” (BRASIL, 2001, p. 10).



Nó percebemos, nesse instante da vida, que fazíamos parte de uma estatística já observada, a de que “em 2010, as mulheres já constituíam maioria na população de mestres (e doutoras) residentes no Brasil. Entretanto, a remuneração mensal média das mulheres, naquele momento, era cerca de 42% menor do que a dos mestres homens” (BARRETO, 2014, p. 34).

Embora o cenário fosse animador, outras questões contrastantes com nossa presença marcante nas instituições de ensino federais estavam em jogo em 2014: na “modalidade de maior distinção entre pesquisadores/as – produtividade em pesquisa – prevalece a maioria masculina” (Ibidem, p. 35); quanto à distribuição de bolsas, “as que representam maior distinção e prestígio têm os homens como maioria entre os/as bolsistas” (Ibidem, p. 44); e, além disso, nosso elevado nível de escolaridade não representa, por outro lado, menor impacto significativo no cenário de discriminação e violência física e simbólica de que somos objeto (BRUSCHINI *et al.*, 2011 apud MÜLLER, 2018, p. 42)³⁶

Quando descobri essa segunda gravidez, eu já tinha cursado todas as disciplinas do doutorado. Previsão de parto: julho de 2017. O prazo da defesa era fevereiro de 2018, ou seja, um mês após o fim da licença-maternidade de 120 dias e da prorrogação de 60 dias a que servidoras públicas têm direito. Durante os seis meses finais da gestação, requeri, com muito esforço diante das burocracias e da resistência de parte de colegas de trabalho, uma licença-capacitação que foi cedida pelo IFRJ.

³⁶ BRUSCHINI, C. *et al.* Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, Leila Linhares & PITANGUY, Jacqueline. **O progresso das mulheres no Brasil – 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.



Apesar de a licença-maternidade no regime estatutário para as servidoras em uma universidade pública, prevista na Lei nº 8.112/907, ser contabilizada como tempo de serviço, ela deixa de sê-lo caso a docente esteja em estágio probatório naquele ano. Isto é, o período da licença-maternidade não é computado, mesmo que se cobre das docentes mães “níveis de produtividade iguais aos dos seus colegas que não tiveram filhos” (MÜLLER, 2018, p. 32).

Mesmo conseguindo a licença para me afastar do trabalho, eu não consegui finalizar meu trabalho em meio à gestação e aos cuidados pré-natais. Não me sentia disposta, não conseguia me concentrar, não me sentia capaz.

No caso das estudantes mães, que também era o meu caso, a situação é ainda mais dramática, pois não encontramos “regulamentação legal sobre afastamento ou licença para as alunas no Brasil, em qualquer nível de ensino”, ainda que seja um direito previsto na Constituição Federal “o direito à educação como direito de todos e dever do Estado” (MÜLLER, 2018, p. 33).

Até 2018, ano da nossa defesa de doutorado, a CAPES³⁷ e determinadas medidas legais ainda não haviam reconhecido a licença-maternidade para todas as pós-graduandas, assim como ocorre para bolsistas desde 2011, com afastamento de 120 dias

³⁷ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Disponível em: História e missão – Português (Brasil) (www.gov.br) Acesso em: 30 abr. 2021



em caso de ocorrência de parto³⁸, com manutenção da bolsa e, mais recentemente, quando regulamentado por lei, em 2017, em caso de adoção ou obtenção de guarda judicial³⁹. No mesmo ano de 2017, também é possível ver um pequeno avanço com a portaria nº 604, de 10 de maio de 2017⁴⁰, editada pelo Ministério da Educação (MEC), “que garante às mães o direito de amamentarem seus filhos nas áreas de livre acesso ao público ou de uso coletivo nas instituições do sistema federal de ensino” (MÜLLER, 2018, p. 34-35)

Durante 2 anos e 7 meses amamentei, o que fiz durante não apenas a licença-maternidade, como no período posterior a ela, quando tive que solicitar meu segundo pedido de prorrogação de prazo para defender minha tese de doutorado. Isso porque, como a UFRJ não tinha no regulamento do curso de Letras Neolatinas nada que previsse a maternidade de suas alunas, precisei pedir o adiamento por duas vezes: a primeira, paralela ao fim do período de licença-maternidade no IFRJ, já que meu prazo era fevereiro de 2018, e a segunda, quando, depois de prometido de que até fim do primeiro semestre a defesa estaria marcada, quando meu filho completava 1 ano, eu precisei estender esse prazo para outubro. Por todas vezes tive que preencher formulários, justificativas e anexar cópião de tese. Meu companheiro, felizmente, teve como abandonar seu trabalho e cuidar do nosso filho. Eu amamentava dia e noite, durante os intervalos do trabalho e quando meu bebê dormia.

Para as estudantes pós-graduandas não bolsistas e as de nível médio e superior, a questão ainda é um tanto mais problemática, pois o regime sob a Lei nº 6.202/75, atribui à estudante em estado de gestação um regime de exercícios

³⁸ Disponível em: Portaria CAPES: licença Maternidade | Programa de Pós-graduação (ufu.br) Acesso em: 29 abr. 2021

³⁹ Disponível em: Mães-cientistas: o desafio do dia a dia (capes.gov.br) Acesso em: 29 abr. 2021

⁴⁰ Disponível em: do1-14 (mec.gov.br) Acesso em 05 abr. 2021



domiciliares, extremamente ultrapassado, instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969 (MÜLLER, 2018, p. 34).

Dividia meu tempo de leitura entre livros sobre minha tese e sobre nascimento, na expectativa de que minha escolha por um parto domiciliar fosse a melhor alternativa diante de tudo que constatava no cenário desolador de altíssimos índices de cesariana no Brasil e de recorrentes violências obstétricas que sofria. Enfim, ele nasceu. Sentia profunda depressão e tive muita dificuldade em amamentar. Eu dizia para meu companheiro: “A culpa é sua! Eu não queria ser mãe agora!” Me sentia culpada por sentir aquela sensação de não aceitação, de improdutividade, de incapacidade e dependência.

Todo o drama vivido desde nossa entrada na universidade é permeado pela questão de gênero. Além disso, fica evidente, até hoje, a questão pautada por diversas pesquisas que revelam, justamente, a ausência de dados estatísticos de estudantes e docentes mães nas universidades e nos institutos federais, “tampouco sobre evasão, trancamento e discriminação, ou qualquer outro dado ou censo que traga à baila as dificuldades estruturais e necessidades das mulheres que se tornam mães” (MÜLLER, 2018, p. 13).

Ainda que haja, por exemplo, a política de creches, elas não têm impacto na prática, pois, além de termos, no Estado do Rio de Janeiro, apenas duas creches dentre as seis universidades públicas e dezenas institutos federais e centros de formação tecnológica, seu funcionamento não é monitorado pelos órgãos competentes (Ibidem, p. 46-54).

Nunca ofereci nem mamadeira nem chupeta. Escrevi até de madrugada, quando era tomada pela ansiedade. Quem mais acompanhou o engatinhar e os primeiros passos do meu filho foi o pai. No seu aniversário de um ano, em julho de 2018, prazo que eu tinha colocado para mim mesma de que já teria finalizado a escrita e, eu



estava extremamente frustrada, pois não me sentia no direito de comemorar se tinha aquela pressão.

3.3 Mãe na pandemia: do abandono ao medo da morte materna

Em momentos prévios a este abismo temporal e de intenso medo pelo desconhecido que se abriu desde o começo da pandemia, em março de 2020, eu havia amamentado por 2 anos e 7 meses.

Segundo a percepção de que nossas histórias “só mudam de endereço”, consideramos o valioso estudo da pesquisadora Shirley Macedo (2020), quem nos mostrou ser possível e legítimo o tipo de escrito acadêmico nos moldes que estamos redigindo. Segundo uma abordagem fenomenológica, a pesquisadora docente, traça fragmentos de sua vida durante a pandemia concatenados com a literatura sobre COVID-19, trabalho, gênero, mulher, maternidade e docência.

O IFRJ iniciou o processo do ensino não presencial somente 7 meses depois, o que gerou sentimento de grande ansiedade em meio a dezenas de trabalhos sobre a elaboração do regulamento para o ensino remoto, adequação de matrizes, reflexões e estudos sobre projetos pedagógicos de curso. Do mesmo modo, a instituição seguiu com seu calendário de lançamento de editais de pesquisa e extensão, ao qual tentei concorrer, mas, assim como mais tarde eu sofreria com o ensino remoto, eu não conseguia atender prazos e me concentrar trabalhando em casa com meu filho, marido e enteado, e ainda estar plena com todo o medo do vírus e de perder pessoas amadas para a COVID-19.

Macedo (2020), nos revela, de forma empática, aquilo que ainda vivenciamos dentro de uma situação com a qual nos identificamos no exercício da docência (Ibidem, 2020, p. 196), em que acumulamos dezenas de tarefas de naturezas distintas.



Eu já tinha perdido em maio uma aluna mãe que estava puérpera, para quem eu havia dado aulas no ano anterior com a presença de uma de suas filhas na nossa sala de aula no turno noturno do curso de licenciatura em Física. Em junho, perdi um dos meus melhores amigos. Aquele era o mesmo mês ao qual eu tentava submeter um projeto de pesquisa no edital do IFRJ, mas com o agravante da ausência de avaliações de mérito diferenciadas para servidoras mães como eu. Só em agosto, participei do meu primeiro webnário, comentando junto a outras duas mulheres, uma delas também mãe, sobre os desafios da pressão para produção científica.

Fica cada vez mais evidente não apenas a violência como “apropriação do trabalho da mulher”, que se dá de modo mais intenso “na esfera doméstica (pelo marido e/ou pai da criança) como pela coletividade de uma forma geral” (já que é institucionalizado que se pode exigir tal sacrifício das mulheres), (BIROLI, 2016, p. 9-1 apud MÜLLER, 2018, p. 27):

Num contexto ligeiramente anterior ao da pandemia, a pesquisadora Fernanda Staniscuaski, uma das responsáveis pelo projeto *Parent in Science*⁴¹, levantou a discussão sobre o impacto da produtividade acadêmica com recorte de gênero, raça e parentalidade (MÜLLER, 2018, p. 61). Durante a pandemia, em julho de 2020, o grupo de pesquisa, realizou outro levantamento⁴², que revelou, ademais, que os impactos para as mulheres pesquisadoras mães negras eram infinitamente maiores que para homens brancos sem filhos.

⁴¹ Disponível em: Sobre o Parent In Science | Maternidade&Ciência Acesso em: 05 abr. 2021

⁴² Disponível em: Parent in Science | Maternidade e Ciência e Slide 1 (filesusr.com)



Frustrada por não conseguir produzir academicamente e pela urgência da situação materna, propus uma roda de conversa sobre a situação de mães e crianças no âmbito do IFRJ durante a semana acadêmica do campus. Foi algo valioso para o momento e, atualmente, o grupo participante da roda vem configurando um grupo de trabalho para apoiar e pesquisar a situação de nossas colegas servidoras como de nossas alunas. Não há dados tampouco políticas públicas no IFRJ, cenário que quero mudar para minimizar o silêncio institucional e o apagamento de mulheres como eu e outras tantas mães.

Analisamos, assim, nossa própria situação ao nos colocarmos nesse entrelace entre a linha do tempo de nossas vidas e pesquisas recentes sobre a questão maternidade vinculada à questão de gênero, assim como a carta do grupo *Parent in Science* lançada na revista *Science* (STANISCUASKI, 2020). Através da narrativa de nossas ações, pensamentos e emoções mais íntimos sobre o período inaugurado pela maternidade como de profundas transformações, principalmente para as mulheres, percebemos que as escolas, estando fechadas, nos deixaram sem saída para nos dedicarmos plenamente às atividades de ensino e administrativas. Conforme a carta, em vez escrevermos artigos, nós estamos dedicando nosso tempo às tarefas escolares das crianças e realizando o trabalho doméstico (Ibidem, 2020, tradução nossa).⁴³

Assim, durante a pandemia problematizamos como a internalização de uma cultura “maternocentrada” se intensificou

⁴³ “Instead of writing papers, they are likely to devote time to homeschooling children and doing household chores.” (STANISCUASKI, 2020)



durante a pandemia, escancarando antigos problemas, como aquele relacionado à identidade da mulher, de que ela “é a boa mãe, a boa dona de casa, a boa cozinheira: referenciais aprendidos e propagados pelas ideias compartilhadas de qual deve ser o papel da mulher” (MACEDO, 2020, p. 198).

Estou grávida novamente. A previsão de parto é agosto de 2021. É outra gestação não planejada, mas extremamente desejada. Porém, passei a pertencer, de um dia para o outro, ao grupo de risco para COVID-19. As feridas expostas pela ausência de políticas públicas destinadas a gestantes e puérperas não só na instituição onde trabalho, como na esfera pública e privada como um todo, explicam bem porque ainda não estou vacinada.

Considerações finais

É ainda mais árdua a produção acadêmica de mães cientistas quando, no nosso país, os índices de morte pelo vírus SARS-CoV-2, em especial de morte materna (gestantes e puérperas), são recordistas no mundo⁴⁴. Pois é nesta realidade mórbida, agora em 2021, que nos sentamos para escrever – de madrugada principalmente – num momento em que nós gestantes fomos recentemente incluídas no grupo prioritário do plano nacional de imunização, assim como as profissionais de educação.

Escrevemos neste contexto de dificuldades, mas também de conquistas maternas, como a inclusão do campo para preenchimento do período de licença-maternidade no currículo

⁴⁴ Disponível em: Brasil é o país com mais mortes de gestantes por covid-19 (fiocruz.br) Acesso em 06 abr. 2021



Lattes em abril de 2021, impulsionada pelo movimento *Parent in Science*, bem como o andamento de projetos de lei que, por exemplo, pretendem conceder o direito a estudantes de nível superior de gozar essa mesma licença, ganham cada vez mais visibilidade⁴⁵.

Assim, são também animadoras a criação de núcleos, coletivos, grupos de trabalhos, pesquisa e a formalização de comissões de avaliação de currículo diferenciada em diversas instituições de ensino superior, como a UFRJ⁴⁶, a UFF⁴⁷, a USP⁴⁸ e o IFRS⁴⁹. Tais mobilizações, nos últimos cinco anos, com mais força e adesão, têm realizado ações de fomento e apoio a estudantes trabalhadoras mães cientistas para combater o viés implícito⁵⁰ e promover a equidade de gênero no campo escolar e acadêmico.

⁴⁵ Disponível em: Senado aprova projeto que incentiva a participação da mulher na ciência – Senado Notícias Acesso em: 16 abr. 2021

⁴⁶ GT Parentalidade e equidade de gênero da UFRJ. Portaria 8772. Disponível em: 50-2020 extraordinário.indd (ufrj.br) Acesso em: 16 abr. 2021

⁴⁷ Disponível em: Ciência | Mulheres na Ciência (mulheresnaciencia.org) Acesso em: 16 abr. 2021

⁴⁸ Disponível em: Mães pesquisadoras - Pró-Reitoria de Pós-Graduação - Universidade de São Paulo (usp.br) Acesso em: 16 abr. 2021

⁴⁹ Disponível em: Avaliação em editais do IFRS de Pesquisa e Inovação levam em conta a licença maternidade ou adotante - Instituto Federal do Rio Grande do Sul Acesso em: 16 abr. 2021

⁵⁰ “O viés implícito é mais prevalente do que o preconceito explícito. Isso significa que mesmo as pessoas que conscientemente acreditam e defendem princípios de justiça e não discriminação podem ter vieses implícitos que afetam imperceptivelmente seu julgamento. Evidências

Nos dias em que escrevemos, a maternidade ainda precisa ser colocada como pauta central da questão pública, dentro das agendas parlamentares, inseridas no discurso cotidiano e legitimadas no âmbito acadêmico em todas as suas formas possíveis de expressão. Precisamos reverter a noção de que somos invisíveis e que somente prestamos quando nosso papel social restringe-se à esfera doméstica do amor maternal, visto apenas como algo passivo, paciente, vinculado de modo perversamente profundo à ideologia patriarcal que ainda nos rege.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. *A Mulher no Ensino Superior: distribuição e representatividade*. Cadernos do GEA (Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil. – n.6 (jul./dez. 2014). – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012.

Bian L. *et al.* *Gender stereotypes about intellectual ability emerge early and influence children's interests*. Science 27 Jan 2017: 389-391.

BIROLI, F. *Divisão sexual do trabalho e democracia*. 2016, vol.59, n.3, pp.719-754 [online]. Disponível em: Divisão Sexual do Trabalho e Democracia (scielo.br) Acesso em: 01 mai. 2021.

indicam que a presença de estereótipos implícitos de gênero, associando características de maior brilhantismo e inteligência ao gênero masculino é uma construção social que se inicia cedo, já nas crianças (BIAN *et al.*, 2017). Disponível em: Viés implícito | Meusite (mulheresnaciencia.org) Acesso em: 10 abr. 2020



BRANDÃO, E. R. *Individualização e vínculo familiar em camadas médias: um olhar através da gravidez na adolescência*. 2003. Tese (Doutorado Saúde em Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. *Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher*/ Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica da Mulher. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: 0001.pdf (saude.gov.br) Acesso em: 02 mai. 2021.

BRASIL. Blog da saúde. *Você sabe o que é violência obstétrica?* 2017. Disponível em: Você sabe o que é violência obstétrica? (saude.gov.br) Acesso em: 02 mai. 2021.

BRUSCHINI, C. *et al.* Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, Leila Linhares & PITANGUY, Jacqueline. *O progresso das mulheres no Brasil – 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BUENO, B. *et al.* *Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre formação de professores*. Psicologia USP, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 299-318, 1993.

BUENO, B. *Autobiografias e formação de professoras: um estudo sobre representações de alunas de um curso de magistério*. São Paulo; 1996. Tese (Livre docência) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

BUENO, B. *et al.* *A vida e o ofício dos professores*. São Paulo: Escrituras, 1998.

BUENO, B. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. Universidade de São Paulo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n.1, p. 11-30,



jan./jun. 2002. Disponível em: EDU&PES_V28_N1 (scielo.br)
Acesso em: 03 abr 2021.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria nº 248*, de 19 de dezembro de 2011. Disponível em: Portaria CAPES: licença Maternidade | Programa de Pós-graduação (ufu.br) Acesso em: 29 abr. 2021

DOMINICÉ, P. O processo de formação e alguns dos seus componentes relacionais. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988a. p. 51-61.

DOMINICÉ, P. O que a vida lhes ensinou. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.) *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988b. p.131-153.

DOMINICÉ, P. *L'histoire de vie comme processus de formation*. Paris: Edition L'Harmattan, 1990.

ELLIS, C. *The ethnographic I: a methodological novel about autoethnography*. EUA: Altamira Press, 2004.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E. The purposes practices and principles of autoethnographic research. In.: LEAVY, P. (Ed.). *The Oxford Handbook of Qualitative Research*. New York: Oxford University Press, 2014.

ELLIS, C.; BOCHNER, A. P. Telling and performing personal stories: the constraints of choice in abortion. In.: ELLIS, A.; FLAHERTY, M. (Eds.). *Investing subjectivity: research on lived experience*. Newbury Park: SAGE, 1992.



FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.) *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988. p. 17-34.

GOLDSCHMID, W. *Anthropology and the coming crisis*. An autoethnographic appraisal. *American Anthropologist*, v. 79, n.1, p. 293-308, 1977.

GOODSON, I. (ed.) *Studying teachers' lives*. London: Routledge, 1992.

HEIDER, K. *What do people do?* Dani-autoethnography. *Journal of Anthropological Research*, v. 31, p. 3-17, 1975.

JONES, S. H. *et al. Handbook of autoethnography* (Coleção Queer). Walnut Creek: Left Coast Press, 2013.

JOSSO, M. Da formação do sujeito...ao sujeito da formação. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.) *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. dos Recursos Humanos da Saúde/ Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988. p. 35-50.

MACEDO, S. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. *Revista NUFEN*, Belém, v.12, n. 2, p. 187-204, ago. 2020. Disponível em: Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos (bvsalud.org) Acesso em: 02 mai. 2021.

MAGALHÃES, C. E. A. Autoetnografia em contexto pedagógico: entrevista e reunião como lócus de investigação. *Veredas - Revista de Estudos Linguísticos*, v. 22, p. 16-33, 2018. Disponível em Veredas – Revista de Estudos Linguísticos (ufjf.br) Acesso em 21 abr. 2021



MORAES, R. F. de. *Prevenindo conflitos sociais violentos em tempos de pandemia: garantia da renda, manutenção da saúde mental e comunicação efetiva* (Nota Técnica 27). Ipea: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, 2020. Disponível em: Repositório do Conhecimento do Ipea: Prevenindo conflitos sociais violentos em tempos de pandemia: garantia da renda, manutenção da saúde mental e comunicação efetiva Acesso em: abr. 2021.

MÜLLER, M. S. A. *O impacto da maternidade na academia: Uma análise multidisciplinar nos campos do Direito e das Políticas Públicas sobre as mães em universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação. UNIRIO. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: Dissertações defendidas em 2018 – PPGD (unirio.br) Acesso em: 25 abr. 2021.

NELSON, M. Using oral case histories to reconstruct the experience of women teachers in Vermont, 1900-50. In: GOODSON, I. *Studying teachers' lives*, London: Routledge, 1992. p.167-186.

NÓVOA, A. A formação tem de passar por aqui: as histórias de vida no projeto Prosalus. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Orgs.) *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. dos Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988. p. 107-129.

NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, A. (Org.) *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

ONO, F. T. P. Possíveis contribuições da autoetnografia para investigações na área de formação de professores e formação de formadores. *Veredas - Revista de Estudos Linguísticos*, v. 22, p. 51-62, 2018. Disponível em Veredas - Revista de Estudos Linguísticos (ufjf.br) Acesso em 21 abr. 2021.

PEREIRA, M. G. D.; VIEIRA, A. T. (org.). Autoetnografia em estudos da linguagem e áreas interdisciplinares. *Veredas - Revista de*



Estudos Linguísticos, v. 22, n. 1, 2018. Disponível em Veredas – Revista de Estudos Linguísticos (ufjf.br) Acesso em 21 abr. 2021.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n.8, p. 9-18, 1989.

ROMANELLI, G. O significado da Educação Superior para duas gerações de famílias de camadas médias. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 76, n. 184, p. 445-476, 1995. Disponível em: HAPI (ucla.edu) Acesso em: 02 mai. 2021.

RONAI, C. R. My mother is mentally retarded. In: ELLIS, C.; BOCHNER, A. P. (Eds.). *Composing ethnography: alternative forms of qualitative writing*. Walnut Creek, CA: Alta Mira, 1996.

STANISCUASKI, Fernanda *et al.* Impact of COVID-19 on Academic Mothers. *Science*. vol. 368, ed. 6492, maio, 2020. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/368/6492/724.1> Acesso em: mai. 2021.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, S. M. R. (org.) *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 145-168. Disponível em: [sampaio-9788523212117-09.pdf](https://scielo.org/pdfs/9788523212117-09.pdf) (scielo.org) Acesso em: 01 mai. 2021.



CAPÍTULO 12

SOBRE A PRÁTICA DA MATERNIDADE ENTRE MÃES CIENTISTAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA

Vivian Prado Pereira ⁵¹

Ana Maria Pia ⁵²

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa empreender um esforço de defesa de um feminismo matricêntrico, plural e interseccional pautado em reflexões de duas mães cientistas acerca de suas práticas maternas de modo a visibilizar, ademais, as desigualdades e injustiças ensejadas pela instituição patriarcal que atravessam as diferentes esferas da vida social.

Fazendo uso de uma metodologia que mescla auto narrativas com análises ampliadas, pautadas pela ciência e pela experiência pessoal e profissional, buscamos refletir sobre o leque de possibilidades para o exercício da maternidade e sua interrelação com o trabalho acadêmico. Trata-se, portanto, de

⁵¹ Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO/UFJF) – vivian.vpp@gmail.com.

⁵² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – anapiaoficial@gmail.com.



um ensaio que se desenvolve a partir de relatos de experiências de duas jovens mães cientistas: uma delas tem 32 anos, é branca, casada, divide as responsabilidades de cuidados do filho de cinco anos com seu companheiro. Doutoranda, vinda de uma trajetória de esforços para conseguir conciliar maternidade e trabalho acadêmico, se viu, diante da irrupção da pandemia de Covid-19, no ano de 2020, às voltas com a tarefa de finalizar a tese e dividir o espaço de trabalho – ou seja, a casa – em tempo integral com o restante da família. A outra tem 38 anos, é branca, recém-doutora, enfrenta os percalços do início da vida profissional num contexto de desvalorização da ciência e das universidades, é mãe solo do seu filho de seis anos e encontra-se imersa em intensa disputa judicial, com o genitor, pela sua guarda.

Por meio das diferenças e similitudes de suas experiências, as duas mães cientistas buscam discorrer sobre a complexidade da relação entre a maternidade e o universo da academia tendo em vista o alto nível de exigência para desenvolvimento de ambas as práticas no contexto da atual organização da vida social.

Pretendemos com essa contribuição avançar, também, na defesa da maternidade enquanto escolha. Esse tema passa, sem dúvidas, pelo tratamento dos direitos reprodutivos, mas não somente. Parece necessário questionar a pretensão das classes dominantes de manter, de forma rígida e a-histórica, as fronteiras vigentes entre a esfera pública e a esfera privada, salientando a necessidade de reconhecimento do Estado enquanto principal agente colaborar das funções de cuidado



maternas. Acreditamos que, ao desvelar, ainda que em parte, a realidade das mães cientistas, conclamamos uma maior atenção à pauta materna no debate feminista e contribuímos para a criação de propostas para a diminuição de desigualdades manifestas ou latentes.

2 Narrativas a partir da experiência ampliada entre maternidade, trabalho e academia

A escolha deliberada de mulheres por ter filhos se constrói a partir de atravessamentos em diferentes esferas do imaginário social, podendo se configurar enquanto projeto de realização pessoal, pelo desejo de reprodução de um arquétipo de família, pela vontade de multiplicar um forte sentimento de afeto ou, também, por uma espécie de “chamado biológico” expresso na busca irrefletida por autopreservação e manutenção da espécie humana pautada pela experiência de um corpo que envelhece e passa a limitar funções.

Independentemente dos vieses acima mencionados, que influenciam a maternidade enquanto escolha, a perspectiva analítica que nos orienta traz indicações de que essa “escolha” – e suas repercussões – não ocorre de forma autônoma e desvincilhada das relações de poder pautadas nas configurações de gênero estabelecidas. A função social “maternidade” atribuída às mulheres na nossa sociedade se configura no âmbito do capitalismo patriarcal, de modo que a opção deliberada pelo



exercício da função materna, mesmo com segurança econômica e divisão da parentalidade, não isenta as mulheres de esbarrarem, inevitavelmente, em entraves que impossibilitam o exercício pleno da maternidade e da vida.

2.1 Primeiro relato

Engravidei do meu filho aos 32 anos de idade, em 2014, no segundo ano de doutorado. Tratou-se de uma gestação não-planejada a partir de uma relação de namoro de apenas seis meses. Apesar da surpresa, sempre quis ser mãe. Já na gestação, passei por diversos episódios de dores e questões de saúde tidas como “absolutamente normais” para esta condição, que me trouxeram, no entanto, muitos incômodos e dificuldades, impactando diretamente a minha capacidade de trabalho. Carrego sequelas físicas até os dias de hoje. Certamente gestação não é uma doença – como insistem em reafirmar –, mas é fundamental que seja dito e se reconheça que, para muitas mulheres, esta traz complicações de saúde que demandam mudanças no seu cotidiano que comprometem tanto o seu tempo de trabalho como as possibilidades de dedicação ao mesmo. Para futuras mães cientistas que precisam ir a campo, as dificuldades aumentam a ponto de inviabilizar uma série de atividades e trabalhos.

Foi esse exatamente o meu caso, o que me levou, inclusive, a modificar o meu projeto de doutorado, buscando ajustar não



apenas as dificuldades de ir a campo na gestação, mas a completa impossibilidade de retornar ao mesmo após o nascimento do meu bebê. Como sabido, a Organização Mundial da Saúde bem como o Ministério da Saúde e a UNICEF recomendam o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade, o que significa dedicação exclusiva da mãe ao bebê nesse período⁵³. Já de início, essa recomendação não se coaduna com o período de licença-maternidade ofertado às mães cientistas na pós-graduação que, apenas muito recentemente, passaram a ser cobertas pelas bolsas de estudo (quando essas existem) por um período de 120 dias⁵⁴.

Eu, como muitas mães, apesar do fim oficial da licença-maternidade, segui adiante com o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade e complementar até um ano e cinco meses⁵⁵, com evidente comprometimento do meu tempo de dedicação ao trabalho e, conseqüentemente, do meu desempenho profissional, o que na prática significava que o prazo para finalização da tese corria sem que eu conseguisse realizar todas as tarefas necessárias à sua conclusão. Se o

⁵³ Cf. <<https://www.unicef.org/brazil/aleitamento-materno>>.

⁵⁴ Apenas em dezembro de 2017 foi aprovada a Lei nº 13.536, garantindo a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e adoção.

⁵⁵ A recomendação é de que, se possível, o aleitamento materno ocorra até os dois anos ou mais. Ver <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf>.



programa de pós-graduação previa a extensão desse prazo, o mesmo não se observava da parte das instituições de fomento responsáveis pelo pagamento das bolsas de estudos.

Nesse sentido, é fundamental notar que toda essa insegurança e precariedade das condições de trabalho na pós-graduação é efetivamente percebida por muitas mulheres, fazendo-as verdadeiramente “temer” uma gravidez ao longo de sua formação profissional na pós-graduação e mesmo após a conclusão desta. Esta condição leva muitas mulheres a adiarem uma possível gestação, esbarrando em impeditivos biológicos futuros, na medida em que as possibilidades de engravidar diminuem expressivamente a partir dos 35 anos de idade⁵⁶. Por sua vez, muitas mulheres concluem a sua pós-graduação – que dura no mínimo seis anos – por volta desses últimos anos do seu período reprodutivo. No mais, o período seguinte ao encerramento do doutorado é, para aquelas mulheres que almejam seguir a carreira acadêmica, caracterizado pela busca por consultorias ou atividades de pesquisa, além da necessidade de publicação de artigos e estudos para concursos. Essa agenda de trabalho sobrecarregada e muitas vezes não remunerada – outro gargalo da atividade acadêmica – certamente não favorece a decisão da mulher de engravidar.

Assim que, no contexto acadêmico, os incentivos às mulheres para que não tenham filhos são inúmeros. Uma vez

⁵⁶ Ver <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28228319/>>



mães, o fosso entre estas e os demais cientistas (homens e mulheres) se amplia, sem políticas específicas para o primeiro grupo. Esta falta de apoio advém tanto do Estado – pela falta de creches/escolas e atividades extracurriculares, públicas, de qualidade, ofertadas em horário integral, gratuitamente – quanto da própria estrutura acadêmica e universitária que não contempla estas especificidades. Ao contrário, aprofunda as desigualdades ao não direcionar políticas que permitam a estas mães cientistas se reerguerem e reinserirem na vida acadêmica⁵⁷.

Note-se que essa distância entre as mães cientistas e demais cientistas, que vai se ampliando pela falta de políticas específicas, apenas reproduz no microcosmo da academia uma desigualdade observada de forma ampla na sociedade. Conforme indica O'Reilly (2016, p.2),

uma revisão superficial de pesquisas recentes sobre mães e empregos remunerados revela que, embora as mulheres tenham obtido ganhos significativos nas últimas três décadas, as mães não compartilharam desses ganhos (...) a diferença salarial entre mães e não-mães com menos de trinta e cinco anos de idade é maior do

⁵⁷ É digno de nota o fato de que a maioria dos concursos para o magistério superior no Brasil, cuja prova de títulos considera um determinado período de tempo, não amplia este período para as mulheres que foram mães nos anos de produção acadêmica analisados, colocando-as em condições de desvantagem em relação aos demais candidatos e produzindo a exclusão sistemática e crescente das mães cientistas dos quadros das universidades. Tampouco se observa o direcionamento de bolsas de pós-doutorado a mães recém-doutoras – isso quando estas efetivamente conseguem concluir o doutorado.



que a diferença salarial entre homens e mulheres jovens (...) a maioria dos estudiosos argumenta que é o “muro materno” que impede e bloqueia o progresso da maioria das mulheres no local de trabalho hoje.

Buscando superar esse “muro”, matriculei meu filho, aos nove meses de idade, em uma creche particular – a um custo que excedia em 30% o valor da minha bolsa de doutorado –, conseguindo, a partir daí, retomar de forma um pouco mais sistemática meu trabalho de pesquisa. Após o seu necessário período de adaptação à creche, foi preciso ainda vencer, da minha parte, a “angústia da separação” em relação ao meu filho, com repercussões diretas sobre a minha capacidade de concentração, essencial ao trabalho científico. Ainda assim, após seis meses consegui me qualificar. Custaram-me ainda outros cinco meses e uma separação conjugal para que eu conseguisse, de fato, adentrar o período crucial de escrita da tese de doutorado, em fevereiro de 2017, com a concentração e estrutura necessárias.

Vale um parêntese aqui sobre a ocorrência da separação na medida em que suas motivações foram impulsionadas por situações amplamente vivenciadas pelas mulheres na sociedade, tratando-se, portanto, de uma questão estrutural. Nesse sentido, o acúmulo de funções no ambiente doméstico, somado às sucessivas tentativas frustradas de retomar o trabalho, minadas, em grande medida, pela falta de apoio da outra parte nessas funções, levaram-me a compreender que seria menos trabalhoso cuidar de uma casa exclusivamente minha e de meu



filho. Esperava, ainda, que, com a separação física fosse possível obter, quiçá, uma melhor divisão do cuidado com o filho comum junto ao seu genitor. Colaborou, ademais, para a referida decisão, um quadro de sucessivos abusos no relacionamento.

Não obstante tais esforços, foi necessário recorrer ao Tribunal de Justiça para pactuar um acordo de convivência com o genitor, relativo ao filho comum, capaz de explicitar ao primeiro que, além de direitos, o mesmo tinha também deveres para com a criança. O estabelecimento desse acordo, juntamente com o apoio primordial da escola, somado à ajuda de familiares e pessoas contratadas, possibilitou que a tese fosse concluída em julho de 2018, transcorrido um ano do término da bolsa de estudos. Não fosse pelos meus próprios recursos financeiros, certamente o desfecho teria sido diverso, tanto pela impossibilidade de se manter o pagamento de creche privada integral quanto pela necessidade de adquirir outros trabalhos e fontes de renda, com prejuízos à dedicação exclusiva requisitada.

Há de se pontuar como perdura em nossa sociedade uma estrutura machista e patriarcal que ainda estimula e legitima determinadas posturas adotadas pelos homens, a exemplo da sobrecarga das tarefas domésticas e cuidado com os filhos às mulheres, para não mencionar o incentivo à violência contra a mulher, respaldada inclusive pelo Estado⁵⁸. No meu caso

⁵⁸ Ver <<https://papodemae.uol.com.br/noticias/nao-to-nem-ai-para-a-lei-maria-da-penha-ninguem-agride-ninguem-de-graca-diz-juiz-em-audiencia.html>>.



específico, este quadro foi, ademais, acrescido pela necessidade de se buscar o poder judiciário para garantir direitos básicos do meu filho, sendo tampouco computados o tempo e o gasto financeiro despendidos com esta medida.

Destaca-se, por fim, que, além de todas as dificuldades elencadas, vivenciadas em maior ou menor grau, experienciei outras violências sofridas em decorrência do fim do relacionamento que redundaram em uma disputa de guarda judicial referente ao meu filho com o genitor. Note-se que no referido processo parece pesar sobremaneira a “estabilidade profissional e financeira” desse último – funcionário público e professor do magistério superior – em contraposição à minha suposta “instabilidade financeira e profissional”, resultante do fato justamente de ter sido mãe durante o doutorado e ter tido de adiar a conclusão da tese em um ano e quatro meses (incluindo a licença-maternidade), acumulando outros “atrasos” em termos de publicações e, conseqüentemente, concursos. Ou seja, pesa enormemente na referida disputa de guarda uma situação resultante do fato de eu ser uma mulher, que vivenciei a maternidade ao longo dos meus anos de doutoramento, tendo minhas atividades profissionais diretamente impactadas por essa condição à luz do acúmulo de funções e situações vivenciadas no ambiente doméstico, somadas à ausência de políticas direcionadas para as mães cientistas, responsáveis por aprofundar as desigualdades no contexto acadêmico.



A sensação de um futuro promissor diretamente comprometido pela maternidade (THE MOTHERLOAD, 2014) – igualmente maravilhosa, fruto de imensa felicidade na vida de inúmeras mulheres, dentre as quais me incluo – precisa ser devidamente situada no âmbito de um modelo de maternidade hegemônica, normativa e patriarcal, constituído historicamente (CLÍMACO, 2020). Em um contexto de intensificação da maternidade (O´REILLY, 2016) inserida nessa estrutura, na qual mulheres ainda acumulam outras atividades profissionais, torna-se praticamente impossível concluir todas as tarefas de forma satisfatória, redundando em frustração e culpa. Tratando-se de atividade intelectual que, por sua vez, demanda intensa dedicação e tempo contínuo de trabalho, o resultado dessa impossibilidade é a sistemática e paulatina exclusão, impactando diretamente as possibilidades de ascensão profissional e estabilidade dessas mulheres.

2.2 Segundo relato

Engravidei do meu filho no ano de 2015, um mês após minha defesa de mestrado. Uma gestação calculada, planejada para se enquadrar nos caminhos acadêmicos que eu buscava percorrer. No ano de 2016, prestei seleção para o doutorado; meu bebê tinha cinco meses e se alimentava exclusivamente por



aleitamento materno. Na ocasião da prova escrita, não encontrei problemas ao solicitar da banca a possibilidade de sair da sala para amamentá-lo e de não ter descontado do meu tempo total de prova as saídas para a amamentação. Tudo correu bem e eu fui aprovada.

Iniciei o curso de doutorado no primeiro semestre de 2017, numa universidade situada a 160 quilômetros da cidade em que resido. Meu companheiro e pai do meu filho estava de licença para o pós-doutorado e, toda semana, viajávamos por um dia, em ida e volta, para que eu pudesse realizar as disciplinas. Encontrei no doutorado um orientador compreensivo, também pai de uma criança pequena, que em nenhum momento me causou constrangimentos e que teve sensibilidade para perceber a especificidade e possíveis limitações da conjuntura materna na qual me encontrava.

Assim, fui seguindo com o curso, contando com o auxílio de uma creche por meio-período e compartilhando com o pai, de maneira justa, o cuidado com a criança e as responsabilidades domésticas.

Planejei para 2020 um ano de muito trabalho. Meu filho, já com quatro anos, exigia um menor esforço físico e, adaptado ao ambiente escolar, frequentava a escola alguns dias da semana em período integral. Seria meu último ano de doutorado, o momento de maior dedicação para a escrita da tese. Assim como grande parte dos trabalhadores, tive meus planos suspensos por conta da ocorrência da pandemia de Covid-19. Não apenas por



conta da inviabilização da finalização do trabalho de campo, pelo fechamento de bibliotecas e pela suspensão de reuniões presenciais do núcleo de pesquisa no qual estava inserida, tudo absolutamente essencial para o desenvolvimento da pesquisa, mas também por me ver dentro de um quadro no qual o ambiente doméstico passou a ser o único a suportar a reprodução familiar. Meu filho, agora fora da escola, disputava tempo, atenção e energia com as atividades profissionais minhas e do pai, que passaram a ser realizadas exclusivamente no espaço da residência familiar.

A despeito das consequências decorridas da pandemia de Covid-19, há que se reconhecer algumas especificidades da minha realidade que tornam essa experiência menos pesada. Eu consigo dispor de um espaço reservado de trabalho dentro de casa, tenho ao meu alcance equipamentos que funcionam razoavelmente bem, como notebook e impressora, tenho acesso à internet, minha família está em segurança alimentar e não passamos por nenhuma dificuldade financeira em decorrência de desemprego.

Penso ser relevante fazer esses apontamentos para indicar que, embora a pandemia de Covid-19 não tenha colocado a mim e a minha família numa situação de vulnerabilidade social, não há alternativas de escape para o acirramento das desigualdades decorrentes do gênero (RIBEIRO, 2021). O fechamento de creches, escolas, praças, clubes e demais locais de possível lazer e socialização infanto-juvenil, por tempo indeterminado na



maioria das cidades brasileiras, ocorreu praticamente sem propostas e debates para a construção de alternativas, tanto por parte do poder público quanto da sociedade civil organizada, evidenciando a negligência com a qualidade de vida das crianças e adolescentes – e, conseqüentemente, das mães, ainda as principais responsáveis pelos filhos – e a ausência de uma política substancial de cuidado.

No âmbito da academia tem prevalecido também o silêncio. No que diz respeito à minha experiência, posso informar que não houve, institucionalmente ou por parte do Programa de Pós-Graduação ao qual estou vinculada, qualquer tipo de chamamento para identificar possíveis entraves e desafios ao desenvolvimento do trabalho dos pesquisadores decorrentes das circunstâncias impostas pela pandemia. Na ocasião em que os estudantes buscaram o colegiado do programa para expor as peculiaridades do momento pandêmico e as particularidades a serem reconhecidas a partir da diversidade de experiências, demandando medidas de compensação, como prorrogação de prazos e bolsas, a atitude do corpo docente foi de negação e fortalecimento da hierarquia institucional.

Naturalmente, essa postura não se constrói a partir de um movimento maniqueísta, mesmo porque também os docentes estão vivenciando uma sobrecarga por conta da necessidade de conciliação do ofício acadêmico com o trabalho de cuidado, que está sob monopólio da família. A dinâmica que orienta e consome é resultado de uma cultura patriarcalista que se reproduz na



nossa sociedade e que supõem que o espaço do trabalho profissional não deve ser perturbado por questões do âmbito doméstico e não considera a atual diversidade das dinâmicas familiares. Essa construção social tem por base um modelo familiar de papéis pré-determinados que faculta a determinados membros a isenção das responsabilidades de cuidado, com dedicação exclusiva às atividades remuneradas, enquanto outros membros assumem as funções domésticas não remuneradas.

Nesse sentido, percebe-se que a universidade, ao encarar os dilemas familiares como pertencentes à esfera do privado e incompatíveis com as questões do campo do trabalho profissional, este situado na esfera do público, acaba, muitas vezes, por reproduzir irrefletidamente formas de construção e concepção de relações sociais de poder desiguais e com base no gênero.

É perceptível um aumento na movimentação de pesquisadoras para a promoção de debates acadêmicos sobre questões que envolvem parentalidade, cuidado, trabalho e pandemia⁵⁹. Tais discussões têm sido promovidas,

⁵⁹ Destaca-se o trabalho desenvolvido pelos seguintes coletivos: Núcleo Materna – Núcleo virtual de pesquisa em Gênero e Maternidade (<https://www.nucleomaterna.com>); Parents in Science – grupo formado por mães e pais cientistas (<https://www.parentinscience.com>); Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero – NIEM/UFRGS (<http://www.ufrgs.br/nucleomulher>) e o Núcleo Interseccional em Estudo da Maternidade – NIEM, colaborativo e supra institucional (<https://www.nucleoniem.com.br>).



principalmente, por mães que apontam a invisibilidade da sobrecarga física e mental materna e os dilemas e desafios que atravessam a experiência profissional de mães cientistas. Nota-se, aqui, mais uma sobreposição de trabalho às mães, já que recai também sobre elas a função de buscar alternativas, de sensibilizar os colegas e provocar transformações institucionais que não são unicamente de benefício próprio, mas de toda a sociedade.

O silêncio que identificamos dentro das universidades, que pode se manifestar como indiferença e passividade quanto aos questionamentos das pesquisadoras mães, ou boicote aos eventos sobre o tema (que tendem a ser frequentados apenas por mulheres), contribui para nutrir a invisibilização das relações desiguais de poder que se estabelecem nas sociedades patriarcais e colabora de maneira silenciosa e cumulativa para a manutenção do *status quo*. A tolerância dos demais pesquisadores, sejam eles homens ou mulheres não mães, com práticas institucionais que favorecem a manutenção e reprodução das desigualdades de gênero e o desinteresse dos pares em buscar perceber as origens, manifestações e consequências desse fenômeno fomentam, sobremaneira, a rigidez presente nos processos institucionais.

3 Por um feminismo materno na ciência, na academia, no ativismo e na política

O'Reilly, em seu livro *Matricentric Feminism* (2016), sustenta a concepção de que as mães precisam de um feminismo próprio. A autora argumenta que a maternidade se constitui como uma questão ainda em suspenso no debate feminista, uma pauta pendente mesmo nas abordagens mais abrangentes e libertárias e que, muitas vezes, coloca as mães e suas questões num certo ostracismo frente à construção feminista e progressista. O'Reilly defende a insurgência de um *feminismo matricêntrico*, pois, a despeito de todas as conquistas viabilizadas pelas lutas feministas, as mães continuam sendo duplamente oprimidas, primeiro por serem mulheres e depois por serem mães.

A autora informa que é preciso construir teorias, políticas e práticas feministas centradas no materno – ou seja, nas circunstâncias que envolvem a experiência da maternidade –, promovendo, por exemplo, estudos que abarquem as transformações que a cultura da maternidade e as experiências de maternagem⁶⁰ provocam nas dimensões identitárias e subjetivas das mulheres; reflexões acerca das repercussões geradas pelas experiências práticas relacionadas ao cuidado dos filhos; e fomento a debates críticos sobre as políticas públicas,

⁶⁰ Conforme Mendonça (2014), o termo *maternidade* diz respeito ao poder biológico e aos significados institucionais, simbólicos e culturais que envolvem o fenômeno. Já o termo *maternagem* indica ação e processo contínuo, aponta para as práticas da experiência materna.



leis, ideologias e imagens maternas, que sustentam a opressão das mães e a permanência dos valores patriarcais (O'REILLY, 2016; MENDONÇA, 2014).

A autora expressa, também, a necessidade de se incorporar o *feminismo matricêntrico* ao feminismo acadêmico. O desenvolvimento do feminismo enquanto ciência vem, naturalmente, acompanhando o desenrolar do tema em diálogo com as transformações sociais. A terceira onda do feminismo, que toma corpo a partir da década de 1990 em contraposição ao feminismo liberal promovido pela segunda onda, promoveu a abertura de uma nova frente de reivindicações feministas, incorporando diferentes tópicos e perspectivas. De acordo com O'Reilly, apesar do nítido avanço do debate feminista e de gênero no reconhecimento dos diferentes atravessamentos de interseccionalidade em relação à temática, as demandas do *feminismo matricêntrico* ainda não foram incorporadas ou mesmo reconhecidas pela academia, sendo, ainda, muitas vezes, banalizadas ou subestimadas (O'REILLY, 2016; MENDONÇA, 2018). Ainda segundo a autora,

as mães não têm necessidades ou preocupações separadas de sua identidade mais ampla de mulher. Causa profundo incômodo que as feministas sejam capazes de entender a interseccionalidade da opressão de gênero quando se trata de raça, classe, sexualidade e localização geográfica, mas não quando se trata da maternidade (O'REILLY, 2016, p. 198).



O tema da maternidade tem se conformado como um enfado do qual a academia se esquiva e se nega a encarar. Com resistência para promover movimentos de superação em relação a parâmetros capitalistas e patriarcais, como o distanciamento entre as esferas do público e do privado, a academia apresenta, ademais, dificuldades em diferenciar determinados conceitos, como, por exemplo, os de maternidade e maternagem. Para O'Reilly (2016, p.203), uma vez que

as feministas se sentem desconfortáveis com qualquer coisa que destaque a diferença de gênero e sugira algum tipo de essencialismo (...) a maternidade torna-se problemática, pois, acima de qualquer outra coisa, é ela que marca a diferença de gênero: apenas as fêmeas biológicas podem se tornar biologicamente mães. Como a diferença de gênero é vista como estruturante e mantenedora da dominância masculina, muitas feministas procuram minimizar e rejeitar qualquer coisa que marque essa diferença – sendo a principal delas, claro, a maternidade.

Ao observar as pautas que concorrem para o desenvolvimento de debates e construções teóricas no âmbito dos estudos feministas e de gênero, O'Reilly (2016) indica que o tema da maternidade praticamente não é contemplado. Em pesquisa documental que levantou dados quantitativos sobre a representatividade dos temas maternidade e maternagem nos



estudos feministas, no período de 2005 a 2015, a autora pôde confirmar a hipótese da baixa presença dos temas em materiais didáticos e ementas de cursos destinados à introdução aos estudos de gênero e mulheres, além de livros e artigos publicados em periódicos feministas. Concluiu, por fim, que o conteúdo total relacionado à maternidade variava de 1% a 3% no vasto material pesquisado, comprovando a “alarmante discrepância entre a baixa representatividade da maternidade no feminismo acadêmico e seu alto impacto na vida cotidiana das mulheres” (MENDONÇA, p. 501, 2018).

Parece, portanto, evidente a necessidade de trazer o tema da maternidade para dentro dos estudos feministas e de gênero que se constroem na academia. Para superar as opressões de gênero advindas das relações desiguais de poder, se faz urgente realizar não apenas empreitadas científicas, mas também descrever e refletir acerca das práticas e experiências de maternidade e sobre os dilemas cotidianos vivenciados pelas mulheres mães na academia.

O'Reilly (2016) sintetizou dez pressupostos ideológicos⁶¹ que estruturam e mantêm a maternidade enquanto instituição patriarcal, tornando, consequentemente, a maternagem opressiva para as mulheres. Esses pressupostos realçam, também, os desafios pessoais e profissionais que perpassam o

⁶¹ São eles: essencialização, privatização, individualização, naturalização, normalização, idealização, biologização, especialização, intensificação e despolitização da maternidade (O'REILLY, 2016, p.14).



dia a dia de mães cientistas. Ao situar a maternidade enquanto destino inadiável das mulheres, como prática individual, restrita ao ambiente doméstico e que se realiza de maneira instintiva, tais idealizações reforçam no imaginário social a crença de que o exercício da maternidade ocorre de maneira natural, não reconhecendo a exigência do uso da inteligência, nem o aprimoramento de diversas habilidades e qualificações para seu desempenho.

Associada a isso vemos a emergência da *maternidade intensiva*, um modelo que aponta para a centralidade da criança, se baseando na ideia de dedicação aos filhos como prioridade e propondo uma criação muito aprimorada e pautada por orientações de especialistas. Forjando novas e sofisticadas formas de opressão às mães, essa referência de maternidade reforça a subordinação da mulher conforme sugere que a medida da felicidade e do sucesso feminino passa por uma maternidade bem-sucedida a partir dos termos indicados (CLÍMACO, 2020).

Essa combinação de fatores configura uma visão romantizada, exigente e privada da maternidade, com indicações de padrões de sucesso maternos praticamente impossíveis de serem atingidos. Não suficiente, as mulheres encontram a mesma demanda por perfeição nas outras esferas da vida: é preciso que mantenham uma aparência impecável, um casamento feliz e uma casa na mais absoluta ordem. No trabalho, é requerido que opere “como um homem”, ou seja, com a dedicação de quem conta com uma rede estável de apoio que



permite a exata conciliação entre o exercício do trabalho remunerado e a manutenção da vida doméstica.

Na academia, os parâmetros de sucesso são também elevados e a estrutura organizacional é ainda bastante rígida. Alcançar a produtividade demandada e cumprir com todos os encargos de cuidado doméstico e familiar são tarefas praticamente inconciliáveis. Já a invisibilização da sobrecarga materna colabora para a manutenção de processos institucionais desiguais, quando não violentos. Responder à dupla carga de exigências se coloca como insustentável, fazendo com que as mulheres fiquem esgotadas ou paralisadas. Com uma vida marcada pela exaustão e frustração por não conseguir suprir todas as demandas, as mães cientistas não se verão na possibilidade de realização do exercício pleno de seus ofícios enquanto não puderem ter seu trabalho de cuidado materno tão valorizado quanto o seu trabalho remunerado.

4 Entre o público e o privado: a demanda por um Estado enquanto agente de compartilhamento de cuidado

A despeito da evidente dificuldade e, em alguns casos, impraticabilidade das mães atenderem aos níveis esperados de produção e desempenho, a academia permanece, majoritariamente, mantendo mecanismos de avaliação e controle estritamente meritocráticos e excludentes. Essas medidas, não raro, impossibilitam a inserção institucional de



jovens mães cientistas e traçam para muitas mães um quadro de experiência acadêmica não realizada, pois, na medida em que elas não atingem determinadas metas – como certa frequência mínima de publicações de artigos ou capítulos de livros, de participação em grupos de pesquisa, de aprovações de projetos em agências de fomento etc. –, vão sendo paulatinamente afastadas das possibilidades de “premiação”, como bolsas e insumos para pesquisas, perdendo reconhecimento profissional.

Como já mencionado anteriormente, também o feminismo acadêmico e mesmo vertentes de vanguarda do feminismo contemporâneo, que ocupam espaço na mídia, na política e nas instituições, têm reiteradamente negligenciado a pauta materna. Com o progressivo reconhecimento tanto no âmbito do debate quanto no da ação acerca da interseccionalidade que perpassa as relações de poder instituídas por desigualdades de gênero, é motivo de preocupação a omissão em relação às questões referentes à maternidade e o possível afastamento das mães de espaços já conquistados. Dada a permanência das hierarquias, não nos parece razoável encarar o rol de temas que concorrem no espaço público sem reforçar as particularidades que envolvem a opressão materna.

É fundamental avançarmos na defesa da maternidade como escolha. Para além da pauta dos direitos reprodutivos, é preciso fomentar também um debate por dentro do movimento feminista acerca da defesa dos direitos das mulheres que exercitam a maternidade, seja enquanto escolha, seja por uma



contingência compulsória. Faz-se necessário aproximar o feminismo da maternidade e romper com os receios de biologização, incorporando a interseccionalidade inerente à prática. Nesse sentido, cabe considerar a prática da maternidade para além da normatividade hegemônica imposta pelo patriarcado, compreendendo que a genuína liberdade para mulheres transita menos por uma indicação liberal de autonomia e uma vida livre de relações de interdependência, e mais pela possibilidade de plena realização das diferentes facetas da vida.

Há de se considerar, ainda, que o exercício da maternidade na sociedade contemporânea demanda o reconhecimento e implicação do Estado enquanto principal colaborador para a divisão das tarefas de cuidado com os filhos, liberando as mulheres da sobrecarga. Apenas o compartilhamento seguro das funções maternas poderá possibilitar às mulheres, entre outras demandas, a conquista efetiva e justa de postos de trabalho remunerados e o abandono de relações de opressão estruturais.

Nesse sentido, a emergência da pandemia de Covid-19, no ano de 2020, explicitou as desigualdades de gênero, em especial no que tange às mães. Com o fechamento de creches e escolas – espaços não apenas de aprendizado, mas de apoio e zelo – sem a devida promoção concomitante de um plano emergencial, os agentes do Estado reafirmaram o entendimento das práticas de reprodução e cuidado, predominantemente femininas, como restritas ao espaço do privado, sem lugar na esfera pública e de ordem apolítica.



Esse evento, sem dúvidas, reitera a importância de se levar para a esfera pública questões tidas como de caráter privado. Para Rancière (2014), a esfera pública é a esfera do encontro e do conflito, e a prática espontânea dos atores dominantes que atuam na esfera pública ocorre no sentido de estreitá-la. Desse modo, a democracia consistiria no processo de luta contra a privatização da esfera pública, pela ampliação dessa esfera, principalmente quando a manutenção e alargamento da esfera do privado contribui para a existência de sistemas desiguais.

O empreendimento do feminismo ocorre, justamente, pela insustentabilidade da pretensão das classes dominantes de manter, de forma rígida e a-histórica, as fronteiras vigentes entre a esfera pública e a esfera privada. A lógica patriarcal se esforça para situar as questões que envolvem as mulheres na esfera doméstica, no mundo da privacidade, como se tais temas fossem estranhos ao universo da esfera política e cidadã. O feminismo mostra-se, portanto, legítimo e democrático enquanto movimento na medida em que busca romper com esquemas de opressão a partir da transposição de assuntos tidos como da ordem do privado, de responsabilidade individual ou familiar, para a esfera pública.

Para Rancière:

É isso que implica o processo democrático: a ação de sujeitos que, trabalhando no intervalo das identidades, reconfiguram as distribuições do privado e do público, do universal e do particular. A democracia não pode jamais se identificar com



a simples dominação do universal sobre o particular. Pois, segundo a lógica da polícia, o universal é continuamente privatizado, continuamente reduzido a uma divisão de poder entre nascimento, riqueza e “competência” que atua tanto no Estado quanto na sociedade. Essa privatização se efetua comumente em nome da pureza da vida pública, que é oposta às particularidades da vida privada ou do mundo social (RANCIÈRE, 2014, p. 80).

Dessa forma, a reivindicação pelo reconhecimento do feminismo matricêntrico na academia, nas instituições e na sociedade parte de uma demanda pelo exercício da democracia, pela construção de políticas públicas de defesa da vida das mulheres. Trata-se de um processo democrático que deve sempre fazer emergir o universal em forma de polêmica, resgatando o conflito e inventando formas de subjetivação que contrariam o perpétuo estreitamento e privatização da esfera pública. Compreende-se, pois, que “os ‘direitos do homem e do cidadão’ são os direitos daqueles que os tornam reais” (RANCIÈRE, 2014, p. 95) e que a pauta da maternidade, mais do que um assunto de mulheres, é antes um tema de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- CLÍMACO, Júlia Campos. Maternidades, matrifocalidade e a ética feminista do cuidado. *debates feministas*, nº 14, novembro/2020.
- FREDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- 

FREDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*. São Paulo: Elefante, 2019.

MENDONÇA, Maria C. O feminismo matricêntrico e o ativismo feminista no Motherhood Initiative for Research and Community Involvement (MIRCI) liderado por Andrea O'Reilly. *Anais da III Jornadas do LEGH: Feminismo e Democracia* | UFSC / Florianópolis. 2018.

MENDONÇA, Maria C. *A Maternidade na Publicidade. Uma Análise Qualitativa e Semiótica em São Paulo e Toronto*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2014.

O'REILLY, Andrea. *Matricentric Feminism: Theory, Activism, Practice*. Toronto: Demeter Press, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

RIBEIRO, Aline. Apesar de homens morrerem mais pela Covid-19, brasileiras são as mais impactadas no dia a dia da pandemia. *O Globo*, São Paulo, 28 fev. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/apesar-de-homens-morrerem-mais-pela-covid-19-brasileiras-sao-as-mais-impactadas-no-dia-dia-da-pandemia-24902333>>. Acesso em: 22/05/21

THE MOTHERLOAD. CBC Doc Zone. Temporada: 2013-2014. Direção: Cornélia Príncipe. Produção: Border City Pictures. Toronto: Canadian Broadcast Corporation (CBC), 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ROAAaRnOE0&t=321s>>. Acesso em: 22/05/2021.



CAPÍTULO 13

NARRATIVAS DE MÃES CIENTISTAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA POR SARS-COV-2 E ALTERAÇÕES BIOQUÍMICAS CONSEQUENTES EM LONGO PRAZO PELO EXCESSO DE CORTISOL ELICIADO NESTAS MULHERES

Otávio Corrêa Pinho⁶²

Marina Peres de Andrade⁶³

Marcelo Fernandes da Costa⁶⁴

INTRODUÇÃO

Em 2020 nos deparamos com algo surpreendente contemporaneamente: um vírus mortal SARS-CoV-2 chamado popularmente de Covid-19 que ameaçava o bem-estar social e a vida de uma parcela da população. Este tipo de pandemia não

⁶² Graduando de Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP), em São Paulo, SP, Brasil; aluno de Iniciação Científica Bolsista PIBIC em Psicofisiologia Sensorial, Instituto de Psicologia, na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil.

⁶³ Graduanda de Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP), em São Paulo, SP, Brasil.

⁶⁴ Doutor em Neurociências e Comportamento pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil; pós-doutor em Neurociências pela Universidade de Coimbra, em Portugal; livre-docente em Psicologia Sensorial e da Percepção pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil; Professor Associado 2 do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil.



havia sido presenciada neste século, ainda mais por um novo vírus que exigiu diversas medidas preventivas como o uso de máscara, o distanciamento social (incluindo o próprio confinamento, onde famílias tiveram de se afastar e ficar dezenas de meses sem contato físico para que não corressem o risco de infectar seus familiares).

As pessoas tiveram de readaptar suas vidas para a nova realidade a qual foram impostas de forma arbitrária como um grande acordo mundial. Fez-se necessária a inserção do trabalho em casa e das aulas remotas, adotadas para que o distanciamento social fosse possível e para que ao mesmo tempo a sociedade não colapsasse sem nenhum tipo de trabalho e/ou produção. Consequentemente, mães se viram em uma situação delicada: Trabalhar em casa, seguir com os estudos de forma remota e dar suporte aos filhos que agora também estudam dentro desse mesmo ambiente em que antes fora um lugar de tranquilidade, suporte e bem-estar, agora se torna também a sala de aula, uma diretoria, um local onde não se há mais diferenciação entre o que é de casa e o que é trabalho e escola.

Foi realizada uma entrevista que consta como narrativa de uma mãe cientista que passa pelo processo da maternidade no período de confinamento além do desafio de ser mãe em período integral e um questionário realizado com 16 mães pesquisadoras para fosse possível fazer uma análise quantitativa (mesmo que singela) em relação ao tema. Tendo de enfrentar o ambiente



acadêmico, suas turbulências resultadas pelo contexto pandêmico. Mulher essa que projeta nessa entrevista um pouco de suas experiências e dificuldades tão particulares. A maneira como cada uma delas adaptou a forma de vivenciar a maternidade nesse período de confinamento juntamente com suas obrigações acadêmicas, já que se trata de dois deveres que detém de tempo, cuidado e responsabilidade, mesmo em tempos caóticos.

Foi feito também um questionário de escala de estresse estatístico utilizando a escala ordinal *Likert* e com isso foi estabelecido as alterações a níveis corticais a longo prazo nessas mulheres devido ao stress de uma nova demanda e readaptação abrupta.

2 NARRATIVA:

Diante desta pandemia de Covid-19, muitas pessoas tiveram suas vidas transformadas, colocadas de cabeça para baixo algumas tentando conciliar diversas tarefas com a novidade que o vírus impôs no cotidiano de todos. Dentre elas o confinamento, a utilização de máscara, o distanciamento, e a angústia diante de tantas mortes e de não se ter certeza sobre nada. Neste diálogo, convidamos uma mulher, mãe de sua primeira filha, uma bebê de apenas 1 ano e 2 meses que, além de se encontrar como todos na angústia da pandemia, também se encontrava fazendo ciência, um mestrado em Psicologia. Cuidar



de casa, casamento, maternidade, mestrado, pandemia, trabalho, saúde, tudo isso junto para que a entrevistada desempenhasse. Portanto, foi pensada em uma série de questões para que fosse viável explorar o como foi para ela, que será chamada de Ca para que sua identidade seja preservada, passar por essas novidades em período de pandemia.

Para contextualizar, foi pedido para que Ca contasse livremente sobre como foi esse processo de confinamento com sua bebê. Disse, portanto, que sua filha nasceu dia 29 de fevereiro de 2020 e que eles (Ca, seu marido e família) tiveram por volta de 15 dias apenas de puerpério, depois, segundo suas próprias palavras, foi quando começou “a vida de pandemia mesmo pesada.” Portanto, junto a essa gravidez, Ca também estava fazendo seu mestrado, onde teve início em 2017 e tinha sua data prevista para ser entregue no final de 2019, entretanto, por conta de dificuldades na gravidez, acabou por pedir uma extensão de prazo, que acabou juntando a licença a maternidade. Porém, quando terminou a licença a maternidade a situação mundial era pandêmica, tendo seu prazo mais uma terceira vez estendido, entregando sua tese apenas em janeiro de 2021.

Visto que a entrevistada tocou no assunto de sua formação, foi pedido que ela falasse um pouco mais sobre sua formação. Para complementar, Ca contou que seu mestrado foi em Psicologia na USP de Ribeirão Preto com enfoque psicanalítico, tendo como tema famílias de adolescentes com obesidade,



tentando compreender se existia relação entre a dinâmica familiar com a sustentação do quadro de obesidade desses adolescentes. No entanto pelas dificuldades que foi encontrando, conta que acabou sendo impossível dar qualquer tipo de atenção para essa pesquisa, ficando cada vez mais de segundo plano.

Aproveitando o tema anterior, Ca conta que tudo estava muito confuso, muito complicado, portanto, listou diversos enfrentamentos e responsabilidades que foram responsáveis por isso, como por exemplo: o puerpério com a filha, a situação da pandemia, tentando lidar com a recém-nascida, primeira vez tendo filho, estar com o esposo em casa, ter somente ele para ajudar com a criança e além da escassa rede de apoio, onde Ca tinha praticamente só sua mãe para ajudar, enfatizando: “foi desesperador.” A entrevistada conta que sentiu muito medo de chamar qualquer pessoa para entrar em sua casa e ajudar, como uma faxineira ou a sogra, sentindo esses primeiros meses da pandemia como terríveis e solitários relatando até com um certo gaguejar na fala “...por conta desse... desse medo que a gente tinha de se encontrar e tudo mais, né? E... então foram... foram meses muito difíceis”.

Ca relata que só conseguiu dar conta desta situação caótica e inusitada com muita ajuda de seu esposo. Diz ela ter tido a sorte dele trabalhar de casa, sendo o motivo dela ter conseguido entregar esse mestrado, contando que não consegue nem



imaginar como teria sido sem essa ajuda: “eu não sei, sinceramente, se eu teria conseguido entregar o mestrado, como é que teria sido, eu provavelmente teria que ter... sei lá, meio que me mudado para casa da minha mãe ter deixado a bebe com ela, mas não teria dado certo porque ela também trabalha muito, então eu não sei como é que eu teria feito.” Mostrando o quão importante foi essa rede de apoio, por mais escassa que ela possa ter sido. Por conta disso, o que acabou acontecendo foi que ela só conseguiu escrever na dissertação nos últimos 3 meses do ano de 2020, já que o marido dela estava em uma época mais moderada de trabalho, sendo possível ficar bastante com a criança.

Após uma pausa, Ca conta uma particularidade de sua gestação, segundo ela, essa havia sido muito planejada pelo casal, diz ser uma pessoa que faz as coisas com muito cuidado pensando sempre para que as coisas saiam da melhor maneira possível. Conta que foi muito triste quando teve a bebê e não pode compartilhar desse momento com absolutamente ninguém, sendo somente ela e seu marido que ficaram, segundo suas palavras: “muito sobrecarregados, né? Eu e ele com isso, então nem mesmo a gente assim pode aproveitar tanto, né? Como a gente poderia, é.... porque a gente ficou muito sobrecarregado, muito cansado, né? Muito exaurido na verdade, não é nem cansada a palavra, esgotada, né? Por conta, enfim, dessa circunstância.”. Mesmo com tamanha exaustão, Ca tenda olhar de forma positiva para o ocorrido, dizendo que isso também pode



ter aproximado o casal de outras maneiras, porém, não deixa de enfatizar que sem dúvidas houve muitas complicações.

Aproveitado que a entrevistada estava dialogando um pouco sobre sua gestação, foi questionada o como foi para ela pensar essa gravidez em tempos pandêmicos, um pouco talvez da expectativa e realidade. Ca, relata que se planejou bastante, que foi durante 3 anos pensando sobre ter bebê, mas sempre com dúvida se era o momento certo. Ia todo começo de ano no ginecologista e questionava se tirava o DIU ou não, chegava a fazer os exames, mas acabava por desistir interpretando que talvez não fosse o momento. Mesmo assim, como essa gestação estava muito em seus planos, seguiu com todos os cuidados necessários com sua saúde, como ela mesma disse: “Eu deixei tudo perfeito e... até que não aguentei mais falei ‘não, agora é a hora, quero muito, meu marido também já queria muito e tudo mais, a gente se preparou muito’ e... estava todo mundo muito... assim, desejando muito a gravidez.” Segundo ela, o casal estava preparado, mais tranquilo financeiramente, mais preparados para a vinda dessa criança, evidenciando uma gravidez bastante planejada.

Entretanto, a pandemia surpreendeu as expectativas do casal, mesmo com todos os cuidados possíveis, conta que os primeiros dias foram muito complicados e angustiante, deixando-os preocupados, pois por volta de 15 dias depois do nascimento da criança se instaurou o confinamento e, segundo



Ca, “começou aquele clima de fim de mundo e nada nunca mais foi a mesma coisa, né? Nunca mais ninguém se abraçou, nunca mais ninguém se viu praticamente, e nunca mais vi um rosto de pessoas sem máscara praticamente”. Portanto, conta que jamais, em seus 33 anos, iria imaginar uma situação dessas. Sempre, desde pequena, desejava ser mãe, porém se viu em uma situação frustrante em que no momento que ela tem seu bebê não pode compartilhar essa experiência com praticamente ninguém. Até mesmo quando a situação parecia melhorar, Ca planejou uma pequena comemoração de 1 ano de sua filha, apenas para pessoas mais próximas, entretanto, com mais uma fase emergencial que a cidade de São Paulo, acabou adiando esse encontro mais uma vez. Sobre essa situação Ca relata de forma que se nota a exaustão em sua fala “Sabe quando vai desanimando? Vai... não é só desanimando, vai deixando a gente esgotado, né? Porque vai sendo uma frustração em cima da outra e em cima da outra, você vai ficando esgotado de sonhar, esgotado de tentar, esgotado de imaginar, né? De planejar e ter que desistir, ter que desmarcar...”

Ca conta que cogitou chamar um fotografo para comemorar, apenas com a filha e o marido, mas fez um questionamento “Puxa, será? Será que a gente consegue esboçar um sorriso? Será que a gente consegue se animar para fazer isso?” Diz, Ca que enfatiza fazer parte de uma família que está feliz estando juntos, mas ao mesmo tempo não é exatamente



como suas expectativas.

Posteriormente, quando questionada quais as maiores dificuldades de se conciliar a maternidade com a pandemia juntamente com o mestrado, Ca responde rindo que existe a dificuldade de conciliar a maternidade com qualquer outra coisa, que a maternidade exige tudo da mãe, a mente, o corpo, tudo. Diz que só é possível se passar por esse momento se existir apoio, sendo ele do pai do bebê ou de qualquer outra pessoa que não seja a mãe. O que possibilitou conciliar a maternidade com o mestrado, foi, segundo ela, o fato do marido dela trabalhar de casa, possibilitando assim essa rede de apoio pelo qual ela cita.

Diz que, caso não houvesse esse apoio do pai da criança, seria muito complicado contar com qualquer outra figura, já que a mãe dela trabalha muito. Ela traz um pouco do assunto dos papéis sociais, que antes a figura da avó tradicional era associada a uma senhora, aposentada, que era chamada para ficar com as crianças. Hoje em dia essa avó trabalha, é ativa e acaba por ter o tempo de lazer escasso como no caso de Ca. Portanto, reforça a ideia da necessidade de alguma forma de apoio, já que esse ideal de avó não existe mais “Como é que você pode ter uma mãe que trabalha se você não tem um dispositivo social que abriga uma criança, por exemplo, né? Se você não tem creches suficientes que abriguem as crianças enquanto a mãe trabalha, por que se você não tem essas creches então é a avó que vai ter que ficar com a criança? Mas então a avó precisa estar aposentada, certo?



Se a vó não está aposentada, se ela está trabalhando, quem que vai ficar com a criança?”

Portanto, para finalizar essa questão, Ca resume dizendo que a resposta é rede de apoio que representa, para ela, a resposta universal para o como a maternidade se sustenta, dizendo que esse processo só não se danifica ou só não se fragmenta por conta desta rede “a maternidade sem rede de apoio é a maternidade que gera doença, e aí, o que acontece, né? Ai a maternidade gera doença, a maternidade fica doente”. Ca, relata que apesar da pandemia, conseguiu ter uma rede de apoio muito sólida, sendo o que proporcionou suporte para que ela entregasse esse mestrado.

Seguindo com a entrevista, foi questionada do como foi dividir todas as responsabilidades dentro de casa nesse período de confinamento. Ca respondeu dizendo que não era um exemplo muito comum já que, segundo ela, seu marido era muito bom em fazer as coisas de casa e sempre muito participativo, havendo parceria entre os dois, sendo possível dividir as tarefas de casa. Conta que mora junto com seu esposo a 10 ou 9 anos e desde sempre dividiram muito as tarefas, e depois do nascimento de sua filha essa ajuda continuou. Entretanto, mesmo com todo o apoio do parceiro, Ca relata que “A gente, também, depois de uns 4 meses que a minha filha nasceu, a gente contratou uma funcionária porque a gente estava quase morrendo de exaustão, né? E aí, também isso aliviou bastante para a gente, para eu poder



também voltar a trabalhar porque eu fiquei 4 meses sem... sem atender meus pacientes” mostra-se que talvez fosse impossível conciliar, trabalho, pandemia, mestrado, maternidade, casamento e casa sendo apenas os três caso não houvesse esse apoio de uma funcionária.

Como última indagação, foi pedido que a entrevistada dissesse de 0 a 10 o quão estressante foi este período de confinamento, sendo 0 nada e 10 um estresse nunca vivenciado. Também foi pedido que ela contasse um pouco sobre qual foi o momento de maior angústia e seus maiores receios neste período. De início, Ca revela que “Essa pandemia me levou para o inferno.” ilustrando o quão lamentável foi esse confinamento. Na escala exigida a entrevistada diz que 10 para a angústia e estresse para ela seria pouco. Conta que este confinamento é uma solidão, e não só uma solidão de não se ter outras pessoas com quem contar, mas de o tempo todo estar tendo que contar com aquelas mesmas pessoas. Sendo apenas ela e o marido para exercer essa atividade que eles nunca tinham exercido, tendo que aprender a cuidar de uma bebê e ao mesmo tempo tentando ficar fortes o tempo inteiro para realizar essa atividade da melhor maneira possível. Ca desabafa dizendo que ela e o marido são extremamente exigentes e perfeccionistas, tentando fazer tudo sempre do melhor jeito. Portanto, não ter total controle dessa situação se tornou uma tarefa caótica.

Durante sua fala Ca conta que “A gente desceu pro inferno



um milhão de vezes, assim, durante esse ano de pandemia. Vou te dizer que foi a coisa mais assustadora e difícil que eu já vivi sem dúvida.” Relata ser uma pessoa muito intensa em suas relações e na vida, porém nada comparado a essa pandemia em conjunto com a maternidade, conta que caso não houvesse a pandemia, ser mãe já teria sido a experiência mais intensa de sua vida, potencializando muito este estresse.

Em relação ao seu maior receio, Ca conta que ainda tem esse medo deles não conseguirem sustentar a relação, sustentar um ao outro. Lista ter receio “da nossa família ruir, assim, da gente não conseguir se sustentar como casal, da gente... do nosso relacionamento... sei lá, se destruir mesmo, né?” Conta estarem usando todas as suas energias para cuidar da filha, portanto o relacionamento acaba sofrendo bastante com isso, mesmo havendo muito esforço. Para finalizar, Ca diz: “A gente faz o que a gente da conta, né? Então... é isso... o que eu fico o tempo inteiro torcendo para que não aconteça é que, assim... que a gente não imploda antes de tudo isso acabar, sabe?” ilustrando o quão complexo está sendo esse período.



3 ESTRESSE E PANDEMIA, CONSEQUÊNCIA EM NÍVEL BIOLÓGICO:

Realizamos um questionário no *forms*⁶⁵ onde foram obtidas 16 respostas (N=16) de mulheres que vivenciam ou vivenciaram a maternidade concomitantemente a pandemia de Covid-19 e a pós-graduação.

No gráfico 1 é possível identificar que 11 das 16 mulheres se sentiam positivas em relação ao convívio familiar (68,8%). Sendo o maior dado obtido de uma relação muito positiva (muito bem), como a moda encontrada.



Gráfico 1: Dados visuais quantitativos de forma visual em pizza onde é possível identificar as porcentagens atreladas aos respectivos níveis de bem estar pré-pandemia.

⁶⁵ Plataforma do google que permite a criação de questionários e visualização dos resultados em forma de gráficos.



Com as respostas obtidas a partir da narrativa com a entrevistada e as respostas obtidas por meio do questionário do *forms* realizado, é possível ter uma perspectiva da magnitude em que a pandemia afetou a “homeostase social” dessas pessoas, gerando um possível *distress*⁶⁶, sendo este uma frequente ativação do eixo hpa⁶⁷, por conta do aparente stress muito maior em relação a pandemia e a maternidade presentes durante o contexto acadêmico do que quando não a havia, como podemos verificar no gráfico 2.

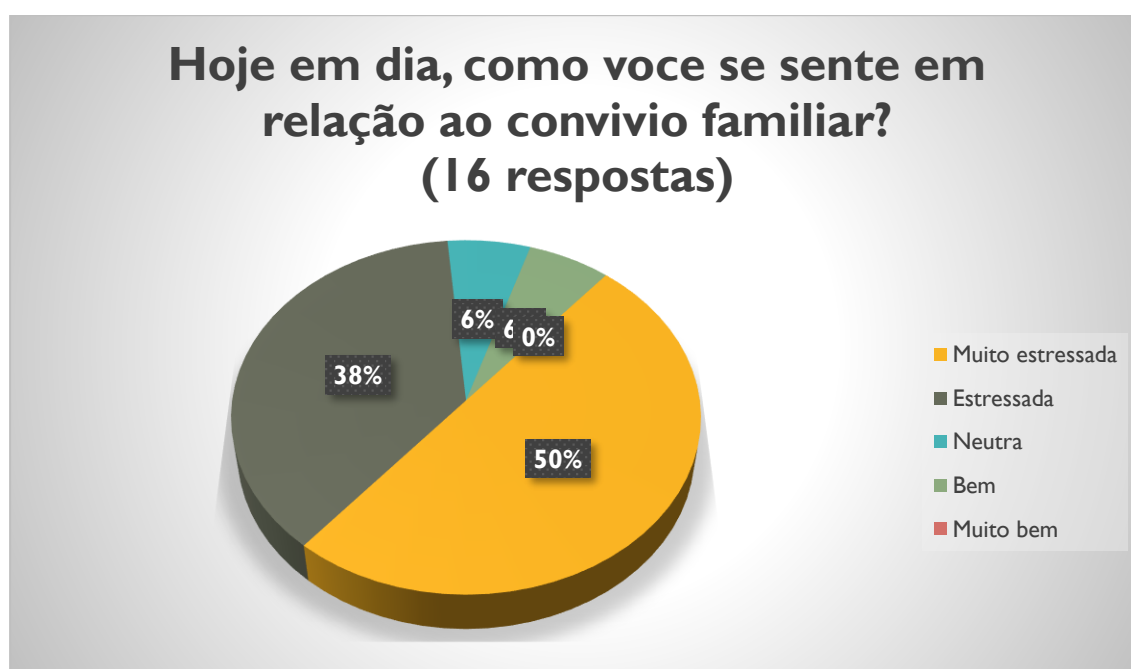


Gráfico 2: Dados visuais quantitativos de forma visual em pizza onde é possível identificar as porcentagens atreladas aos

⁶⁶ Estresse contínuo que é prejudicial à saúde.

⁶⁷ Eixo hipotálamo-hipófise-adrenal. Responsável pelo controle e liberação de cortisol no organismo, sendo este, o hormônio relacionado ao stress e quando em altas quantidades por curtos períodos de tempo se relaciona com a ansiedade.

respectivos níveis de bem estar durante a pandemia.

A partir dos dados encontrados, podemos entender que houve uma precarização na produtividade e trabalho em mulheres que estão atualmente realizando atividades acadêmicas e passando pela maternidade durante a pandemia de CoVid-19, isso nos mostra que:

As mães além de terem de cuidar de seus filhos de forma integral, agora também tem de ministrar a sua pesquisa que antes seria feita dentro da universidade, em um laboratório e com pessoas diferentes para se ter um dia-a-dia mais heterogêneo, essas mulheres agora se veem em contextos totalmente fechados e com uma rede de contato presencial extremamente homogênea, no sentido de estarem sempre atreladas fisicamente a seus filhos, mesmo enquanto eles estão no período de aula, pois muitas vezes, até mesmo dividem o cômodo em que estão trabalhando junto a seus filhos durante as respectivas aulas destes filhos.

Além do problema atual gerando um stress constante e latente nestas mulheres, temos também o problema a longo prazo que pela alteração na quantidade de cortisol e na quantidade de ACTH ⁶⁸liberado frequentemente no organismo destas mulheres, isto causa uma desregulação bioquímica que fará com que elas fiquem suscetíveis a problemas psicológicos

⁶⁸ Hormônio adrenocorticotrófico.



futuros, tal como ansiedade e *distress*.

REFERÊNCIAS:

CASTILLO, Ana Regina GL et al . Transtornos de ansiedade. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo , v. 22, supl. 2, p. 20-23, dez. 2000 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600006&lng=pt&nrm=iso>.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462000000600006>

GUEST, Francesca L. et al . Os efeitos do estresse na função do eixo hipotalâmico-pituitário-adrenal em indivíduos com esquizofrenia. *Rev. psiquiatr. clín.*, São Paulo , v. 40, n. 1, p. 20-27, 2013 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832013000100005&lng=pt&nrm=iso>
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832012005000002>.

LUGARINHO, Leonardo Planel; AVANCI, Joviana Quintes; PINTO, Liana Wernersbach. *Perspectivas dos estudos sobre violência na adolescência e cortisol: revisão bibliográfica sistemática*. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 22, n. 4, p. 1321-1332, abr. 2017 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002401321&lng=pt&nrm=iso>
<https://doi.org/10.1590/1413-81232017224.02382016>.



Sobre os organizadores

Júlio César Suzuki

jcsuzuki@usp.br

ORCID [https:// orcid.org/0000-0001-7499-3242](https://orcid.org/0000-0001-7499-3242)

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo, mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo, doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência, em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método.

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero) e em Administração e Ciências Contábeis (ambos os cursos pelo Centro Universitário SENAC SP), com especialização e mestrado em Administração (FGV-EAESP), doutorado em Ciências (PROLAM-USP), pós-doutorado (FEA-USP). Professora no



Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - Prolam / USP. Foi professora na FEA-USP pelo Programa de Atração e Retenção de Talentos (PART) – vigência 2020-2021. Atua como pesquisadora no CORS e no NESPI, ambos lotados na FEA-USP; no Grupo de Pesquisa Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina (Instituto de Psicologia-USP), no grupo de pesquisa CRIARCOM-C - Criatividade, Inovação, Comunicação e Marketing com ênfase nas Cidades (ECA-USP) e do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica (CESPE), onde atua como Presidente adjunta para o Brasil e como Chefe de Relações Internacionais.

Alessandra Garcia Soares

alessandra.soares@usp.br

ORCID: [https:// orcid.org/0000-0003-0305-2570](https://orcid.org/0000-0003-0305-2570)

Pesquisa movimentos migratórios latino-americanos. Possui Bacharelado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2010), Licenciatura em Geografia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2010) e Mestrado em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2014). Integra o grupo de pesquisa Agricultura e Urbanização na América Latina. Possui Licenciatura em Pedagogia e é Pós-Graduada em Direitos Humanos. Desenvolve a pesquisa de doutorado junto ao Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) e ao Departamento de Geografia da Universidad Nacional de Colombia. Possui experiência em docência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia da população, migrações internacionais contemporâneas, redes sociais e território, comércio étnico e integração da América Latina.



Sobre os autores

Alessandra Coutinho Fernandes

Docente no Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Estudos Linguísticos - Análise de Discurso - pela Universidade Federal do Paraná (2011). Possui mestrado em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996), especialização em Inglês e Literatura Correspondente pela Universidade Federal da Paraíba (1991) e Licenciatura em Letras - Português e Inglês pela Universidade Federal da Paraíba (1990). E-mail: alessandrawiggers@gmail.com

Aline Andrade Santos

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo- PPMTUR. Professora da Educação Especial da SEDUC - AL. Especialista em Psicopedagogia e Educação Especial - FABRAS (2021). Mestra em Turismo Profissional-IFS (2020). Licenciada em Pedagogia - FABRAS (2020). Graduada em Gestão de Turismo - IFS (2017). Atua como consultora na elaboração de roteiros turísticos, assim como de projetos voltados às temáticas de Lazer, Marketing e Hospitalidade. E-mail: aline.andsantos@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/4337836692307726>

Ana Maria Pia

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: anapiaoficial@gmail.com

Andréa Machado de Almeida Mattos

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela Universidade de São Paulo (2011), com período de



estágio de doutorado (doutorado sanduiche) na University of Manitoba, em Winnipeg, no Canadá (2009), onde também realizou seu pós-doutorado em 2014. Possui graduação em Letras-Inglês pela Universidade Federal do Espírito Santo (1987), especialização em Língua Inglesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1998) e mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000). É bolsista de produtividade Pq-2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 2018. E-mail: andreamattos@ufmg.br

Ângela Lovato Dellazzana

Pesquisadora de Pós-doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Doutora em Comunicação Social, Brasil, mãe do Mario Eduardo (7 anos), do José Pedro (4 anos) e da Maria Teresa (4 meses) E-mail: lovato.angela@gmail.com

Bárbara Santos

Doutora em Letras Neolatinas – UFRJ. Docente do IFRJ *campus* Volta Redonda. E-mail: barbara.santos@ifrj.edu

Jacqueline Rodrigues Moraes

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professora da rede estadual de ensino do estado do Ceará. E-mail: jacquelinermoraes@gmail.com

Janaina Frechiani Lara Leite

Doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho (Portugal), Mestre em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: janainaleite@hotmail.com



Joice Pereira Andrade Teixeira

Universidade Católica do Salvador. Mestranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. E-mail: joiceandrade04@yahoo.com.br.

Juliana Ferreira dos Santos

Doutoranda da Faculdade de Educação-FEUSP, Universidade de São Paulo-USP-São Paulo/SP-Brasil. E-mail: jubahia@usp.br
<http://lattes.cnpq.br/4753696702571127>

Karen Gabriely Sousa Santos

Mãe, socióloga e Mestre em Ciência Política. Atualmente é professor assistente i - Estácio FAP, professor assistente i - Estácio FAP, coordenadora de pesquisa e extensão - Estácio FAP, coordenadora de pesquisa e extensão - Estácio FAP, estagiaria/voluntária da Universidade Federal do Pará e professora da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, representatividade política, eleições, visibilidade e sexualidade. E-mail: gneraks23@outlook.com

Kátia Souza Rangel

Professora adjunta dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Amapá, vinculada ao Laboratório de Geografia Agrária e Urbana (LAGAU/UNIFAP) e ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP). E-mail: katia.rangel@unifap.br

Leina Jucá

Atualmente é professora associada da Faculdade de Letras (FALE) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Licenciada em Letras (Língua Inglesa e suas literaturas) pela Universidade Federal de Minas



Gerais (UFMG) (1992), Mestre em Linguística Aplicada pela mesma instituição (1999) e Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, da Universidade de São Paulo (USP) (2017), com período de estágio de doutorado (doutorado sanduíche) na Pennsylvania State University, em State College, Pensilvânia, USA (2014). Seus interesses de pesquisa incluem, ainda, questões relacionadas à educação decolonial, à agência, profissionalismo, cidadania e ética docente e à implicação dessas questões para o (re)posicionamento social, histórico, profissional e político do professor. E-mail: leinajuca@ufmg.br

Letícia Lovato Dellazzana-Zanon

Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Doutora em Psicologia, Brasil, mãe do Leonardo (8 anos), da Cristina (5 anos) e do Gabriel (2 meses), E-mail: leticiadellazzana@gmail.com

Luana de Paula Santos

Mestranda em Integração Contemporânea da América Latina/UNILA e Professora efetiva no município de Osasco. E-mail: luana.paula.santos@gmail.com

Luciana Ferrari

É professora adjunta II do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Possui graduação em Letras Inglês e Respectivas Literaturas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (1999), mestrado em TESOL - West Virginia University (2002) e doutorado em Estudos Linguísticos-Inglês pela Universidade de São Paulo (USP).. Tem experiência na área de Linguística Aplicada, atuando nas teorias dos Multiletramentos e Letramento Crítico, Ensino de Línguas Estrangeiras e Formação de Professores. É coordenadora do PIBID-Letras-Inglês desde o edital de



2018 e do Projeto de extensão ECOPLI (Educação Continuada com Professores de Língua Inglesa). Dentre seus interesses mais recentes estão os estudos decoloniais e sua relação com os disability studies. E-mail: luferrarioliveira2019@gmail.com

Luciane Maria Micheletti Tonon

Doutora em Ciências do Esporte - USP (2022); Membro do Grupo de Estudos Olímpicos da USP (2014) Graduada em Jornalismo e em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina (1992). MBA Executivo de Gestão em Comunicação Corporativa (2007) Pós Graduação em Jornalismo Literário (2009). Compõe e edita um portal para pessoas com deficiência, www.guiadodeficiente.com.br. Formação técnica em atletismo paralímpico nível I e II pelo Comitê Paralímpico Brasileiro -CPB; formação técnica em Para Ski Cross Country, pela Confederação Brasileira de Desportos na Neve - CBDN; Árbitra de goalball da Confederação Brasileira de Esportes para Deficientes Visuais - CBDV, voluntária no Projeto social Fast Wheels e voluntária no Lar das Moças Cegas de Santos. E-mail: luciane.tonon@usp.br

Marcelo Fernandes da Costa

Doutor em Neurociências e Comportamento pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil; pós-doutor em Neurociências pela Universidade de Coimbra, em Portugal; livre-docente em Psicologia Sensorial e da Percepção pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil; Professor Associado 2 do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil. E-mail: costamf@usp.br

Marina Peres de Andrade

Graduada de Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP), em São Paulo, SP, Brasil. E-mail: marina142123@gmail.com



Otávio Corrêa Pinho

Graduando de Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP), em São Paulo, SP, Brasil; aluno de Iniciação Científica Bolsista PIBIC em Psicofisiologia Sensorial, Instituto de Psicologia, na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil. E-mail: otavio.pinho@usp.br

Vivian Prado Pereira

Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO/UFJF). E-mail: vivian.vpp@gmail.com

